

O Natal de Cavaco Silva:

6,5%
de aumentos

9,5%
de inflação

Função Pública recusa os aumentos de 6,5%, enquanto o Governo anuncia na CEE taxas de inflação que esconde em Portugal

Pág. 3

SEPARATA/Avante!

A festa com trabalho dentro

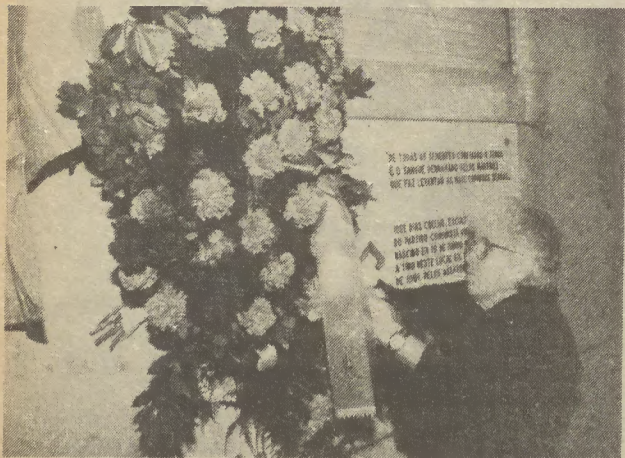
Passar o ano com o PCP



Atalaia Barreiro Sines Couço Almada

Avante!

Devido ao feriado de Ano Novo, o próximo número do «Avante!», à semelhança desta semana, sairá um dia mais tarde, sendo publicado na sexta-feira, 3 de Janeiro



Assassinado pela PIDE há 30 anos, a vida e a memória de Dias Coelho foram evocadas em Lisboa

RESUMO

18 Quarta-feira

O Ministério das Finanças propõe um aumento de 6,5 por cento para os funcionários públicos ■ O PCP faz um balanço dos dois primeiros meses da presente legislatura, notando que de um total de 35 iniciativas legislativas desencadeadas, 20 pertencem aos deputados comunistas ■ O Tribunal Constitucional reelege o juiz conselheiro Cardoso da Costa para o cargo de presidente ■ A Assembleia Legislativa de Macau aprova na especialidade, a política económica e financeira do Executivo de Rocha Vieira ■ Um grupo de cinco indivíduos ocupa simbolicamente as instalações da Nunciatura Apostólica, em Lisboa, como forma de protesto contra a posição do Vaticano no caso de Timor-leste ■ A Comissão Europeia aprova as linhas de orientação do programa de apoio aos têxteis na Comunidade ■ O Parlamento da Polónia rejeita o pedido de demissão do primeiro-ministro designado, Olszewski ■ A Servia rejeita a resolução da CEE de reconhecer sob condições a Croácia e a Eslovénia.

19 Quinta-feira

Cavaco Silva apresenta o programa da presidência portuguesa da Comunidade Europeia ■ Eurico de Melo, Vítor Crespo e Montalvão Machado do PSD e Jorge Sampaio e António Guterres do PS foram eleitos para o Conselho de Estado ■ A CGTP considera inaceitável a proposta de aumento salarial de 6,5 por cento apresentada pelo Governo para a Função Pública ■ O gabinete de imprensa do PCP anuncia a designação de Carlos Brito para director do «Avante!» ■ Boris Ieltsin anexa todos os bens do aparelho da Presidência soviética, incluindo o Kremlin, e abole o Ministério das Relações Exteriores soviético ■ A Alemanha reconhece a Eslovénia e a Croácia como estados independentes.

20 Sexta-feira

Os trabalhadores do Metropolitan de Lisboa cumprem uma greve de 24 horas ■ O presidente De Klerk admite a possibilidade de o parlamento sul-africano contar com uma câmara negra ao mesmo tempo que seria formado um governo de transição ■ A Rússia anuncia que pretende pertencer à NATO, no decorrer da primeira reunião entre a Aliança e os países do ex-pacto de Varsóvia ■ Boris Ieltsin é recebido em audiência privada, que durou uma hora, pelo Papa João Paulo II.

21 Sábado

O embaixador dos EUA em Lisboa compromete-se perante o ministro da Defesa português a enviar um emissário aos Açores para reapreciar o processo de despedimentos dos 91 trabalhadores na base das Lajes ■ O Presidente da República Mário Soares concede o indulto aos sete arguidos do chamado caso FUP/FP-25 ■ Onze presidentes de ex-repúblicas soviéticas, liderados por Boris Ieltsin, assinam em Alma Ata, capital do Casaquistão, um acordo que confirma a extinção da URSS e abolem a presidência soviética ■ O Governo Indonésio recusa o pedido da Austrália de abrir um consulado em Díli.

22 Domingo

A CNA reclama do Governo que desbloqueie a intervenção no sector do vinho e assegure o escoamento dos 2,6 milhões de hectolitros já declarados na base do preço acordado com a CEE ■ Partidários e adversários do Presidente da Geórgia envolvem-se em de que resultaram 17 mortos e dezenas de feridos ■ Júlio Anguita é reeleito secretário-geral do Partido Comunista de Espanha.

23 Segunda-feira

A Fenprof anuncia que vai desenvolver «uma forte acção de luta» contra a proposta de aumento salarial do Governo, enquanto a Frente Sindical da Administração Pública reafirma a sua posição de a considerar «inaceitável» ■ O Ministro da República para os Açores critica na sua mensagem de Natal a atitude das autoridades norte-americanas que ameaçam de despedimento cerca de uma centena de trabalhadores portugueses das Bases das Lajes ■ A Comissão Nacional Justiça e paz em missiva endereçada ao Primeiro-Ministro considera que o baixo nível das reformas exige revisão do sistema contributivo ■ Docentes mantendo o estatuto de provisório iniciam greve de fome à porta do Ministério da Educação como forma de luta contra a instabilidade de emprego de que são vítimas ■ Três crianças morrem carbonizadas numa barraca devorada pelas chamas num bairro de lata em Chelas ■ Gorbachev anuncia ao primeiro-ministro estar iminente a sua demissão ■ Parlamento polaco aprova novo governo de centro-direita ■ A Alemanha reconhece oficialmente as repúblicas croata e eslovena

24 Terça-feira

Trabalhadores da Rodioviária Nacional a Sul do tejo cumprem uma greve de 24 horas por aumentos salariais ■ Jovens agricultores algarvios reclamam maior bonificação de juros ■ Obra de Gil Teixeira Lopes galardoadada em biennial na Índia ■ A Quercus alerta para a construção de uma «central de enriquecimento de urânio» em Espanha, junto aos concelhos fronteiriços de Almeida e Figueira de Castelo Rodrigo ■ Trabalhadores portugueses das Bases das Lajes criticam Mota Amaral pelo facto de ter convidado o comandante das forças norte-americanas ali estacionadas para a recepção de Natal e não ter aludido no seu discurso à intenção das autoridades dos EUA de despedirem cerca de uma centena de portugueses ■ Emboscada dos «Khemers» vermelhos provoca dez mortos no Camboja ■ Prosseguem os combates em várias frentes da Croácia ■

25 Quarta-feira

Mikhail Gorbachev formaliza a sua demissão de Presidente da URSS e entrega o controlo do armamento nuclear a Boris Ieltsin; este, entretanto, apresenta no Parlamento a política militar da nova Rússia ■ Após três dias de lutas civis é levantado o cerco ao presidente da Geórgia, Zviad Gamsakhurdia ■ Presidente Argelino apela ao voto nas eleições para a Assembleia Nacional e afirma que coabitará com a oposição ■ Meia centena de pessoas atacam com explosivos um supermercado em Istambul causando onze mortos e cerca de duas dezenas de feridos.

Tempo de resistência e luta

Entre a publicação deste número do nosso «Avante!» e a do próximo terá chegado ao fim este conturbado ano de profundas e singulares mudanças na vida e na História do mundo e começado um outro que se antevê de rudes dificuldades, pleno de interrogações e de densas brumas, às quais, para umas, não se vislumbram de imediato respostas positivas no novo quadro socioeconómico e geopolítico do mundo e, para outras, perspectivas de uma necessária e rápida dissipação.

Para o povo português, sob o processo de consolidação da direita cavaquista no poder e de uma afirmação mais precisa do seu projecto político e de classe antidemocrático e antipopular e sob as novas condições da nossa inserção no mundo, o ano que aí vem prenuncia-se sombrio em termos económicos, sociais e políticos. A Resolução do Comité Central do PCP, saída da sua Reunião Plenária de 17 de Dezembro, fornece da complexa situação nacional actual e dos propósitos do Governo um panorama preocupante e fundamentado, avançando grandes linhas de resistência e luta para o defrontar.

No plano político-institucional — na nova arrumação de forças saída das eleições de 6 de Outubro, depois da aprovação pela exclusiva maioria parlamentar absoluta do PSD do programa do Governo e do retomar dos trabalhos da Assembleia da República após as férias parlamentares com a redefinição posterior da escala de prioridades da nova equipa governativa da Cavaco Silva — são reveladoras as gravosas características restritivas do Projecto de Orçamento do Estado e da política financeira do Executivo cavaquista para 1992 e dos seus intentos totalitários.

O que ressalta dos propósitos do cavaquismo governante, no quadro dos novos desenvolvimentos do processo de integração na CEE, é a imposição de uma nova política de austeridade «aperta-o-cinto» para os trabalhadores, o agravamento da ofensiva contra as condições de vida e os direitos sociais do povo, uma política económica virada contra os interesses vitais das camadas laboriosas e o recrutamento, apoiado no reforço da maioria parlamentar absoluta do PSD e nos novos instrumentos repressivos, da ofensiva contra a democracia política.

No plano político-partidário são elucidativas da estabilidade política de fachada as inflamadas disputas internas no seio do PSD entre clãs, «barões» e «baronetes» pelas sinecuras do aparelho de Estado, o reacender da guerrilha institucional entre o Governo e a Presidência da República e, noutras áreas, luta de tendências no seio do PS pela liderança e a redefinição da orientação e da política de alianças dos socialistas face à direita cavaquista e aos seus projectos restauracionistas de um novo Estado autoritário, assim como o processo de decomposição do CDS e os indícios de um novo reagrupamento de forças na extrema direita.

Um outro dado político de relevo nesta transição do calendário é a corpo-

rização tácita de uma nova «santa aliança» anticomunista, visando a ilusória desarticulação da força mais coerente e combativa da oposição democrática — o PCP.

No plano social assumem particular significado as decisões e consignas de luta saídas da Conferência Nacional Sindical de 13 e 14 de Dezembro da CGTP-IN.

No quadro «paradísico» do sistema capitalista mundial, onde despontam novos centros de decisão e se acentuam as contradições e os índices de uma teimosa recessão de profundas incidências económicas, financeiras e sociais; em vésperas da sua ampliação geográfica com o novo agrupamento de Estados saído dos escombros da União Soviética, é útil assentar os pés na realidade portuguesa, expor à luz do dia a gravidade dos problemas nacionais gerados ou agravados na prossecução dos objectivos estratégicos do PSD, prever os desenvolvimentos da nefasta política da direita governante.

Cavaco Silva, regressado de Maastriech, empenhado com a presidência da CEE durante o seu consulado para o 1.º trimestre de 1992, atribuindo-se um papel de primeiro plano nas decisões comunitárias que efectivamente não teve nem o aceitavam os maiores da Comunidade (como se sabe as decisões capitais da CEE dependem dos quatro principais países, que reúnem 40 votos do total de 71 do conjunto da Comunidade), repete de novo a sua «singela» prevenção pós-eleitoral dos «dias difíceis» que se avizinham para Portugal, iludindo a verdadeira natureza das dificuldades.

E torna-se sobremaneira evidente que em holocausto a uma Europa comunitária de novo peso o Estado português se prepara para tomar mais exígias as condições de vida dos trabalhadores e do povo e a prestação de serviços públicos de importância primacial na vida dos portugueses.

O liberalismo mais acendrado, de que o novo ministro das Finanças é um activo paladino, de tanto agrado da CIP pela boca do sr. Ferraz da Costa, com todas as suas graves incidências sociais, vai dominar nos tempos que se seguem toda a estratégia económica do cavaquismo governante.

A aceleração do processo de privatizações da economia, com a alienação de empresas e serviços de grande utilidade pública que nem Salazar se dispôs a operar em tão vasta escala, a efectivar-se na sua totalidade no decurso de 1992, em pleno marasma do mercado bolsista, ameaça fazer passar para as mãos do grande capital privado português e estrangeiro e por irrisório preço os sectores mais rentáveis da economia nacional.

E ao grande capital privado se prepara o Governo para fazer mercê de tectos salariais que representando não apenas a apregoada «contenção» das remunerações do trabalho como base de elevação da nossa competitividade económica constitui de facto uma queda efectiva do salário real e das prestações sociais, um

maior distanciamento do nível médio da Europa comunitária, a prática liberalização dos despedimentos instituída no negregado «pacote laboral» repudiado pelos trabalhadores, o aumento da duração das jornadas de trabalho, o agravamento das injustiças sociais e das diferenças na distribuição dos rendimentos do trabalho em benefício dos detentores do capital.

O Governo prepara-se para pôr na rua cerca de 100 mil trabalhadores da Função Pública.

Aos que ficarem pretende «actualizar» os vencimentos na base de uma taxa de inflação administrativa de 6,5% (que as previsões da OCDE atiram de facto para os quase 11%).

Cavaco Silva e a sua gente preparam-se para cobrar receitas e impostos na base da taxa de inflação mais ou menos real e para pagar despesas sociais e de interesse público na base de uma taxa fictícia, estabelecida por métodos administrativos.

O caso da Coelima, a segunda empresa têxtil e a maior da corda do Ave, é paradigmático: os sete bancos credores no processo de falência propõem-se reestruturar a empresa na base do despedimento de 405 dos dois mil trabalhadores, com antecipação de quatro para três anos do prazo de pagamento das dívidas que, no caso dos salários em atraso, monta a 365 mil contos.

Como se salienta na Resolução do Comité Central, «a profunda desfiguração da democracia política», principalmente através de modificações antidemocráticas das leis eleitorais visando garantir a eternização do PSD no poder, constitui um objectivo estratégico de primeiro plano da direita cavaquista governante.

Para obstar à consumação desses objectivos essenciais da direita — que condenavelmente contam com aquiescência do PS — aponta e propõe a resolução do CC quatro grandes linhas de resistência e luta.

Em primeiro lugar, a luta de massas, o protesto e a intervenção activa das diversas classes, camadas e grupos sociais em defesa dos seus próprios interesses e direitos.

Depois, o reforço e dinamização das mais diversas organizações, movimentos e estruturas de carácter unitário; a acção e intervenção nas e junto das instituições democráticas; a luta pela unidade dos trabalhadores e pela cooperação, convergência e unidade de acção dos democratas.

É esse um colossal trabalho das invencíveis forças do progresso da democracia portuguesa às quais incumbe a tarefa de construir o futuro, entre as quais a justo título os comunistas ocupam um lugar insubstituível.

Não se vislumbra ainda a luz no fundo do túnel, rudes obstáculos difíceis de transpor se levantam no caminho.

Mas atravessá-lo-emos. Agarraremos com mãos firmes a bandeira da luta para que o Ano Novo dos tempos vindouros signifique passos em frente na prosperidade e na felicidade do nosso povo.

TABELA DE ASSINATURAS

PORTUGAL (CONTINENTE) — 50 números: 4.500\$00; 25 números: 2.325\$00
REGIÕES AUTÓNOMAS — 50 números: 7.707\$50
ESPAÑA — 50 números: 7.090\$00
MACAU — 50 números: 11.140\$00
GUINÉ-BISSAU E S. TOMÉ E PRÍNCIPE — 50 números: 12.190\$00
EUROPA (e ARGÉLIA, MARROCOS, TUNÍSIA E TODO O TERRITÓRIO DA URSS) — 50 números: 13.350\$00
EXTRA-EUROPA — 50 números: 16.450\$00
Nome _____
Morada _____ Telef. _____
Código Postal _____
Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado do cheque ou vale do correio.

TRABALHADORES

Afirmando disposição de lutar

Sindicatos recusam 6,5% para a Função Pública

Os 23 sindicatos subscritores da plataforma reivindicativa comum para a Administração Pública consideram inaceitável os 6,5% de aumentos salariais propostos pelo Governo e afirmam-se dispostos a lutar pelas justas reivindicações que defendem.

No passado dia 18 o Governo apresentou às três comissões negociadoras sindicais da Função Pública uma contraproposta de aumentos salariais de 6,5 por cento em 1992. A reacção dos sindicatos foi de firme rejeição, tanto por parte da FNSTFP/CGTP, como da Fesap/UGT, e do SQTE.

Num plenário de dirigentes das organizações sindicais que, com a federação da CGTP, subscrevem a plataforma reivindicativa, foi afirmada «a disposição de lutar em defesa das justas reivindicações constantes da PR/92». A reunião, realizada de emergência no dia 19, teve a participação de mais de uma centena de dirigentes sindicais de todo o País, que aprovaram uma resolução sublinhando que «qualquer proposta negociada deve passar por um aumento salarial superior à inflação e que tenha ainda em conta os ganhos de produtividade nacional e a aproximação à CEE» dos salários portugueses.

Na resolução considera-se que a proposta entregue pelo ministro das Finanças aos sindicatos «assenta em pressupostos incorrectos e sem credibilidade» e levaria a que

os trabalhadores perdessem entre 3 e 4 por cento do seu poder de compra no próximo ano.

Os dirigentes das organizações sindicais subscritoras da plataforma reivindicativa reafirmam que «é possível aumentar os salários reais e, simultaneamente, descer a inflação, como já se verificou este ano», pelo que decidem manter as exigências apresentadas ao Governo: 17 por cento de aumento nos salários e pensões (bem como ajudas de custo e prestações da ADSE), 600 escudos de subsídio de refeição (400 actualmente) e revalorização do salário mínimo da Função Pública em relação ao salário mínimo nacional. Os sindicatos pretendem ainda que seja cumprida a lei no que respeita ao descongelamento de escalões, devendo a última fase deste processo entrar em vigor já no dia 1 de Janeiro. É também considerada grave a omissão pelo Governo da revalorização das carreiras profissionais e da alteração do quadro legal de participação e negociação colectiva, «duas reivindicações centrais dos sindicatos e dos trabalhadores».

As posições manifestadas no plenário e expressas na

resolução foram colocadas no dia seguinte, sexta-feira, na reunião da comissão negociadora sindical com a Secretaria de Estado do Orçamento. «O Governo dispôs-se a fazer cedências quanto aos valores apontados e a outras matérias, como o direito de participação e negociação colectiva e o descongelamento de escalões», revelava uma

nota dos representantes dos trabalhadores, divulgada no final da reunião. Uma nova ronda das negociações deveria ter lugar até ao dia de hoje.

Entretanto, os sindicatos estão a consultar o maior número de trabalhadores quanto à possibilidade de concretizar acções de luta no início de Janeiro.

CGTP responsabiliza Governo e patronato

O executivo do PSD «mantém uma inexplicável e teimosa intenção de conter os salários em 1992» e, «conjugando a posição do Governo, vem a CIP declarar que a sua contribuição para a redução dos preços é a contenção dos salários» — constata a CGTP-IN, numa nota de imprensa divulgada dia 20. Nesse documento a central «reafirma que, com tais comportamentos, Governo e patronato serão responsabilizados pela conflitualidade que inevitavelmente ocorrerá» e, apelando «ao bom senso», alerta os trabalhadores para «a necessidade de, em unidade e acção, contrariarem tais objectivos».

Greve no Superior

A FENPROF marcou uma greve aos exames semestrais do Ensino Superior, a qual terá início no dia 20 de Janeiro, caso o Governo, até dia 17, não assegure o pagamento das subidas de escalão em dívida desde 1 de Julho de 1990 e a abertura de negociações da última fase de transição para o novo sistema retributivo da Função Pública.

Um comunicado da Federação Nacional dos Professores recorda que o Governo quebrou os compromissos assumidos no final de Novembro quanto ao pagamento das dívidas dos escalões juntamente com os salários de Dezembro e à marcação rápida de uma reunião para discussão de matérias pendentes.

O SPGL, entretanto, manifestou-se disposto a convocar também para o próximo mês uma greve às horas extraordinárias, se o Ministério da Educação não pagar até ao fim de Dezembro o trabalho extraordinário executado no segundo semestre do ano.

Contratos a prazo

Após ser conhecida a atitude do PSD na AR, que não permitiu a alteração no plenário parlamentar dos decretos-leis 407, 409 e 413/91, apenas admitindo a sua baixa à comissão especializada, o Sindicato dos Trabalhadores do Município de Lisboa, numa nota à comunicação social, afirmou que «não se compreende a posição dos deputados e Governo, quando tudo justifica que sejam urgentemente feitas as devidas alterações de modo a garantir o direito ao trabalho de milhares de trabalhadores». A posição do PSD, diz o STML, é «deveras estranha», tendo em conta que o secretário de Estado da Administração Autárquica, na reunião com o sindicato, dia 12 de Dezembro, admitiu que aqueles diplomas teriam que ser objecto de adaptações e, em princípio, estaria de acordo com as sugestões intermédias avançadas pelo STML.

Cavaco diz na CEE e desdiz em Portugal

O Relatório Económico Anual da Comissão das Comunidades Europeias, este mês divulgado em Bruxelas, «contém informações sobre a economia portuguesa que contradizem declarações e intenções que sobre o mesmo assunto são produzidas entre nós pelo Governo, particularmente no que respeita ao abrandamento da economia portuguesa, à evolução dos salários e preços, e à evolução do nível de vida», constata a CGTP. Num comunicado que divulgou à imprensa na semana passada a central comenta:

«Sabendo-se que é o Governo quem fornece esta informação aos serviços da Comissão, mostra-se existir um duplo discurso, um interno e outro para a CEE».

No que respeita à evolução da inflação, o documento refere que é já do domínio público que o Governo admite perante a Comissão que o aumento dos preços no consumidor possa atingir 9,5% em 1992, enquanto em Portugal o Governo fala nos 7 a 8%. O Governo admite inclusivamente que a inflação possa atingir 8% em 1993. Estes dados levam a concluir que, mais do que admitir internamente uma evolução realista da inflação, se trata principalmente de influenciar o crescimento dos salários, no sentido da sua contenção.

Entretanto, recorda a central, o Governo tomou já compromissos em Bruxelas sobre medidas que irão aumentar o custo de vida, como a eliminação da taxa zero na aplicação do IVA, o que levará ao aumento de um certo número de bens, como os alimentares, e serviços.

Quanto ao crescimento dos salários, o Governo admite perante a Comissão um aumento por trabalhador de 4,5% em termos reais em 1992 — o que tem implícito um aumento nominal de 14,5%.

Isto mostra que não é de facto irrealista a reivindicação da CGTP-IN de crescimento global dos salários, sabendo-se também que há que aproximar o nível dos salários portugueses da média comunitária.

Esta objectivo — ressalva a CGTP — pode, no entanto, ser posto em causa por políticas restritivas, quer no que respeita aos salários, quer em relação à política orçamental. O Governo refere até à exaustão que o crescimento económico tem sido superior à média comunitária, o que conduz a uma aproximação do nível de vida, medido pela capitação do PIB. No entanto, o Relatório da Comissão mostra que Portugal é o país do Sul da CEE em que essa aproximação é mais lenta, à excepção da Grécia. Uma política restritiva poderá comprometer este processo de aproximação — alerta a central.

Plenário Nacional de Sindicatos exige redução do horário máximo

O Plenário Nacional de Sindicatos da CGTP-IN, reunido no dia 19 em Lisboa, aprovou uma moção em que exige a redução do horário máximo de trabalho.

Por um lado, a CGTP reclama que a todos os trabalhadores que ainda têm horários superiores a 40 horas semanais seja garantida, no mínimo, a redução de uma hora a partir de 1 de Janeiro. A central exige também medidas legislativas urgentes que consagrem legalmente o horário máximo semanal de 40 horas, «sem prejuízo de se continuar a lutar pela aplicação imediata desse horário nas empresas e por via da contratação colectiva».

Por fim, o plenário da CGTP «exorta toda a estrutura a empenhar-se activamente» na discussão pública do projecto de lei 8/VI, apresentado na AR pelo Grupo Parlamentar do PCP e que contempla a reivindicação da

redução do horário, apresentada pela Intersindical Nacional aos partidos políticos antes das eleições. O processo de discussão pública decorre até 17 de Janeiro, e a CGTP, que lhe manifestou o seu apoio, apela a que todas as posições expressas pelos trabalhadores sejam dadas a conhecer à Comissão Parlamentar de Trabalho.

Na moção aprovada dia 19 considera-se a redução da duração de trabalho como «um elemento determinante para a melhoria da qualidade de vida», recordando que «nos restantes países da CEE a semana de trabalho oscila entre as 35 e as 40 horas, não ultrapassando este limiar em nenhum deles». Por outro lado, «o Governo assumiu compromissos de redução de, pelo menos, uma hora por ano, e durante a campanha eleitoral defendeu a duração semanal máxima de 40 horas».

Actividades para 1992

O plenário aprovou o orçamento da central e o plano geral de actividades para o próximo ano. Partindo das decisões do último congresso e da Conferência Sindical Nacional, bem como de outras iniciativas realizadas, e tendo presente o contexto político, económico e social no País e as implicações do processo de integração comunitária, o plano tem como grande momento a realização do 7º Congresso da CGTP, cuja data será marcada no plenário de sindicatos a realizar dia 31 de Janeiro.

O primeiro mês de 1992 ficará a assinalar o lançamento de uma campanha nacional de sindicalização (articulada com a eleição de novos delegados sindicais) e da acção sindical para a eleição dos representantes dos trabalhadores nas comissões de Segu-

rança, Higiene e Saúde no Trabalho, a constituir nas empresas de acordo com a nova legislação.

De Fevereiro a Junho vai decorrer uma campanha pela aplicação dos direitos individuais e colectivos dos trabalhadores.

A CGTP inclui ainda no seu calendário de iniciativas a Cimeira Sindical Ibérica (20 de Janeiro), uma mesa-redonda sobre a União Económica e Monetária, com a participação de outras organizações sindicais europeias (24 e 25 de Janeiro), a 2ª Conferência Nacional da Interjovem (28 e 29 de Março), a Conferência Sindical Nacional das Mulheres Trabalhadoras (10 e 11 de Abril), seminários sobre defesa do consumidor, ambiente e desenvolvimento, regiões fronteiriças do Alentejo, segurança, saúde e ambiente no trabalho, e sector primário (pescas e agricultura).

INTERNACIONAL

NA PRATELEIRA DA PETROGAL

Uma centena de trabalhadores da Petrogal estão na «prateleira», sem qualquer tarefa distribuída, «situação que, além de ilegal, está a provocar graves problemas psicológicos», denuncia a Federação dos Sindicatos da Química, Farmacêutica, Petróleo e Gás. A Fequifa acusa a administração de «lesar seriamente os direitos dos trabalhadores e ofender gravemente a sua dignidade profissional», seguindo uma «gestão desumanizada» que passa também pela «persistente tentativa de agravamento do regime de horários de laboração contínua» e pelo «fomento do individualismo e do sobre-esforço dos trabalhadores, através da implementação de aumentos selectivos.

METALURGIA EM GREVE

Os trabalhadores da empresa «Petróleo Mecânica Alfa», com sede em Pontilhão - Brito (Guimarães) entrarão em greve no dia 9 de Dezembro por aumentos salariais justos, pela melhoria das condições de trabalho e contra os despedimentos abusivos que ali se têm verificado, informou o Sindicato dos Metalúrgicos de Braga (STIMMDB). Numa nota à comunicação social afirma-se que a greve foi a única via que restou depois de a administração ter vindo a recusar-se a negociar as reivindicações com os órgãos representativos dos trabalhadores.

GREVE NA CABOTAGEM DO SUL DA EUROPA

Os sindicatos de marítimos de Portugal, Grécia, Espanha, França e Itália decidiram recentemente, num encontro realizado em Bruxelas, convocar para 28 de Janeiro uma greve dos trabalhadores dos navios de cabotagem que servem as regiões insulares. A Federação de Sindicatos do Mar, que divulgou a informação, afirma que a paralisação abrangerá mais de 90 mil marítimos e será a primeira greve a nível europeu. Foi também convocada para 13 de Fevereiro uma manifestação junto ao PE. A luta dos marítimos do sul da Europa tem por objectivo - refere a federação portuguesa - evitar que a CEE ultime o processo de liberalização da cabotagem, uma vez que não tem em conta os interesses dos trabalhadores da frota, nomeadamente a nível de emprego e segurança. Estão ameaçados metade dos postos de trabalho, pois será permitido que as tripulações tenham apenas 50 por cento de europeus.

MULTINACIONAIS DESPEDEM

O Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Eléctricas do Norte vai tomar medidas para sensibilizar o Governo, a CEE e a opinião pública para o problema dos despedimentos e rescisões no sector de fabricação de material eléctrico e electrónico, onde predominam as empresas multinacionais. Inserindo estas acções no contexto da presidência portuguesa da Comunidade, o sindicato refere os exemplos do complexo Grundig/Blaupunkt, em Braga, e da Texas Instruments e da Preh, no Porto. O plenário dos órgãos dirigentes do STIEN, reunido na semana passada, decidiu ainda actuar no quadro da contratação e da luta reivindicativa para «obstar à contenção salarial» anunciada pelo Governo no CPCSE e rejeitar a urgência pedida para conclusão do Acordo/92, «na medida em que visa o esvaziamento da contratação colectiva».

CONGRESSO DA FCT

A Federação Nacional dos Sindicatos das Comunicações e Telecomunicações realizou o seu 4º Congresso nos dias 5 e 6, em Lisboa. Foram aprovadas alterações aos estatutos, um programa de acção e a composição do Conselho Nacional e do Conselho Fiscal da FCT.

JORNALISTAS

O subsecretário de Estado que no 12º Governo tem o pelouro da comunicação social recebeu no dia 12 o presidente do Sindicato dos Jornalistas. À saída da reunião com Amândio de Oliveira, João Mesquita considerou o encontro muito positivo, destacando a disponibilidade para o diálogo do subsecretário de Estado adjunto do secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros, o qual - refere um telegrama da Lusa - disse que o Governo não vai desencadear qualquer processo com vista à revisão da Lei de Imprensa. Ficou assente a realização de encontros trimestrais, e foi marcada uma reunião de trabalho para 20 de Janeiro com o objectivo de discutir matérias como o regulamento da carteira profissional e as regalias sociais dos jornalistas.

BANCÁRIOS DO NORTE

A lista A, apoiada pela direcção cessante, obteve 53,3 por cento dos votos nas eleições realizadas dia 5 para o Sindicato dos Bancários do Norte. Nas eleições para a direcção - informou a Lusa - a lista C, apoiada pela tendência unitária, obteve 35,3 por cento, e a lista F teve 11,3. Ao mesmo tempo realizaram as eleições dos delegados ao congresso do SBN, vencendo a lista C (97 lugares, 30,7% dos votos); a lista E elegeu 94 delegados (30%), a lista B - 70 delegados (23,1%), a F - 28 delegados (8,3%), a D - 10 delegados (4,3%) e a lista G - 9 delegados (3,4%). Foram contados 7959 votos, que representam 46 por cento do universo eleitoral de 17765 bancários.

HOTELARIA

A federação da hotelaria (FESHOT), informada pelo Governo de que não lhe vão ser atribuídos quaisquer apoios financeiros para a realização de iniciativas de sensibilização e formação de quadros sindicais e de trabalhadores na área da higiene e segurança no trabalho, afirma que «a única ilação que nos resta tirar é que o tão apregoado Ano Europeu da Segurança e Higiene não passa de manobra propagandística do Governo».

Mercado debate nacional sobre a CP

Linhas férreas por maus caminhos

A Federação dos Ferroviários critica severamente a política do Governo e do Conselho de Gerência da CP, anunciando para 17 de Janeiro um debate nacional sobre a situação nos caminhos-de-ferro

Há um «atraso considerável nos investimentos» e, até, «um certo abandono» do Plano de Modernização e Reversão do Caminho-de-Ferro, «que parece estar a ser preterido em favor da implementação de uma série de medidas soltas visando o desmembramento da CP, através da criação de empresas a privatizar num futuro mais ou menos próximo». A acusação foi feita em conferência de imprensa, na semana passada, pela Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores Ferroviários Portugueses, quando são passados os primeiros quatro anos de execução daquele plano, que previa investimentos de 225 milhões de contos de 1988 até 1994.

Paralelamente com a criação de uma dezena de empresas a partir da CP, refere-se no documento entregue aos jornalistas, é anunciada a entrega, em regime de concessão, de vários troços ferroviários rentáveis, «tudo isto sem que tenha sido estabelecido e superiormente aprovado um plano coerente, em que as medidas de desmembramento da CP sejam minimamente justificadas, quer à luz de critérios de interesse nacional, quer com argumentação em defesa da eficácia dos transportes ferroviários».

Contrariamente aos objectivos principais definidos no Plano de Modernização e Reversão, denuncia a Federação, «o número de passageiros baixou, o tráfego de mercadorias desceu, as velocidades médias dos comboios foram, em muitos casos, reduzidas como panaceia para evitar os acidentes, dado o precário estado de conservação da via». «Ao mesmo tempo que não consegue cumprir as metas estabelecidas no PMRCF, o Governo anuncia outros empreendimentos, como seja a reestruturação da Linha da Beira Alta, com um investimento de 30 milhões de contos, e a modernização da Linha do Norte, com

100 milhões de contos», constata a Federação, concluindo que «a CP anda à deriva, sem uma estratégia coerente de desenvolvimento e à mercê dos interesses, falhos da mínima transparência, de grupos privados que cobiçam os sectores potencialmente mais lucrativos».

A Federação dos Ferroviários alerta para o facto de a CP se encontrar novamente à beira da ruptura financeira, pois o Governo não paga as indemnizações compensatórias correspondentes à componente social do transporte ferroviário.

Considerando incorrecto falar em prejuízos na CP, a federação recorda que os índices de produtividade aqui registados são dos mais elevados nas doze redes de caminho-de-ferro da CEE. Os 25 milhões de contos negativos que surgem nas contas da empresa (depois do saneamento financeiro em 1985), no entender da FSTFP, «ficam a dever-se à incapacidade demonstrada pelo actual CG, que dedica mais tempo e mais atenção aos negócios do desmembramento da empresa do que à sua gestão propriamente dita». Vem a propósito recordar que, num comunicado recente, a Comissão de Trabalhadores da CP revelou que o presidente do conselho de gerência da CP é também presidente da Invesfer (uma das empresas criadas neste processo).

Os sindicalistas acusam ainda o conselho de gerência de promover uma «gestão desastrosa dos recursos humanos, onde o desencanto e o descontentamento dos trabalhadores geram um clima de grande instabilidade social».

Neste contexto, a Federação vai realizar um debate nacional sobre a situação da CP, no dia 17 de Janeiro, na Casa da Imprensa, em Lisboa, «aberto a todos os que se interessam pelo desenvolvimento do caminho-de-ferro em Portugal».

Privatizações na AR

Cerca de um ano depois de apresentada, foi discutida na AR no passado dia 20 a petição de trabalhadores do sector empresarial do Estado. Numa carta entregue a cada deputado no início da sessão, uma delegação dos peticionários afirmava que «é tempo de sustar esta fúria privatizadora, a consequente invasão do capital estrangeiro e o desrespeito pelos direitos dos trabalhadores», manifestando a esperança de que cada um dos parlamentares «contribua para que a decisão tomada pela AR contenha as necessárias medidas de investimento no SEE, no sentido de proporcionar a reorganização e modernização, e não a alienação do sector empresarial do Estado».

Na sequência dos debates, o Grupo Parlamentar do PCP declarou que vai requerer a

presença na AR do ministro das Finanças e da Comissão das Privatizações, a fim de serem interpelados sobre o processo de alienação do SEE.

Os representantes das organizações de trabalhadores decidiram, numa reunião no jardim junto ao Palácio de S. Bento, enviar um protesto à AR por a Comissão de Petições não ter ouvido nem informado previamente os peticionários. Ficou marcada para 8 de Janeiro, na sede da CGTP, uma reunião de federações e uniões sindicais e de coordenadoras das comissões de trabalhadores das empresas do SEE para definir novas iniciativas.

Bancários

As comissões de trabalhadores da banca, reunidas re-

centemente em assembleia, concluíram que se mantêm no processo de privatizações «um ambiente de suspeição confirmativo de que a alienação do capital público apresenta contornos nada transparentes e de privilégios de

grupo», de que são «prova indelével» os factos conhecidos relativamente ao BPA, ao BESCL, ao BTA e ao BFB.

As CTs da banca - como se refere numa nota da respectiva coordenadora - afirmam que se desenvolvem «com toda a eficácia os planos do capital estrangeiro de domínio deste sector estratégico», acentuando-se as provas de que «os processos de privatizações estão intimamente ligados à redução e perda de direitos dos trabalhadores». Os elevados

índices de rentabilidade não têm reflexos no nível salarial, e aumentam as preocupações quanto à estabilidade de emprego e à garantia das reformas. Por outro lado, não têm avançado os grupos do sector público financeiro que o Governo tem propagandeado, «pelo que é legítimo temer-se que não passem de habilidades dilatórias».

As CTs da banca decidiram recorrer aos órgãos de soberania para que seja reposta a legalidade no sector, nomeadamente no que respeita aos direitos dos trabalhadores. Manifestando «total solidariedade» aos camaradas do sector de seguros, «primeiras vítimas dos despedimentos na área financeira», as CTs apelaram a que as estruturas dos trabalhadores bancários «tenham uma acção concertada perante a gravidade da situação» na banca.

Em conferência de imprensa, na semana passada, o Sindicato dos Trabalhadores de Seguros do Sul e Regiões Autónomas considerou que os recentes despedimentos de 80 trabalhadores de três seguradoras estrangeiras é «injustificável», juntando assim a sua voz ao sindicato do Norte.

«A prova de que não há falta de trabalhadores no sector de seguros é o facto de as companhias continuarem a admitir novos funcionários», afirmou o presidente do sindicato, citado pela Lusa.

Quem recebe o salário mínimo

Cerca de 8,6 por cento dos trabalhadores portugueses recebem o salário mínimo, mas isso acontece a mais de um em cada cinco nas empresas com menos de 10 empregados, segundo o departamento de estatísticas do Ministério do Emprego.

A análise por sectores revela que é nos restaurantes e hotéis que mais trabalhadores (29,5 por cento) auferem o salário mínimo nacional seguindo-se o fabrico de mobiliário (19,2 por cento), as indústrias de madeira e cortiça (16,4 por cento), o calçado (14,4 por cento) e as indústrias de curtumes e alimentares, com cerca de 13,5 por cento.

Enquanto 12,0 por cento das mulheres trabalhadoras recebem pelo salário mínimo, a percentagem de homens que não ultrapassam aquele limiar queda-se pelos 6,6 por cento.

Nos restaurantes e hotéis, mais de uma em cada três mulheres recebem o mínimo legalmente estipulado, o mesmo acontecendo com uma, ou mais, em cada cinco nas indústrias de curtumes, papel, mobiliário, madeira e cortiça, e alimentação.

O maior peso de homens a receber pelo mínimo nacional encontra-se também nos restaurantes e hotéis, onde mais de um em cada quatro recebe pelo mínimo legal - refere a agência Lusa.

Homenagem a Dias Coelho Um exemplo de português e comunista

A vida de Dias Coelho fala-nos da luta dos comunistas contra a ditadura

A vida e memória de José Dias Coelho, como uma atitude exemplar de português e comunista, têm uma redobrada força quando as evocamos a esta distância de três décadas é do prisma dos nossos dias quando muitas das nossas mais ardentes esperanças se cumpriram e realizaram e tantas incertezas, decepções e derrotas fundamentais se abateram, também, sobre o nosso combate, sem contudo nos desviarem dos grandes objectivos: a liberdade, a justiça social, o socialismo, um futuro mais radioso para o nosso país e para a humanidade.

As palavras são de Carlos Brito, membro da Comissão Política do PCP, na homenagem à memória de Dias Coelho, em Alcântara, no passado dia 19, no local onde foi assassinado pela PIDE há trinta anos.

Para Carlos Brito, que evocou Dias Coelho na sua qualidade de militante, artista e grande humanista, «o brutal assassinato cometido pela polícia política de Salazar ilustra sobre a forma como eram considerados os direitos humanos no Portugal de então». Lembrou a propósito o que hoje muitos procuram esquecer, como se nunca tivesse existido: «o estado policial omnipotente, com escutas e espões da Pide disseminados por toda a parte, o

medo reinante na sociedade, a repressão (...), as denúncias, a violação da correspondência, as escutas telefónicas, a tortura, os espancamentos, os assassinatos e, num sentido mais geral, a censura, a repressão dos direitos de expressão, de associação, de reunião, de manifestação, o domínio dos grupos monopolistas sobre a vida económica e política, a exploração desenfreada dos trabalhadores, a guerra colonial — numa palavra, o fascismo».

Salientando o papel determinante do PCP na luta contra o fascismo, como a própria vida de Dias Coelho ilustra, Carlos Brito lembrou quanto «é difícil lutar pela liberdade se deixamos que ela se perca, defina ou seja condicionada».

Por isso mesmo, disse, o PCP «alerta com viva preocupação para a prática sistemática e avassaladora desenvolvida pelo Governo de Cavaco Silva e a maioria parlamentar do PSD, visando uma crescente perversão e desfiguração do regime democrático».

Como aspectos mais graves desta política, Carlos Brito salientou a «nova ofensiva contra a democracia política centrada na revisão das leis e da própria Constituição para reduzir e adulterar o princípio da representação proporcional no nosso direito eleitoral; uma política económica con-



Carlos Brito durante a homenagem, em que participou o Coro da Academia de Amadores de Música, à memória de José Dias Coelho, assassinado há 30 anos pela PIDE

tra as camadas laboriosas e os interesses nacionais com a escalada das privatizações e outros mecanismos visando a concentração da riqueza, uma nova ofensiva contra as condições e os direitos sociais do nosso povo centrada na aplicação a toda a força do "pacote laboral", na chamada política de "contenção salarial" (que não é outra coisa se não a tentativa de impor a degradação dos salários reais) e a desresponsabilização do Estado em relação às suas obrigações sociais, designadamente na saúde, no ensino, na habitação e na segurança social».

Para fazer face a uma tal política, fez notar Carlos Brito, é necessário reforçar o Partido, salvaguardar a sua unidade e coesão face às campanhas e intrigas antipartidárias, aplicar as direcções prioritárias de trabalho apon-

tadas nas últimas reuniões do Comité Central, melhorar a organização do Partido. Neste contexto assume particular importância a preparação do XIV Congresso do PCP, marcado para o final do próximo ano, o que permite, como fez notar Carlos Brito, «uma discussão séria e profunda» das questões em análise e a intervenção de todos os militantes e organizações «com as suas opiniões, críticas, contribuições e propostas».

A terminar a sua intervenção, Carlos Brito afirmou a sua confiança no reforço do Partido e na sua capacidade para superar «dificuldades e fragilidades momentâneas para continuar como um grande Partido nacional indispensável ao regime democrático, aos trabalhadores, a todos os portugueses e a Portugal».

PCP aberto à participação plural nos órgãos da AML

O comunicado dos secretários-coordenadores da FAUL e da Federação de Setúbal do PS é um lamentável documento, que atribui ao PCP propósitos hegemónicos que efectivamente não tem, como demonstra a declaração de valorizar o diálogo e a procura de consenso e de garantir a participação de eleitos do PCP, PS e PSD em todos os órgãos da AML. A tentativa hegemónica foi antes do PS que pretendeu lugares em desconformidade com os princípios democráticos e com a sua representatividade, bem expressos, aliás, quando agora afirma que só com mais eleitos do PS a AML teria «peso político».

Apesar de os órgãos da AML deverem ser caracterizados por uma visão metropolitana e não pela representatividade deste ou daquele município, as soluções configuradas na lei e as propostas do PCP permitirão a participação de eleitos de todos os municípios na Assembleia Metropolitana e na Junta Metropolitana e, se o PS o entender, do presidente da Câmara de Lisboa ou Setúbal na Comissão Permanente.

O PS assumirá uma pesada responsabilidade caso coloque alguma dificuldade adicional ao desenvolvimento normal do processo de instituição da AML. Recorde-se, aliás, que os órgãos competentes dos municípios de Lisboa e Setúbal já aprovaram a instituição da AML.

O PCP, pelo seu lado, não podia deixar de assumir as responsabilidades que decorrem de existirem na AML 11 câmaras de presidência do PCP, 4 do PSD, 2 do PS e 1 da coligação PS-PCP-PEV-MDP, conjugando essa assumpção de responsabilidades com a manifesta abertura à participação plural em todos os órgãos da AML.

Justifica-se um sério apelo no sentido do trabalho empenhado para fazer face aos graves problemas da Grande Lisboa, superando atitudes sectárias e a frustração resultante de despropositados e desmedidos apetites, inteiramente desconformes com a representatividade autáutica do PS na AML. Se tal não acontecer, será o PS que ficará condenado a uma «irremediável solidão», designadamente face às populações, que não compreenderão a falta de empenho na participação nos órgãos da AML e na procura construtiva de soluções.

Lisboa, 19 de Dezembro de 1991

O Organismo do PCP para as questões da Área Metropolitana de Lisboa

Açores

Orçamento e Plano aprovados com importantes alterações

Após um processo político longo, terminou, na madrugada do passado dia 13, na Assembleia Legislativa Regional dos Açores, a discussão e votação das propostas de Orçamento e Plano daquela Região para o ano de 1992.

Com um quadro político modificado, no qual avulta o facto do PSD não dispor da maioria absoluta no parlamento regional, a discussão das propostas governamentais do Orçamento e Plano realizou-se de um modo diferente dos anteriores tendo mesmo motivado reuniões formais entre o Governo e os Partidos da Oposição Parlamentar.

Após a apresentação das propostas, feitas em 25 de Outubro, todos os partidos da oposição manifestaram ser necessário, através do diálogo político-institucional, encontrarem-se as alterações indispensáveis a uma viabilização do Orçamento e Plano para 92.

A DORAA do PCP, logo a 27 de Outubro, conforme assinalámos nas nossas páginas, afirmava ser necessário, «através do diálogo político encontrar-se as soluções que permitam a viabilização, com utilidade, do Orçamento e Plano para 92».

Após encontros em separado dos dirigentes dos Partidos da Oposição com o Presidente do Governo, realizados na última quinzena de Novembro, teve lugar em 4 de Dezembro, na sede da Assembleia Legislativa Regional, a primeira reunião, ao mais alto nível regional, entre o Governo e os Partidos da Oposição, reunião essa que tinha em vista a discussão de alterações às propostas que pudessem viabilizar o Orçamento e o Plano. Tais negociações prosseguiram a 6 e 9 de Dezembro mas não foram conclusivas, pois o Governo Regional recusou-se a aceitar qualquer corte nas despesas correntes do Orçamento.

Entretanto, o debate parlamentar decorreu em 10, 11 e 12 de Dezembro tendo terminado com a introdução nas propostas governamentais de um conjunto de alterações importantes e significativas aprovadas conjuntamente pelo PS, CDS, PCP e deputado independente.

A plataforma estabelecida entre os partidos da oposição e o deputado independente assentou nos pontos seguintes:

a) Redução das despesas correntes dos gabinetes, da aquisição de bens e serviços e outras rubricas com exclusão das que dizem respeito a pessoal e funcionamento de serviços essenciais, em 1 milhão de contos.

b) Afectação da verba disponibilizada para criação de uma remuneração complementar para a administração Regional e Local; para a criação de uma linha de crédito para pagamentos atrasados de leite à população, para re-

forço do programa de coope-
ração com as autarquias.

c) Estabelecimento de prioridades várias nos Programas do Plano, nomeadamente a alteração de uma verba ao Fundo Açoriano do Seguro Pecuário, e a definição de uma prioridade clara para a política de habitação respeitante a classes e camadas desprovidas de recursos.

d) Realização de iniciativas legislativas tendentes à aprovação posterior, e pela Assembleia da República, de uma isenção do IRC para as empresas que reinvestam lucros na Região e para cobertura pelo Orçamento do Estado da parte nacional de programas comunitários.

A partir da Plataforma anterior as propostas de Orçamento e Plano foram aprovadas, na generalidade pelo PSD, as alterações foram aprovadas na especialidade pelos 26 deputados do PS, CDS, PCP e independente e

na votação final global votou a verificar-se a abstenção dos partidos da oposição e independente.

O deputado Paulo Valadão, do PCP, realçou, na declaração de voto final, que para o nosso partido era importante «terem as propostas governamentais sido minimamente equilibradas com medidas de tanto relevo e importância económica e social» e que «se era verdade que o Orçamento e Plano para 92 continuavam a ser, em geral, maus instrumentos de

política, não é menos verdade que, a menos de um ano das eleições regionais, a convergência parlamentar das várias vertentes do descontentamento infringiu uma pesada derrota ao PSD, ao incluir nesses documentos medidas que são adequadas e que eram urgentes».

O deputado comunista acrescentou ainda que «se o Governo invocar o que aqui se passou para criar alguma desestabilização política, então terá de ser responsabilizado por isso».

CAMARADAS FALECIDOS

MANUELA ALVES

Faleceu, no passado dia 6 de Dezembro, Maria Manuela L. M. Alves, militante do PCP desde 1976, organizada na freguesia de Paço d'Arcos.

BERNARDINO BESUGO

Faleceu recentemente Bernardino Pais Besugo, com 59 anos de idade. Era funcionário público e estava organizado na freguesia de S. Sebastião.

Aos familiares e amigos, o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.

Indonésia reafirma posições

Os repetidos apelos internacionais para a realização de um inquérito imparcial ao massacre de Díli de 12 de Novembro passado parecem não terem qualquer efeito sobre as autoridades indonésias.

Uma comissão de inquérito indonésia diz que nada há que «contrarie o balanço oficial de 19 mortos» já antes divulgado pelos militares, o que contraria frontalmente os relatos feitos por testemunhas oculares, organizações de direitos humanos, jornalistas, igreja timorense (com destaque para um relatório do Bispo de Díli) e resistência maubere que apontam para um total de 72 a 115 pessoas mortas sob o fogo dos militares.

Para o juiz Jaelani, presidente desta comissão, no dia do massacre os soldados «abriram fogo para se defenderem de manifestantes que os atacaram» no cemitério de Santa Cruz.

A comissão está em vias de terminar o seu relatório que será entregue ao presidente Suharto.

Já depois destas declarações, o ministro dos Negócios Estrangeiros indonésio, Ali Alatas, falando numa conferência de imprensa conjunta com o seu homólogo australiano Gareth Evans, responsabilizaria a imprensa estrangeira pelo que classificou de relatos emocionais e exagerados dos acontecimentos de Díli, acrescentando que o seu governo está a pensar em impor restrições à entrada de jornalistas em Timor-Leste.

Gareth Evans, que esteve três dias em Djakarta ao que afirmou com o objectivo de expressar a preocupação da Austrália pelos incidentes do dia 12, veria recusadas todas as suas propostas, nomeadamente a abertura de um consulado australiano em Díli.

O presidente dos Estados Unidos, George Bush, vai fazer uma viagem à Austrália e a países da Ásia e, naquela que foi a sua primeira declaração pública sobre Timor, disse não saber se vai abordar a questão daquele território com os seus homólogos dessa região.

Para Bush os Estados Unidos já explicaram a sua posição às partes em confronto. Como foi noticiado uma missão diplomática norte-americana concluiu que as tropas indonésias mataram 75 a 100 timorenses nos incidentes de Novembro no cemitério de Santa Cruz em Díli, mas o departamento de Estado defendeu a manutenção de auxílio militar à Indonésia, justificando a medida com a necessidade de ajudar a «sensibilizar» as tropas de Djakarta para os ideais democráticos e humanitários.

Na semana passada o massacre de Díli foi descrito por testemunhas oculares a vários deputados britânicos, numa sessão aberta ao

público presidida por lord Avebury.

Cristopher Wenner, um operador de imagem britânico apresentou 15 minutos de cenas que filmou durante os

acontecimentos de Novembro passado e reiterou alguns factos já conhecidos: militares espancando manifestantes, prisões em massa, execução das testemunhas posteriormente enterradas em va-

las e desconhecimento das famílias acerca do paradeiro das vítimas.

Geoffrey Robinson, um investigador da Amnistia Internacional que assistiu a esta sessão numa das salas do par-

lamento britânico, considerou que nem a ONU nem o governo inglês deram apoio suficiente à aplicação das resoluções aprovadas nas Nações Unidas sobre Timor-Leste.

A deturpação do ano

A RTP, no programa «24 HORAS» da passada quarta-feira (18.12.91), produziu uma peça noticiosa em que vieram mais uma vez à superfície critérios de escolha e tratamento jornalísticos que lhes são caros.

A «equipa do "24 HORAS"» (assim foi referido na peça em questão) entendeu eleger, como «gaffe do ano», a posição do PCP sobre os acontecimentos de 19 de Agosto do corrente ano na União Soviética.

Se não soubéssemos do que a casa gasta, a oportunidade encontrada seria tanto mais insólita quanto não se tratava (ainda), neste caso, de um qualquer «Balanço do Ano» com que a RTP costuma brindar-nos por esta altura do ano. Mas, quando os fins justificam os meios, nada é de facto insólito na RTP. Na realidade, tratava-se de um serviço noticioso «normal» e, mesmo assim, o «24 HORAS» não hesitou em investir 5m e 18s do seu tempo em mais uma descarada deturpação da verdade.

Senão, vejamos:

— começou-se por apresentar um excerto da conferência de imprensa de 19.08.91, com declarações com «som directo» do dirigente do PCP Vítor Dias, desinseridas do contexto geral da Nota da CP que era lida e escamoteando, designadamente, interrogações que ali se formularam quanto aos «objectivos imediatos e mediatos», aos «métodos utilizados e a utilizar» e às «perspectivas reais da evolução da situação» — o que configura, claramente, sonegação de informação, ainda mais reforçada com o remate conclusivo desta sequência (constante do texto «off» lido pela jornalista): «o apoio claro dado ao golpe dos conservadores soviéticos» (sic!);

— contrapuseram-se as imagens de manifestações em Moscovo a este (alegado e repetidamente citado) «apoio claro»;

— procurou-se refúgio e cobertura para as opiniões dos jornalistas do «24 HORAS» ao apresentar a convergência oportunista dos rostos conhecidos do «fracionismo» (citando a exigência de demissão da Direcção do PCP por José Luís Judas) com o teor e o tom agressivo da tomada de posição de Jorge Sampaio (que este, mais tarde, viria a caracteri-

zar como «figuras de estilo»);

— confrontou-se a posição (na entrevista ao «24 HO-

RAS» de 21.08.91) do membro da CP do PCP Carlos Brito quanto ao procedimento de Boris Ieltsin durante o

«golpe» com as imagens do «protagonismo» deste e com um «cartoon» de Sam sobre aquela entrevista jocosa interpretado em «off» por dois habituais locutores daquele programa — o que é uma provocação indigna;

— referiram-se as «dificuldades demonstradas pelo PCP em justificar a atitude perante o golpe na União Soviética» mas ignorou-se toda e qualquer referência à Resolução do CC do PCP (29.08.91) sobre aqueles acontecimentos;

— esqueceram-se as afirmações de Vítor Dias ao «24 HORAS» de 20.08.91 de que «não apoiámos nem apoiamos» as alterações verificadas no poder político na URSS (e a diligente «equipa do «24 HORAS» não foi capaz de encontrar nos arquivos aquela gravação);

— finalmente, censuraram-se passagens essenciais do resumo da carta enviada à Redacção do «24 HORAS» em que o PCP, declinando o convite para estar presente em estúdio, se recusava a «conferir dignidade» às insistentes deturpações (ver texto integral da carta e respectivos sublinhados, em caixa ao lado).

Em suma, a RTP tem o viado entendimento e a intolerável presunção de que, ao discutir-se as posições de um partido, o que conta não é tanto o que esse partido diz mas, sobretudo, o que outros dizem que ele disse! E sendo sem dúvida aplicável a outras situações e a outras organizações e partidos (que não sejam o do Governo...) esta forma capciosa de fazer «informação» é, no caso do PCP, particularmente sintomática da inserção amplificadora deste poderoso meio na campanha artificiosa conduzida nos últimos tempos, com redobrado calculismo, na comunicação social.

Na realidade, apetece parafrasear o texto do «spot» sobre a «NOTÍCIA», regularmente passado no Canal 1: «há aqueles que recusam encarar a notícia de frente» - a «equipa do "24 HORAS"», por exemplo.

À Redacção do «24 Horas» RTP-1

Ao cuidado do Sr. Pedro Freire:

Exmos. Senhores:

Tendo acabado de tomar conhecimento, por via de um convite para um dirigente do PCP estar hoje nesse serviço noticioso [*], de que a Redacção do «24 Horas» teria eleito como «gaffe do ano» o que chama de «apoio do PCP» ao golpe de Estado na URSS, consideramos adequado salientar o seguinte:

1. A escolha feita pela Redacção do «24 Horas» espelha uma lamentável insistência numa grave deturpação das posições realmente assumidas pelo PCP. Mas, para pessoas sérias, uma mentira, uma falsificação ou uma interpretação ilegítima, ainda que mil vezes repetidas, não só não passam a ser verdade como continuam a ser exactamente uma mentira, uma falsificação ou uma interpretação ilegítima.

2. Com efeito, o «24 Horas» não conseguirá nem encontrar nem exibir perante os telespectadores qualquer afirmação do PCP ou dos seus dirigentes manifestando o apoio do PCP ao golpe de Estado na URSS, sendo entretanto certo que facilmente poderá encontrar nas declarações feitas por um dirigente do PCP (em debate com um dirigente do PS) no «24 Horas», salvo erro de 20 ou 21 de Agosto, a afirmação de que «não apoiámos nem apoiamos» (sic) as alterações verificadas no poder político na URSS.

3. Se a RTP deseja entrar no domínio subjectivo das interpretações ou especulações, então tem o dever ético de informar os telespectadores que se trata da sua interpretação (a que aliás o PCP não reconhece fundamento). O que não pode é converter as suas interpretações em posições do PCP.

4. O facto de, por motivos óbvios, declinarmos o convite para conferirmos dignidade à v/insistência numa velha deturpação, não retira fundamento ao nosso voto de que, mantendo-se a vossa escolha para a «gaffe do ano», os telespectadores possam ser informados do conteúdo desta nossa comunicação.

18.12.1991

O Gabinete de Imprensa do PCP
[*] com um dirigente do PS

Nota — As passagens da carta acima em caracteres negros não foram lidas no programa «24 Horas».

Gestos portugueses

● A CGTP considera que o sucesso do minuto de silêncio observado há duas semanas em todo o país em homenagem às vítimas do massacre de Díli «não deixará de ter reflexos no plano internacional e de influenciar a opinião pública mundial» e «tocará certamente as consciências dos diversos países». A Inter afirma que agora os países terão «uma maior intervenção na defesa não só dos direitos humanos como também do direito à autodeterminação do povo de Timor-Leste».

● A delegação distrital de Setúbal do MDM e do grupo Jovens por Timor entrega ao Presidente da República, grupos parlamentares e deputados da Assembleia da República um abaixo-assinado com duas mil 494 assinaturas exigindo a ida de deputados portugueses a Timor.

● A JCP condena declarações do ministro dos Negócios Estrangeiros indonésio feitas à TV portuguesa, qualificando de «profunda hipocrisia» a forma como o responsável indonésio classificara a chacina do dia 12 de Novembro: «acidentes desagradáveis».

● O Sindicato dos Jornalistas apela à imprensa para que publique uma campanha de solidariedade elaborada por uma agência de publicidade em favor de Timor-Leste.

● Um abaixo-assinado exigindo o corte da ajuda norte-americana à Indonésia, subscrito por centenas de residentes da ilha de São Miguel, é entregue no consulado dos Estados Unidos em Ponta Delgada.

● Cinco manifestantes ocuparam simbolicamente a nunciatura apostólica em Lisboa, acorrentando-se uns aos outros no interior do edifício, num protesto contra o que chamaram a «hipocrisia» das posições da igreja sobre Timor e o facto de o Papa João Paulo II ainda não ter condenado o massacre de Díli.

● O problema de Timor-Leste é o único tema da mensagem de Natal do Arcebispo de Braga, D. Eurico Nogueira que responsabiliza «alguns responsáveis pelo Portugal revolucionário», «os dirigentes do vizinho Estado ocupante», algumas potências mundiais, alguns timorenses e ainda «alguns membros da igreja que talvez não tenham sabido discernir com clareza ou servir desinteressadamente» pela situação que hoje se vive em Timor.

● O Bispo de Setúbal, D. Manuel da Silva Martins, afirma na Sé Catedral desta cidade perante mil crentes que é preciso «incomodar os grandes deste mundo» sobre Timor-Leste, defendendo o direito à autodeterminação e independência do povo maubere e afirmando que os portugueses têm de «pedir perdão ao povo de Timor pelo esquecimento a que o votámos».

● Um grupo de jovens do Colégio dos Órfãos do Porto pede a todos os portugueses que enviem um «simple cartão de Natal» (de preferência da UNICEF) com a palavra «Timor» ao presidente dos Estados Unidos da América.

● O milésimo espectáculo do imitador Fernando Pereira é dedicado a Timor-Leste e conta com a presença do Presidente Mário Soares.

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

«Estado de entorpecimento» do Parlamento PCP reage e propõe acções vitalizadoras

A falta de ritmo que tem marcado os trabalhos desde o início da presente legislatura, designadamente ao nível da apreciação em plenário de matéria legislativa, motivou já uma reacção de protesto por parte do Grupo Parlamentar do PCP que considera este «estado de entorpecimento» como sendo uma consequência directa da forma como o Governo e a maioria encaram o debate parlamentar.

Mais concretamente, na perspectiva dos deputados comunistas, do que se trata é mesmo de uma acção premeditada com vista à desvalorização do papel e da acção parlamentar, operação que no caso vertente conta objectivamente com o apoio conferido pela «indiferença» que tem marcado a postura da bancada socialista.

Em recente conferência de imprensa destinada a chamar a atenção para estes aspectos, o líder do Grupo Parlamentar do PCP, Octávio Teixeira, lembrou a propósito que desde o início da legislatura o plenário apenas debateu uma iniciativa legislativa - a alteração ao Orçamento do estado para 1991 - e isto porque na conferência de líderes o PSD e o Governo, com a complacência do PS, têm recusado todos os agendamentos propostos pelo PCP.

Motivo de preocupação para a bancada comunista é ainda o «anúncio já feito da intenção de diminuição do número de reuniões plenárias, reduzindo a actividade parlamentar ao segredo das comissões parlamentares», facto que não tem merecido

qualquer nota crítica por parte do PS.

«Não podemos deixar por isso de estranhar a aparente indiferença, se não mesmo benevolência com que o PS está a encarar esta operação do PSD», salientou ainda a este respeito Octávio Teixeira, antes de referir que em boa verdade nenhum gesto de oposição por parte dos socialistas foi feito ao calendário do Governo, nem mesmo sequer para propor o agendamento de qualquer dos três projectos de lei que rubricou nesta sessão legislativa.

«Quer o PS fazer no Parlamento uma espécie de Tratado de Tordesilhas com o PSD à custa de outras forças políticas?», inquiriu ainda o dirigente comunista, recordando que na anterior legislatura houve «convergência»

das várias forças da oposição «em defesa da instituição parlamentar».

Entretanto, no sentido de «vitalizar» a acção do Parlamento e de contribuir para o cabal cumprimento do seu papel, os deputados comunistas reafirmaram a intenção de continuarem a bater-se pela aplicação de um conjunto de propostas da sua autoria, designadamente as que dizem respeito à revisão do sistema de inquéritos parlamentares, à obrigatoriedade de o Primeiro-Ministro comparecer no Parlamento «com regularidade», à instituição da regra do debate dos grandes temas da política interna e externa antes das decisões e à cessação da «prática sistemática» de autorizações legislativas em que o Governo é useiro e vezeiro.



Petições no Parlamento Os problemas do País pela voz dos cidadãos

A gravidade da situação económica e social no Vale do Ave, afectando dezenas de empresas e milhares de trabalhadores e suas famílias tem como principais responsáveis, por um lado, muitos patrões que não investiram nem renovaram atempadamente o equipamento das suas fábricas e, por outro, o Governo PSD ao optar por uma «economia de casino», pela especulação imobiliária e pela «insistência numa estratégia económica prejudicial aos sectores produtivos».

A acusação foi feita pelo deputado comunista Agostinho Lopes na última sessão plenária antes das férias de Natal e Ano Novo, realizada faz hoje oito dias, sessão cuja agenda foi inteiramente preenchida com a análise de um conjunto de petições versando temas tão variados como a revisão da legislação de acesso ao ensino superior, a carreira dos professores, as condições de serviço no ramal da Pampilhosa, a questão das privatizações ou a já referida situação no Vale do Ave.

No essencial, dada a própria justeza das questões propostas, as petições não desencadearam reacções desencorajadas, registando-se mesmo uma certa consensualidade em torno de alguns casos.

Foi o caso da petição relacionada com as consequências que advêm para a Tapada das Necessidades se ali for construído um edifício para alargamento das actuais instalações do Instituto de Defesa Nacional (IDN), hipótese que o deputado do PCP, João Amaral, considerou não ser possível nem desejável, defendendo no entanto todo o apoio ao IDN, designadamente através de uma das dezenas de soluções que são possíveis a partir dos terrenos e edifícios que o Ministério da Defesa Nacional dispõe na cidade de Lisboa.

Consensual foi também a petição apresentada pela Comissão de Utentes do ramal Pampilhosa-Figueira, iniciativa que na opinião de Miguel Urbano Rodrigues constitui «um capítulo daquilo a que se poderia chamar o folhetim da leviandade da pequena política ferroviária do Governo».

Quanto aos problemas relacionados com o Estatuto

Remuneratório dos Professores, questão que se arrasta há mais de dois anos, Lourdes Hespanhol, em nome da bancada comunista, lamentou tal facto e fez votos para que o Orçamento de 1992 «preveja não só as verbas necessárias para estes pagamentos como para fazer face àquilo que os professores têm direito por imposição da legislação do Governo».

António Filipe, por sua vez, a propósito da petição que solicita a alteração do regime de acesso ao ensino superior, lembrou que ela corresponde a uma justa aspiração dos jovens portugueses, tendo defendido a extinção imediata da Prova Geral de Acesso e a sua substituição por um regime de ingresso mais justo, concebido de acordo com a Lei de Bases do Sistema Educativo.

«Um formidável bodo ao grande capital», assim classificou por seu lado Jerónimo de Sousa o anúncio da privatização de empresas básicas e estratégicas da nossa economia, tema suscitado pela petição subscrita por mais de seis mil cidadãos. Para o deputado comunista estas privatizações são contrárias ao necessário desenvolvimento económico e ameaçam os princípios constitucionais «da existência de um sector público de propriedade dos meios de produção» e a «subordinação do poder económico ao poder político democrático».

As inquietações quanto ao futuro sentidas pelos despachantes oficiais que no conjunto representam cerca de 500 empresas, envolvendo cerca de 8000 pessoas, manifestadas na petição por estes enviada à Assembleia da República, mereceram por seu turno palavras de solidariedade de Luís Sá, que realçou na sua intervenção não apenas o «valor da petição em si» mas também o seu valor simbólico que considerou «mais vasto». Referia-se concretamente ao modo como se pode «fazer face à integração europeia e ao mercado interno, na parte em que existem consequências a enfrentar ou prevenir e não apenas a recepção de financiamentos comunitários, para o Governo se enfeitar com as realizações que tornaram possíveis».

NACIONAL

Hospital de Seia não viu promessas cumpridas

O PCP há muito que defende a integração do Hospital de Seia na Direcção-Geral dos Hospitais, como de resto foi prometido várias vezes pelos governantes, mas nunca foi cumprido.

A história do Hospital de Seia é antiga e atribulada. Em 1989, a população local foi surpreendida por uma determinação da célebre ministra da Saúde, Leonor Beza, que pretendia reduzir o estabele-

cimento a uma unidade hospitalar de primeiros socorros, com apenas vinte camas. Recorde-se que o Hospital chegou a ter Maternidade e Serviços de Pediatria, dotado de um bloco operatório que durante muitos anos funcionou uma vez por semana, em benefício da população de um dos maiores concelhos da Guarda.

O povo insurgiu-se contra a ministra e contra o Governo que a sustentava. O PCP tornou público um comunicado, em Setembro desse ano, em que repudiava as medidas anunciadas que conduziam ao desmantelamento do Hospital.

Foram os comunistas, aliás, que apresentaram na Assembleia Municipal uma moção, aprovada por unanimidade, que exigia do Ministério da Saúde a passagem do Hospital de Seia a unidade distrital, com a sua integração na Direcção-Geral dos Hospitais. O documento foi enviado na altura à ARS da Guarda, ao Governo Civil, ao Ministério da Saúde, ao Primeiro-Ministro e ao Presidente da República.

Ainda sobre a matéria, o PCP reuniu no mesmo período com a Comissão Instaladora do Centro de Saúde de Seia, e mais tarde por ausência de resultados, pediu uma audiência ao director da Administração Regional de Saúde da Guarda, a qual nunca foi concedida.

Contudo, vivia-se um clima pré-eleitoral para as autárquicas e tudo servia para

fazer propaganda. Foi, assim, que o presidente da Câmara, no momento da visita do secretário de Estado da Saúde, afirmou que estavam em curso diligências para integrar o hospital na Direcção-Geral e a sua classificação como hospital do tipo H1.

Passaram-se entretanto dois anos. O ministro é outro, mas o Governo e o presidente da Câmara são os mesmos, e eis que novamente a opinião pública começa a agitar-se, preocupada com o futuro da sua unidade hospitalar, tanto mais que a imprensa já fez eco da construção na Covilhã que daria também apoio ao concelho de Seia.

Promessas antigas, voitaram a ser feitas na campanha para as últimas legislativas, mas tal como no passado ninguém as cumpriu.

Questionado pela CDU/PCP na Assembleia Municipal de 8 de Outubro passado, para dar a conhecer o número e a data do «Diário da República» onde teria sido publicada a Lei que integrava o Hospital na Direcção-Geral, o presidente da Câmara confessou que o que tinha em seu poder não passava de uma minuta do projecto de decreto-lei e mais não sabia.

Perante estes factos, o PCP encara com sérias reservas o desenvolvimento deste processo e reafirma o seu forte empenhamento na defesa do Hospital e Seia bem como a prometida integração na Direcção-Geral dos Hospitais, por ser esta a solução que mais convém à população do concelho de Seia.

Em acção de protesto em Lisboa

MURPI reclama pensões dignas e maior justiça social

Promovida pela Comissão Unitária de Reformados da Cidade de Lisboa, organização associada do MURPI, realizou-se no passado dia 19, no Rossio, uma acção de esclarecimento, sensibilização e protesto destinada a chamar a atenção para a situação em que se encontram os cerca de dois milhões de reformados e pensionistas.

Na ocasião, foi distribuído um documento onde se acusa o Governo de não ter cumprido as promessas que antecederam o acto eleitoral de Outubro último. «Palavras leva-as o vento», diz-se no documento assinado pela organização promotora desta acção, que recorda que as pensões sociais portuguesas são as mais baixas da CEE.

Exigindo pensões dignas, o MURPI pergunta ainda para que serviu a recente «actualização» decretada pelo Governo se entretanto já aumentaram o gás, o pão, o leite, enquanto as rendas não param também de subir e são cada vez menos os medicamentos com comparticipação da Segurança Social.

«É preciso agir. Junte-se a nós», apela por fim a Comissão Unitária de Reformados de Lisboa no documento distribuído à população da capital.

África do Sul Apartheid em vias de extinção

O Governo da minoria branca da África do Sul pretende um período de transição de pelo menos 10 anos antes da entrada em vigor de uma nova constituição não racial no país, segundo declarações do ministro Gerrit Viljoen proferidas no encerramento dos trabalhos da Convenção por uma África do Sul Democrática (CODESA) que se realizou no final da semana passada. Para o Congresso Nacional Africano (ANC) a proposta é inaceitável, e contrapõe um Governo interino por um período de 18 meses onde estejam representadas todas as forças sul-africanas.

As 19 delegações de forças políticas sul-africanas que se fizeram representar na CODESA, entre as quais figura o Partido Comunista Sul-Africano, chegaram a acordo quanto à constituição de uma estrutura encarregue de estudar alterações à Constituição sul-africana. Este comité integra dois elementos de cada delegação presente na CODESA. Segundo a estrutura adoptada, cada delegação disporá ainda de dois conselheiros numa reunião agendada para 13 de Janeiro próximo, destinada a eleger um presidente e estabelecer um comité de gestão permanente e a formação de cinco grupos de trabalho.

Trata-se de um acordo histórico, que poderá pôr, de vez, fim ao regime do *apartheid* caso as negociações decorram com normalidade.

A CODESA aprovou uma



declaração de intenções, que publicamos nesta página, assinada por todas as forças políticas sul-africanas, excepto o partido zulu Inkatha, que disse desejar analisar alguns pontos do documento. O Governo do Bantustão Ciskei também colocara algumas reservas à assinatura da declaração, mas acabaria por assinar com as restantes delegações.

No primeiro dia dos traba-

lhos da CODESA, na passada sexta-feira, um incidente entre o presidente sul-africano, Frederik De Klerk e o líder do ANC, Nelson Mandela, transmitido em directo pela televisão, proporcionou um espectáculo inédito nos ecrãs daquele país: um líder negro repreendendo duramente um dirigente branco.

O incidente teve origem no discurso de Frederik De

Klerk que encerrava as intervenções dos chefes de cada uma das delegações à CODESA e onde o presidente sul-africano acusava o ANC de ter violado um acordo de abandono da luta armada.

Após a cerimónia da assinatura da declaração de intenções da CODESA, Nelson Mandela pediu a palavra ao juiz mediador e subiu à tribuna para ripostar vigorosamente às alegações de De Klerk. Entre outros pontos, Mandela acusou o dirigente branco de possuir uma agenda dupla, falando de paz com o ANC enquanto lidera um governo «responsável pelo crime do *apartheid* contra a humanidade» e criticou o presidente sul-africano por ter estado reunido com o ANC na véspera sem ter dado indicações da crítica que tencionava fazer na sessão da CODESA.

De Klerk ainda interviria para ripostar violentamente a Mandela, mas no dia seguinte, ambos os dirigentes insistiram em mostrar um ambiente de cooperação nos trabalhos da CODESA de forma a não inviabilizar os trabalhos.

Entretanto a direita sul-africana, cujas organizações mais radicais se recusaram a participar na conferência, tem proferido sucessivas ameaças de guerra. A reacção mais violenta partiu do AWB, sem assento parlamentar, que prometeu um banho de sangue caso as decisões da CODESA sejam impostas à minoria branca.

14.º Congresso do PCG Saudação do PCP

Dia 22 de Dezembro terminaram, em Atenas, os trabalhos do 14.º Congresso do Partido Comunista da Grécia (PCG). O PCP, que esteve representado por Henrique de Sousa, membro do Secretariado do Comité Central, enviou a saudação que transcrevemos:

Queridos camaradas,

Transmitimo-vos, e por vosso intermédio a todos os militantes do vosso Partido, as calorosas e fraternais saudações dos comunistas portugueses.

O Partido Comunista da Grécia, partido de honrosas tradições revolucionárias, tem desempenhado um papel importante e insubstituível na vida política da Grécia. Fazemos votos para que o 14.º Congresso, convocado num momento difícil da vida do vosso Partido, assegure a consolidação do PCG e o reforço da sua acção ao serviço dos interesses da classe operária e dos trabalhadores e dos ideais da democracia, do progresso social, da independência nacional, da paz e do socialismo.

O desenvolvimento da situação internacional, negativamente marcado pelas derrotas do socialismo na URSS e nos países do Centro e Leste da Europa, coloca novos e sérios problemas à acção das forças progressistas em todo o mundo. Contra os partidos comunistas desenvolve-se uma persistente campanha de dimensão mundial visando o seu enfraquecimento, liquidação e descaracterização social-democratizante.

O Partido Comunista Português, atento às novas realidades, tirando lições da experiência própria e alheia, renovando-se de acordo com as exigências da vida, afirma com convicção a sua identidade comunista, a sua natureza de classe, os seus objectivos de transformação revolucionária da sociedade.

Aprofundar sempre mais as raízes na classe operária e nas massas, reforçar a democracia interna e a coesão do colectivo partidário, orientar toda a acção para o combate à política de restauração monopolista e de abdicação nacional do actual Governo, são preocupações permanentes do PCP. É nisto que radicam o apoio e prestígio do nosso Partido entre os trabalhadores e a influência de que disfruta na vida nacional.

Simultaneamente consideramos, no plano internacional, que o fortalecimento dos laços de solidariedade e cooperação entre os partidos comunistas e todas as forças do progresso social é de fundamental importância para fazer frente às forças da reacção e o imperialismo e encontrar caminhos que relancem o ideal socialista e comunista com todo o poder atractivo para as massas populares.

Desejando os melhores sucessos ao 14.º Congresso do PCG, queremos confirmar-vos o nosso profundo interesse no fortalecimento das relações de fraternal amizade existente entre os nossos dois Partidos.

CODESA Declaração de intenções

O texto integral da Declaração de Intenções, assinado pelas 19 delegações participantes na Convenção por uma África do Sul Democrática (CODESA) é o seguinte:

«Nós, representantes autorizados de partidos políticos, organizações políticas, administrações e o governo da África do Sul, reunidos no primeiro encontro da Convenção para uma África do Sul Democrática, assumimos o solene compromisso:

1. Construir uma África do Sul consolidada numa nação com cidadania comum, patriotismo e lealdade, visando, na nossa diversidade. Liberdade, igualdade e segurança para todos, independentemente da raça, cor ou credo, um país livre de *apartheid* ou qualquer outra forma de discriminação ou dominação.

2. Sanar as divisões do passado; assegurar o progresso para todos e estabelecer uma sociedade livre e aberta baseada em valores democráticos onde a dignidade, valor e direitos de cada sul-africano sejam protegidos pela lei.

3. Lutar pela melhoria da qualidade de vida da nossa gente através de políticas que promovam o crescimento e o desenvolvimento económicos e assegurar igualdade de oportunidades e justiça social para todos os sul-africanos.

4. Criar um clima conducente a uma mudança constitucional pacífica através da eliminação da violência, intimidação e desestabilização e da promoção da livre participação política, discussão e debate.

5. Lançar um processo de elaboração e adopção de uma constituição que assegure, «inter alia»:

a) Que a África do Sul seja um Estado democrático unido, não racial e não sexista, onde a autoridade soberana se exerça sobre a totalidade do território.

b) Que a constituição seja a lei suprema assegurada por um sistema judicial independente, não racial e imparcial.

c) Que seja estabelecida uma democracia multipartidária que garanta o direito à formação e coligação de partidos, com eleições periódicas de sufrágio universal, com base num sistema de representação proporcional.

d) Que exista separação de poderes legislativo, executivo e judicial com sistemas apropriados de verificação.

e) Que seja reconhecida a diversidade de línguas, culturas e religiões do povo da África do Sul.

f) Que todos usufruam de direitos humanos universalmente reconhecidos, liberdades civis, incluindo a de religião, expressão e reunião, defendidos e previstos num código de direitos e um sistema legal que garanta a igualdade de todos perante a lei.

Concordamos:

1. Que os actuais e futuros participantes sejam autorizados a apresentar livremente à Convenção qualquer proposta compatível com democracia.

2. Que a CODESA estabeleça um mecanismo para a elaboração do texto de toda a legislação necessária para tornar efectivos os acordos obtidos na CODESA, em cooperação com as administrações e o governo sul-africano.

Nós, os representantes de partidos políticos, organizações políticas e administrações, comprometemo-nos ainda solenemente a acatar os acordos da CODESA em boa-fé e a dar todos os passos ao nosso alcance para garantir a respectiva aplicação».

Fim da URSS Um vazio com várias incógnitas

A União Soviética deixou de existir. Em seu lugar, o mundo passou a contar com a Comunidade de Estados Independentes (CEI), formada por 11 repúblicas da ex-União, e um vazio com várias incógnitas a que só o futuro dará resposta.

Após a reunião de Alma Ata, no passado fim-de-semana, em que foi assinado o acordo que cria as estruturas institucionais para a CEI e os mecanismos de coordenação e cooperação entre os 11 Estados subscritores, a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas foi virtualmente considerada extinta. Mikhail Gorbachev deixou o Kremlin no dia de Natal e o «botão» das armas nucleares da ex-URSS está agora nas mãos de Boris Ieltsin que deverá assegurar, segundo as últimas informações, o seu controlo conjunto pela Rússia, Bielorrússia, Ucrânia e Cazaquistão.

As reacções internacionais a estes acontecimentos estão longe de ser de euforia. Se, por um lado, o mundo ocidental se manifesta satisfeito com a desagregação da ex-URSS, por outro não pode deixar de se inquietar quanto ao futuro, nomeadamente no que diz respeito ao controlo do arsenal nuclear disperso pelo território de quatro Estados. Se a isto se acrescentar o facto de a situação económica se ter vindo a deteriorar de maneira espectacular desde o fracassado golpe de 19 de Agosto, fazendo crescer o perigo de uma explosão social, compreende-se como são enormes as incertezas quanto ao futuro.

Não foi certamente por acaso que o secretário de Estado norte-americano, James Baker, que participou há dias numa reunião dos ministros dos Negócios Estrangeiros da NATO, em Bruxelas, alertou para a necessidade de uma ajuda humanitária de urgência para a ex-URSS, como forma de prevenir eventuais explosões sociais.

Instabilidade social

A nível interno começam a ouvir-se vozes com preocupações idênticas. Ainda na semana passada o vice-presidente russo, Alexandre Rutskoi, afirmou em entrevista ao jornal «Nezavissimaja Gazeta» que na Rússia não existe hoje «nem democracia nem poder» e que o parlamento se transformou «num centro de intrigas». Segundo Rutskoi, «as autoridades interpretam as leis arbitrariamente, tal como se fazia antes das reformas» e em consequência dis-

so «os preços sobem astronômicamente, o mercado negro prospera, há inflação, queda

ções. Os mineiros estão contra a transferência, pelas autoridades russas, de todas as

Independente da Rússia, bem como preocupados com o agravamento da situação económica.

Acresce, por outro lado, que a Rússia conta já com cerca de dois milhões e meio de desempregados, e que as perspectivas apontam para um crescimento do desemprego de quatro a cinco vezes mais daqui a um ano, segundo um representante da Comissão de Emprego da Rússia. O desemprego afecta sobretudo as pessoas idosas, as mulheres com formação universitária e as pessoas sem qualificações.

Para além de todos estes aspectos há ainda a salientar a situação de guerra civil que se vive na Geórgia - que não aderiu à CEI - e o previsível aumento dos confrontos em Nagorno-Karabakh entre arménios e azeris, agora que o parlamento russo decidiu a retirada das tropas soviéticas do território.

Se até ao momento ninguém parece ter-se ainda lembrado de pôr em causa a legitimidade da Rússia, e em particular de Ieltsin, de chamar a si a iniciativa de desmembramento das instituições da ex-URSS e de recolher a parte de leão do espólio, nada garante que a situação não venha a alterar-se com o agravamento das contradições internas de todo este processo, em que a componente popular parece ter sido esquecida. Se nos lembrarmos que há cerca de um ano, em referendo, os povos da ex-URSS se afirmaram esmagadoramente a favor da continuação da União, não podemos deixar de perguntar: quem legitima agora a sua extinção?

Estruturas da CEI

Segundo informações da Lusa, são as seguintes as estruturas institucionais previstas para a Comunidade de Estados Independentes (CEI) no acordo assinado dia 21 de Dezembro em Alma Ata:

— Conselho de Chefes de Estado: órgão supremo da CEI, habilitado a aprovar os documentos essenciais da Comunidade e a emendá-los ou acrescentar-lhes anexos. Reunirá duas vezes por ano, podendo no entanto ser convocado extraordinariamente a pedido de qualquer membro. A sua presidência será rotativa.

— Conselho de Chefes de Governo: reunirá também duas vezes por ano, provavelmente em simultâneo com o Conselho de Chefes de Estado. As suas funções exactas não foram definidas. A respectiva presidência será rotativa.

— Comissões ministeriais com papel coordenador e a função de tomar «decisões políticas» sobre o funcionamento da CEI. Terão reuniões quatro vezes por ano e serão as seguintes: Comissão dos Negócios Estrangeiros; Comissão de Defesa (que terá a responsabilidade de tratar dos pormenores da criação de um comando unificado das forças estratégicas da CEI); Comissão de Economia e Finanças; Comissão dos Transportes e Comunicações; Comissão da Protecção Social da População; Comissão dos Assuntos Internos.

Além destas comissões, o acordo de Alma Ata prevê a criação de uma comissão encarregada de supervisionar a política geral de coordenação e cooperação entre os Estados membros da CEI. Tal comissão incluirá representantes de cada um dos Estados e estará em reunião permanente salvo quando se realizarem as sessões do Conselho de Chefes de Estado ou dos Chefes de Governo.

O acordo prevê ainda que todos os Estados membros partilhem, segundo modalidades não esclarecidas, as despesas inerentes ao funcionamento das instituições da CEI.

de produção, ruptura das relações contratuais e dos abastecimentos e uma crise energética».

Também o presidente da Câmara de Moscovo, Graviil Popov, manifestou a sua profunda preocupação com o precipitar dos acontecimentos, comparando o que se passa na Rússia com a República alemã de Weimar, cujo colapso económico após a Primeira Guerra Mundial preparou o terreno para a ascensão de Hitler ao poder. Falando em conferência de imprensa no passado dia 19, Popov afirmou que o governo russo está a cometer um grande erro ao preparar-se para liberalizar os preços em Janeiro, sem privatizar primeiro o comércio de retalho, de modo a gerar competição e dominar a inflação, o que pode ter consequências sociais imprevisíveis.

Recorde-se, a propósito, a recente ameaça de greve dos mineiros da bacia carbonífera do Kuzbass, Sibéria, caso o presidente Ieltsin não satisfizesse as suas reivindica-

competências sobre saúde, pensões, férias e outras regalias sociais, para o Sindicato

PAIGC-V Congresso Saudação do PCP

Por ocasião do V Congresso do PAIGC, o Comité Central do Partido Comunista Português enviou a mensagem que transcrevemos:

Queridos camaradas,

O Comité Central do Partido Comunista Português saúda fraternalmente o V Congresso do PAIGC e os seus delegados e formula votos de êxito aos seus trabalhos.

Transmitimo-vos nesta ocasião de grande significado para a vida do PAIGC a solidariedade do nosso Partido à vossa acção orientada para a defesa da soberania e o progresso social na Guiné-Bissau e a vontade de continuar a agir para que se reforcem os tradicionais laços de amizade e solidariedade existentes entre o PCP e o PAIGC, que constituem uma contribuição para o desenvolvimento das relações de amizade entre os nossos dois povos e da cooperação entre os nossos dois países.

SVOBODA TERMINA GREVE DA FOME

O presidente do Partido Comunista Checo, Jiri Svoboda, pôs termo à greve de fome que tinha iniciado para protestar contra uma emenda ao Código Penal discriminatória dos comunistas.

Jiri Svoboda, cineasta e deputado, e Miloslav Ransdorf, um segundo deputado comunista que se juntou ao movimento, deram como finda a greve de fome a pedido do seu grupo parlamentar.

Os restantes deputados comunistas decidiram tirar dos casacos a estrela vermelha, com a inscrição em alemão «eu sou comunista», que tinham adoptado para contestar a emenda aprovada no parlamento que torna passível de uma pena de cinco anos de prisão a propaganda de ideologias «como o fascismo ou o comunismo, (...) viradas para a supressão dos direitos e liberdades dos cidadãos».

PDS EM CONGRESSO

O Partido do Socialismo Democrático (PDS) realizou em Berlim o 2º Congresso em ambiente de grave crise política e económica. O PDS, que substituiu o Partido Socialista Unificado, tem actualmente 180 mil filiados contra os 2,3 milhões de militantes, anteriormente.

O presidente honorário do PDS, Hans Modrow, disse aos cerca de 500 delegados que o partido vai ter um papel decisivo no panorama político da Alemanha conjuntamente com outras forças de esquerda, por «acreditar que a actual sociedade capitalista não é a última palavra da História».

O chefe do partido, Gregor Gysi, também se mostrou favorável à formação de alianças com movimentos de esquerda, incluindo com os sociais-democratas, apesar destes se manterem distantes das posições do PDS. Dois anos depois, do seu 1º Congresso, o PDS elegeu no domingo uma nova direcção composta por 70 membros.

PCE ELEGE ANGUIITA

Júlio Anguita foi reeleito, no passado domingo, com 74 por cento dos votos, secretário-geral do Partido Comunista de Espanha, no final do 11º Congresso Federal, que se caracterizou por duros debates e em que a minoria renovadora conseguiu eleger 25 por cento dos membros do novo Comité Central Federal. Anguita teve um apoio maioritário para as suas teses, a favor da manutenção do PCE, a que se opunha a corrente crítica. Anguita deixou claro que o congresso votou pela permanência do PCE, que a partir de agora depende «mais de Marx do que de Lênine» e que o «debate geral sobre a dissolução deve ser enterrado».

BONA RECONHECE CROÁCIA E ESLOVÉNIA

O Governo de Bona reconheceu oficialmente, na segunda-feira, como Estados independentes a Croácia e a Eslovénia. O anúncio foi feito pelo Ministério Alemão dos Negócios Estrangeiros, enquanto o presidente da República, Richard Von Weizsäcker, já assinou os instrumentos de reconhecimento das duas repúblicas separatistas jugoslavas, apresentados na passada semana pelo Governo do chanceler Helmut Kohl.

O intercâmbio de relações diplomáticas entrará em vigor no próximo dia 15 de Janeiro, segundo acordo da Comunidade Europeia, e após aceitação das condições decretadas pela Comunidade, informou um porta-voz do Ministério.

Os cônsules-gerais da Alemanha em Liubliana (Eslovénia) e Zagreb (Croácia) entregaram aos presidentes das duas repúblicas os documentos com os reconhecimentos formais e, a partir de 15 de Janeiro, os consulados nas duas repúblicas passarão a embaixadas.

DESEMPREGO FLAGELA GRÃ-BRETANHA

O número de desempregados no Reino Unido ultrapassou os dois milhões e meio, pela primeira vez, em quatro anos, segundo dados oficiais divulgados na passada semana pelo Ministério do Emprego.

O aumento verificado foi de 38 900, em Novembro deste ano, sendo especialmente atingido o sul do Reino Unido, onde o índice duplicou nos últimos 18 meses.

Por sua vez os salários assinalaram em Outubro uma quebra de 0,25 por cento, em termos de média anual, em comparação com Setembro. A oposição trabalhista culpabilizou o Governo conservador e apelou a novas eleições legislativas. O Primeiro-Ministro salientou entretanto que o desemprego está a aumentar em quase todos os países industrializados da Europa e do mundo, incluindo a Irlanda, Espanha, Canadá e Austrália, e o «Reino Unido não podia isolar-se da economia internacional», sublinhou Major.

SITUAÇÃO INTERNACIONAL

Algumas questões da actualidade

Na sua última reunião de 16 e 17 de Dezembro, o Comité Central do PCP debateu algumas questões de maior actualidade da situação internacional e fixou de forma sintética no documento aprovado algumas apreciações fundamentais.

Naturalmente que é preciso ir muito mais longe e muito mais fundo na avaliação dos complexos processos de mudança, transformação e arrumação de forças que se verificam neste fim de século e extrair as ilações que comportem para o enriquecimento da teoria e a adequação da táctica e da estratégia dos Partidos Comunistas e revolucionários. Disso nos ocuparemos no âmbito da preparação e realização do nosso XIV Congresso.

1

O Comité Central deu naturalmente grande atenção à situação na URSS.

No documento do CC expressa-se a mais profunda inquietação pelo desmantelamento da URSS, suas consequências para os trabalhadores e povo soviético, suas repercussões negativas na luta dos trabalhadores e dos povos e em toda a situação internacional; referem-se traços da situação que tornam particularmente perigosa e imprevisível a sua ulterior evolução; afirma-se claramente que, em aberta contradição com o voto democraticamente expresso no referendo de 17 de Março, a URSS como «União das Repúblicas Socialistas Soviéticas» já não existe na prática.

Dando resposta aqueles que viram (e vêem) os acontecimentos como «um processo democrático», ou mesmo «uma revolução democrática», sublinha-se no documento do CC que o que está efectivamente em curso é um processo anti-democrático, que se desenvolve à margem dos trabalhadores e das massas, caracterizado por constantes golpes de força anti-constitucionais para não falar mesmo em «golpe de estado permanente» como o fazem numerosos comentadores. Afirma-se também - e não é mérito menor do nosso Partido poder afirmá-lo - que se estão a confirmar no essencial as apreciações contidas na Resolução do CC de 29 de Agosto sobre «A situação na União Soviética».

Na verdade, a dramática, caótica e explosiva situação a nível do Estado está ligada com o acesso a posições dominantes do poder - designadamente a nível central e da Federação Russa - das forças antisocialistas aglutinadas em torno de Ieltsin e dos golpes de imediato vibrados contra o PCUS e contra as estruturas fundamentais do poder Soviético. Golpes que tiveram como objectivo afastar os principais obstáculos ao avanço do processo contrarrevolucionário há muito em desenvolvimento, e que deu um gigantesco salto em frente com a derrota da tentativa de golpe de 19/21 de Agosto.

De facto, a par da desagregação do Estado multinacional soviético, o que está globalmente em curso é a imposição ao povo soviético de uma política orientada para o capitalismo e de desmantelamento das conquistas do socialismo. É o que claramente resulta tanto da política de Ieltsin a nível da Federação Russa ou de Nazarbaiev (com os seus acesores norte-americanos) no Kazaquistão, como da orientação que havia sido consagrada no moribundo Acordo Económico Inter-Repúblicas assinado ainda sob a égide de Gorbachov.

E quanto à questão da «União» ou «Comunidade» que signifique algum tipo de articulação e estabilização? Vai concretizar-se? Sob que forma? Com que Repúblicas? Em torno de quê? Com Forças Armadas únicas ou não? Assegurando ou não um controle centralizado do armamento nuclear? Há sem dúvida factores objectivos, sobretudo de carácter económico que podem favorecer algum tipo de entendimento. Tudo parece indicar também que as Forças Armadas têm neste assunto uma palavra importante a dizer. Não são porém menos numerosos os factores que empurram para o desenvolvimento de processos incontroláveis de fragmentação e de conflito inter e intra-repúblicas.

Com o surpreendente (e pelos vistos extremamente sigiloso) «Acordo de Brest» assinado em 8 de Dezembro entre as 3 Repúblicas Eslavas a situação agravou-se extraordinariamente.

Estalaram divergências e conflitos muito agudos a nível das cúpulas dirigentes e na aliança formada em torno de Ieltsin.

O papel das Forças Armadas soviéticas (com substituições nos comandos, com reuniões políticas, etc.) voltou ao primeiro plano da actualidade, sendo evidente a luta pela conquista do seu apoio. Os EUA e Bush são apontados como tendo tido algum tipo de intervenção no processo. Veremos o desenvolvimento da situação, sendo entretanto de anotar, a par das súbitas mudanças de posição de Gorbachov, do Presidente do Kazaquistão e de outras Repúblicas em relação ao Acordo de Brest, e as pretensões de Ieltsin de hegemonizar o processo e tornar a Rússia uma grande potência dominante.

Uma coisa é certa: o imperialismo tem acentuado, de modo cada vez mais ostensivo e arrogante, as suas pressões e ingerências nos assuntos internos da URSS. Jogando na destruição do sistema socialista e no enfraquecimento do Estado, o imperialismo procura favorecer e enquadrar uma «transição controlada e pacífica» para o capitalismo e teme um desenvolvimento descontrolado dos acontecimentos. É isto que determina a política (em que intervêm contradições de interesses designadamente entre os EUA, a Alemanha e o Japão por mercados e esferas de influência) de créditos condicionados à evolução para uma «economia de mercado» capitalista, a sua posição de certa prudência relativamente às proclamações de independência (como no caso da Ucrânia) e em muitas outras questões.

E quanto à luta dos comunistas, dos trabalhadores e do povo soviético?

Há tentativas dispersas para reconstituir o Partido, em muitos casos reflectindo correntes, tendências e fracções já anteriormente existentes. Ao nível das Repúblicas, se em várias delas o Partido está clandestino, noutras os anteriores dirigentes do ex-PCUS conservam o poder, verificando-se entretanto processos de transformação que nuns casos significarão resistência à liquidação, noutros efectiva degenerescência. De qualquer forma o PCUS, formalmente «suspenso» mas de facto ilegalizado, despojado e desmantelado, já não existe como tal e nada indica que esteja no horizonte o aparecimento de forças organizadas capazes de se opôr com sucesso à ofensiva contrarrevolucionária.

Quanto aos trabalhadores há notícias de resistência e luta, incluindo pelos seus direitos nas empresas, são generalizadas as expressões de descontentamento em face da insuportável situação social. Tornam-se praticamente inevitáveis grandes explosões sociais. A CIA inquieta-se em que tais explosões possam comprometer o curso pró-capitalista em desenvolvimento. Mas há descontentamento e também desespero. Na ausência de alternativas e de forças que lhe deem uma orientação progressista, não seria de surpreender que viessem a ser impostas «soluções» abertamente ditatoriais.

Como foi possível 74 anos após a Revolução de Outubro chegar a uma tão trágica situação?

O que já avançámos, designadamente no nosso XIII Congresso e no Documento do CC de 29 de Agosto, sobre «A situação na URSS» é tanto mais valioso quanto, no essencial, tem sido confirmado pela vida. Mas é necessário aprofundar o exame, tanto das causas remotas, como das causas próximas do desmantelamento da URSS.

Quanto a estas últimas penso naturalmente nos erros que terão sido cometidos a nível do Partido e do Estado já no período posterior ao XXVII Congresso do PCUS, na evolução do próprio conceito da «perestroika» e à sua degenerescência quanto aos objectivos proclamados de renovação do socialismo, nas responsabilidades de altos dirigentes do Partido e do Estado. São matérias a considerar no quadro da preparação e realização do nosso XIV Congresso.

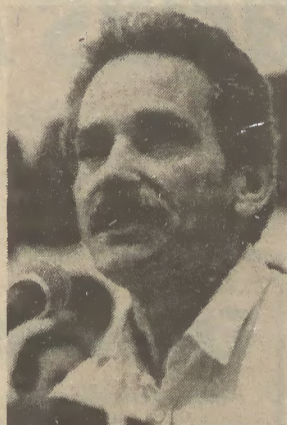
2

Em relação à Europa de Leste, ressaltando, que as situações são diferenciadas de país para país, assinalam-se no Documento do C.C. traços gerais comuns. Por um lado, a orientação antisocialista dominante a nível do poder político, revanchismo e perseguição anticomunista, brutal degradação da situação económica e das condições de vida das massas. Por outro lado, generalizada desilusão e crescentes expressões de descontentamento, resistência e luta dos trabalhadores e das massas em defesa dos seus interesses vitais.

Ainda há alguns meses atrás era possível distinguir com nitidez a situação na ex-RDA (brutalmente anexada), na Checoslováquia, Polónia e Hungria (onde as forças antisocialistas tinham alcançado grandes vitórias políticas e eleitorais), da situação na Bulgária, Roménia e mesmo Albânia onde as forças anticomunistas foram derrotadas em eleições internacionalmente fiscalizadas e venceram os partidos que defendiam a opção socialista (como o PSB na Bulgária).

Entretanto verificou-se a desagregação do CAME, a dissolução do Pacto de Varsóvia, o aprofundamento da crise na URSS, ou seja, verificou-se uma brutal ruptura de laços económicos, de alianças políticas e militares e outras formas de cooperação que vigoravam no âmbito da comunidade socialista. Simultaneamente intensificaram-se as pressões ilegais das forças reaccionárias internas e as ingerências externas visando afastar definitivamente os comunistas do poder. Tudo isto, associado a tendências derrotistas, se conjugou para que também nestes países pareça estar comprometida a possibilidade de renovação do socialismo.

As consequências de tudo isto são geralmente reconhecidas como desastrosas para os países e para os povos respectivos. Crescente endividamento externo (com excepção da Roménia). Queda brutal da produção (de 23%, na Hungria a



ALBANO NUNES
Membro do Secretariado do CC

«O fim da “guerra fria”, longe de significar o fim da política de blocos, e o advento de uma nova era de paz e cooperação internacional, está a traduzir-se no reforço dos blocos económico-político-militares do imperialismo.»

cerca de 50% na ex-RDA). Terrível degradação da situação social, designadamente do desemprego e abastecimentos. Perseguição arbitrária dos comunistas e roubo de velhos e novos bens do Partido (RDA, Checoslováquia, Bulgária) e mesmo projectos de ilegalização. Desenvolvimento de tendências ditatoriais e fascizantes, como na Polónia. Agudização de disputas e conflitos étnicos e nacionais dentro de Estados e de Estados entre si. Ingerência (e submissão) aberta do imperialismo (através BERD, FMI, etc) e processos de enquadramento pela CEE e pela NATO que na sua recente reunião de Roma criou o chamado «Conselho de Cooperação do Atlântico Norte» precisamente com esse objectivo.

É uma evidência que os trabalhadores e os povos destes países «não batem palmas» ao curso dos acontecimentos. Embora num quadro de grande desorientação política e ideológica, é patente a desilusão e o descontentamento das massas e mesmo importantes acções de resistência e de luta não apenas em defesa dos interesses vitais de conquistas reais do socialismo. É patente a instabilidade do sistema político e da arrumação de forças.

Em tão complexa situação são sem dúvida de valorizar por exemplo os resultados alcançados na Polónia pelo Partido em que se integram os comunistas, a grande derrota de Walesa e seu Partido, a afirmação do OPZZ como grande força sindical face ao declínio do «Solidariedade»; os 33% alcançados pelo PSB nas recentes eleições legislativas e a sua esmagadora vitória nas eleições municipais na Bulgária, os próprios resultados do Partido Comunista da Checoslováquia nas últimas eleições legislativas.

De anotar ainda as generalizadas dificuldades na concretização do processo de privatizações, de entrega ao capital estrangeiro, de desmantelamento das cooperativas agrícolas. Em geral o avanço é muito mais lento que o preconizado e se a nível político a orientação é capitalista, a nível económico é ainda largamente predominante a propriedade social.

Entretanto nos países do Leste da Europa as tendências negativas são dominantes.

Quanto à Jugoslávia apenas chamar a atenção para a continuada ingerência externa no dramático conflito interno.

Ingerência que tem que ver com tradicionais tentativas de alargar a esfera de influência imperialista a esta região estratégica, designadamente por parte da Alemanha. Ingerência ao lado dos fascistas croatas, escamoteando a complexíssima questão de nesta república viverem mais de 600.000 servios, no quadro de fronteiras internas traçadas aquando da constituição da República Federativa Socialista da Jugoslávia. Ingerência que tem também uma marca de classe já que tanto na Servia como no Montenegro, e ao contrário das outras Repúblicas, os comunistas venceram as eleições e mantêm-se no poder.

É particularmente importante valorizar uma outra realidade - a de que há países e povos que nesta difícil situação lutam tenazmente para defender as suas conquistas socialistas e confirmam a sua opção socialista.

É o caso de Cuba e do esforço titânico do PCC e do povo cubano para fazer frente ao boicote criminoso dos EUA e às dramáticas consequências de prática ruptura das relações com o campo socialista com quem mantinha 85% do intercâmbio. As dificuldades são enormes, mas sente-se determinação combativa e confiança no futuro.

A importância da defesa da revolução socialista cubana ultrapassa os marcos de pequena ilha das Caraíbas projectando-se em toda a América Latina e noutros continentes. O imperialismo sabe-o bem. Mas sabem-no também as forças democráticas e anti-imperialistas. Daí o vasto movimento de solidariedade que se desenvolve por todo o mundo, solidariedade que temos também de intensificar no nosso país.

China, Vietname, Laos, Coreia, cada um a seu modo e enfrentando problemas próprios, confirmam também a sua opção socialista, como ficou claro no recente Congresso do PCV onde, no quadro de uma profunda renovação, foram reafirmados princípios essenciais de um Partido Comunista.

VINHO DO PORTO E BOLO-REI



A FESTA

COM

Estamos no fim do ano, com Natal pelo meio. O vinho do Porto e o bolo-rei avançam para as mesas do País, instalam-se na festa e são parte dela. Vindos de longe, este vinho e este bolo trazem histórias, labutas e gostos tão de nós próprios, que todos nesta altura à mesma mesa nos juntamos. Por isso fomos um bocadinho atrás deles.

Leandro Martins, que andou pelos xistos do Douro, de lá nos vem com alguns sabores originais do néctar. **Henrique Custódio**, acompanhado da câmara fotográfica de **Jorge Caria**, dá-nos conta das voltas que o bolo-rei deu até nos chegar a casa.

TRABALHO

DENTRO

VINHO DO PORTO

PAISAGEM DE CONTRADIÇÕES

Para muitos, o Douro é uma paisagem com rio ao fundo. Para outros, apenas um rio que corre escuro entre montes altos. Há no entanto quem saiba que dali, desses montes que descem em degraus até ao rio, nasce o Vinho do Porto. É a primeira contradição entre as muitas que se podem desvendar se procuramos com atenção saber algo mais sobre o principal produto da região. Se a cidade do Porto deu o nome ao vinho, não é ali que ele se fabrica como um doce suor arrancado às pedras. Mas foi na cidade, capital do Norte, que se instalaram os primeiros a comercializá-lo para o estrangeiro. Vinho fino, vinho generoso, vinho tratado - assim se chama no Douro onde é produzido -, é afinal muito pouco consumido em Portugal - 95 por cento é exportado, não dependendo assim a sua comercialização do mercado interno. Os ingleses foram os primeiros a interessar-se por ele, em finais do século XVII. E até há pouco quase os únicos a poderem vendê-lo no estrangeiro. A produção, ainda nas mãos dos portugueses na sua maior percentagem, concentra-se também ainda, três séculos passados, em mãos estranhas. Contradições entre produtores e exportadores, entre grandes e pequenos agricultores, entre o Estado e as entidades representativas dos agricultores, entre estas e a maioria daqueles cujos interesses deveriam representar, são apenas algumas das que nos demos conta, em breve viagem que fizemos aos lugares onde a paisagem foi construída por gerações, a pensar na doce produção que o suor regou, pedra a pedra.



MULTINACIONAIS

O Alto Douro começa ali a seguir a Marco de Canaveses, quando o viajante vai de comboio do Porto para a Régua. Nesta altura do ano, o céu encobre-se de nuvens baixas, a roçarem os montes íngremes que se arredondam nos cumes, a uma altitude máxima de cerca de seiscentos metros. De vez em quando o sol descobre-se, reflecte-se na água escura do rio, incendeia as cores amarelas e fulvas das folhas de vides que secam. A poda começa em breve. É hoje, com as vindimas do fim de Verão, um dos momentos fortes do trabalho da região. Momento em que a mão-de-obra escassa é compensada pela vinda de trabalhadores de zonas limítrofes, do Norte e do Sul do Douro. Trás-os-Montes e Beiras fornecem o esforço de trabalho que antes os galegos vinham fazer. Nestas paragens, a emigração levou grande parte das gentes, inconformadas com o trabalho sazonal. Não se trata hoje de construir, degrau a degrau, esta paisagem. Apenas de a cuidar. E, nos últimos tempos, de tentar novas formas de dispor novas vinhas, numa ainda incerta forma de cultivo, de «vinhas ao alto», dispensando os ancestrais socalcos. Se há alguns entusiastas que se aventuraram a plantar novas vinhas e a usarem outras técnicas, muitos são os que temem o risco financeiro e os que muito simplesmente descreem das virtualidades de uma disposição do vinhedo que pode, pura e simplesmente, ficar sem a terra «debaixo dos pés», literalmente falando, com as chuvadas de Inverno a levarem, colina abaixo, o xisto partido onde a vinha se ampara e vai buscar os humores que adoçarão o vinho.

Primeira Região Demarcada no mundo, estendendo-se pelo vale do Douro a partir de Barqueiros, 100 quilómetros a montante do Porto e abarcando parte dos vales dos seus afluentes - Corgo, Pinhão, Tua -, produzindo um vinho encorpado de que os ingleses gostaram e passaram a importar através de negociantes que se haviam já instalado no Norte do país, e que, acrescentando-lhe aguardente - o **benefício** - e travando-lhe assim o processo de vinificação, transformaram num vinho generoso de grande sucesso na Inglaterra - a Região Demarcada dos Vinhos Generosos do Douro tem uma área de aproximadamente 240 mil hectares, embora a vinha só ocupe pouco mais de um décimo desta área, segundo dados publicados pelo Instituto de Vinho do Porto.

A Régua é o seu centro comercial, embora o Porto houvesse dado o nome ao vinho generoso, por se haverem estabelecido os entrepostos de exportação em Gaia. O Pinhão é, porém, o centro geográfico da produção de vinho, zona onde se concentram famosas quintas, algumas pertença de exportadores famosos. Algumas velhas marcas, porém, deixaram de estar em mãos inglesas, como viemos a apurar durante os poucos dias em que visitámos a região. Multinacionais invadem o Vinho do Porto, adquirindo velhas empresas e pondo em risco a promoção do vinho lá fora, pois representam, entre os produtos representados pelas grandes multinacionais, uma ínfima parte, com a qual podem «jogar» o jogo da oferta e da procura.

Multinacionais

A Região é hoje uma parte do país à beira de uma rápida mutação. Que já se iniciou. E de uma crise que não será a pri-

meira, na longa história do Vinho do Porto. Para lá das crises resultantes de causas naturais, como a da filoxera de má memória, as outras têm raízes num problema tradicional, que é o da dependência da produção face à exportação.

Com efeito, se bem que o Vinho do Porto seja bem conhecido em Portugal, o mais que se sabe dele é através de antigas gravuras, de azulejos, ou de fotografias das vindimas. Ou de um raro cálice bebido à saúde, em comemoração, ou na festa. O Natal, cuja quadra atravessamos, é bom momento para brindar, a fazer a boca para o peru - quem o tem? - ou num último copo depois de demorada conversa. Mas é na exportação que a maior parte se escoia. Cerca de 95 por cento da produção vai para fora, para os mercados britânicos, estadunidenses e pouco mais. Os cerca de 30 mil produtores, cultivando mais de 85 mil parcelas classificadas através do Cadastro estabelecido pela Casa do Douro, dependem do que se bebe lá fora. De como se vende para fora. De quando se quer lá fora. E de como os exportadores promovem ou não produto que lhes não sai do trabalho.

Ora hoje, embora o Douro continue a ser praticamente «inglês», as multinacionais «invasoras» vão-se substituindo às tradicionais famílias que comercializavam o produto no estrangeiro, mas que, estabelecidas há muito em Portugal, acabavam defendendo interesses «da região».

Não se pense, porém, que este é o único factor problemático no Douro e na sua produção vinícola. Para agravar a crise - que se abate sobretudo nos ombros dos pequenos agricultores, a legislação do Governo também favorece as multinacionais. Numa recente entrevista

em que defende a criação de um forte movimento associativo socio profissional, Agostinho Lopes, membro da Comissão Política do CC do PCP, afirmou que este «teria impedido ou, pelo menos, limitado o assalto das multinacionais apadrinhadas por sucessivos governos de direita às quintas e às terras do Generoso, que já hoje detêm em produção própria cerca de 10 por cento dos vinhos da Região». «Teria impedido», afirma mais adiante Agostinho Lopes, «o decreto-lei 523/85 do 1º Governo de Cavaco Silva que, definindo as condições para a atribuição de benefício às vinhas legalizadas, deu de mão beijada 700 pipas de benefício às multinacionais que tinham feito plantações ilegais. Teria impedido a degradação dos preços do vinho tratado que, conforme estudo da Casa do Douro, passou de 60\$34/litro em 1980 para 192\$00/litro em 1989, o que, tendo em conta a inflação, significa que, a preços de 80, o litro do tratado valeu em 89 apenas 44\$86!»

Crise?

Tratar-se-á realmente de uma crise? Transcrevemos parte da entrevista que Agostinho Lopes concedeu no ano passado ao «Notícias do Douro». Entrevista tanto mais interessante que esse jornal acabou por a não publicar na íntegra. Dizia ele:

«Em primeiro lugar penso que deverá haver a necessária e suficiente prudência na avaliação da situação, para que não se comece a gritar «aquí d'el rei, é a crise», quando a apreciação se reporta a um período de tempo curto, dados insuficientes e até contraditórios... e ao que tudo indica muito ligados ao comportamento de um, embora importante, mercado, o francês. Gritar «é a crise» só pode servir para justificar, e quanto a mim mal, as pressões dos exportadores para restrições acentuadas ao quantitativo do benefício, como já se verificou na recente vindima, ou ainda para explicar as não compras à lavoura do vinho generoso das últimas colheitas.

«Em segundo lugar parece-me que deveremos reflectir sobre o problema quando a sineta de alarme tocou...»

«Uma primeira reflexão é uma interrogação: está feito o balanço referente aos últimos 10/15 anos: Vinhos Generosos produzidos/vinhos exportados e consumidos no mercado interno/Existências, tendo em conta o «bom» de exportação da última década? Estão os «stocks» suficientemente repostos? Que avaliação fazemos da necessidade de reservas/armazenamento a ser feito

INVASORAS

em anos de boa ou óptima qualidade de produção e portanto a justificar um benefício que a tendência exportadora do ano anterior aparentemente não justificará? Ou vamos continuar a dizer, quando o mercado exportador for receptivo, que não há vinho de qualidade suficiente? Ou que há uma «limitação natural da capacidade de produção» e que por isso a região não tem possibilidade de a curto prazo ver aumentada a sua produção de massas vínicas com qualidade suficiente para serem aproveitadas para Vinho do Porto», como é referido em artigo de um membro da AEVP no jornal de 10 Nov.89? Isto é, quando houver condições para beneficiar mais, não se beneficia porque a exportação foi pequena, e depois a exportação não cresce porque não há produção suficiente? A lógica deste raciocínio é compreensível do ponto de vista dos exportadores. Não pode ser admissível é da parte dos Poderes Públicos e das Organizações Dourienses.»

Um grave afunilamento

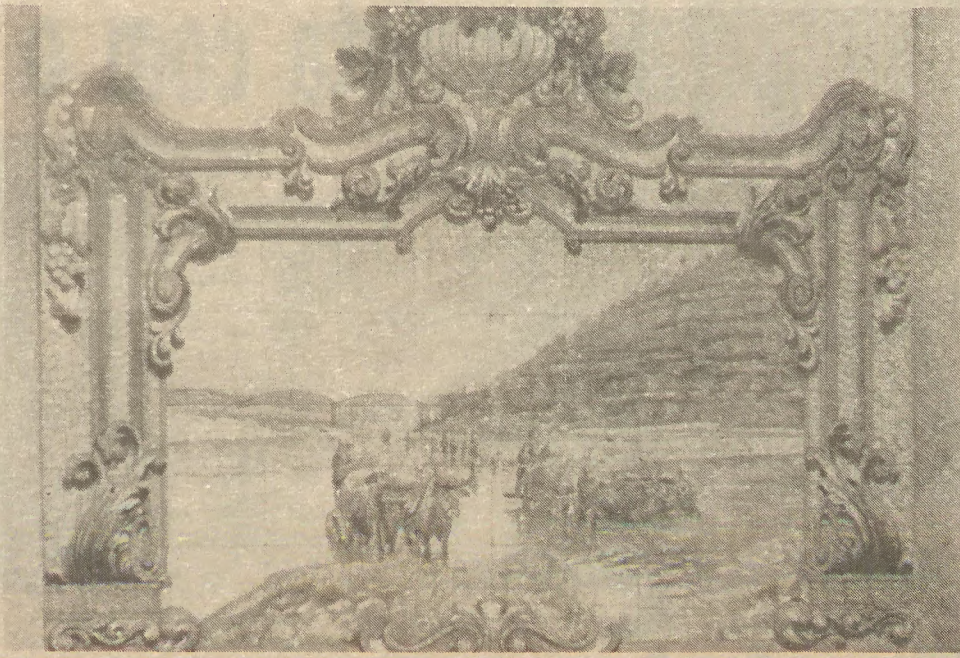
Pelo seu interesse e pela sua actualidade, prosseguimos a citação da entrevista de Agostinho Lopes, a cujo texto completo tivemos acesso:

«É de assinalar o grave afunilamento dos mercados externos com cerca de 95% do volume exportado na CEE e destes, 40% na

França. Este estrangulamento não dá mostras de ser aberto, deve ser uma evidente preocupação de todos os sectores ligados ao Vinho Generoso e do Estado português.

«Outro é um problema que se liga ao anterior. A manutenção nos mercados mundiais de imitações de baixa qualidade e baixo preço com a designação «Porto». Segundo o artigo referido acima, é a situação no Canadá, onde apenas 12% do consumo do «Port» é Porto, da África do Sul, da Austrália, onde se consomem, 170 mil hectolitros de «Port» produzidos localmente e nos EUA onde só é reconhecida a D.O.Porto!

«É espantosa a incapacidade e insuficiência do Governo perante este es-



As marcas do Vinho do Porto são visíveis em toda a região. Mesmo na estação de caminhos-de-ferro do Pinhão, onde vários painéis de azulejo evocam as várias fases por que passa o vinho até ao seu embarque, Douro abaixo

cândalo e atentado a um importante património nacional. E gostaria de perguntar se, a propósito das negociações do GATT e da liberalização dos mercados agrícolas mundiais pretendida por al-

guns daqueles países (EUA, Canadá, etc.) alguém do Governo se lembrou de colocar o problema do necessário respeito, nessa liberalização dos mercados, pelas denominações de origem...

«Uma terceira reflexão é sobre o que é, na minha opinião, o resultado natural de uma comercialização, que deixou de ser feita por empresas especializadas (ou quase) em Vinho do Porto, como eram as



Eng. João Roseira: «O futuro está no vinho com nome e qualidades próprias»

tradicionais Casas Exportadoras, inglesas ou não, e passou a ser feita por grandes Grupos Multinacionais comercializando uma enorme e diversíssima gama de bebidas e dezenas de marcas.

«A empresa que exporta Vinho do Porto até pode ser a mesma, mas a questão é que a sua lógica comercial passou a ser a do Grupo que simultaneamente negocia muitas outras bebidas concorrentes do Vinho do Porto... Ontem, a Sandeman vendia Vinho do Porto, hoje integrada na multinacional Seagram vende Aguardentes, Brandies, Bagaceiras, Espumantes, Bitter, Vermutes, Vinhos da Madeira, licors nacionais e importados, Scotch Whisky, Malt Whisky, Canadian Whisky, Bourbon, Irish Whisky, Gin, Vodka, Rum, Tequilha, Champagnes, Xerês e Vinhos de Mesa portugueses e franceses...

«Esta nova lógica comercial das Empresas Exportadoras não tem naturalmente no centro das preocupações o Vinho do Porto, mas apenas e simplesmente, a lógica da maximização dos lucros no contexto de uma diversificada comercialização de produtos, onde o Vinho do Porto é mais um, e somente mais um produto a vender.

«É uma diferença substancial. E os produtores durienses, as suas organizações e o Governo português têm que a ter em conta.»



A primeira Região Demarcada do mundo

VINHO DO PORTO

PAISAGEM DE CONTRADIÇÕES

Entrevista com o Presidente da Casa



Engenheiro Mesquita Montes, presidente da Casa do Douro, em entrevista ao «Avante!»

Produtores e exportadores uma confrontação permanente

«Para se analisar o papel da Casa do Douro no contexto de uma Região Demarcada, penso que é importante caracterizá-la», disse-nos o Engenheiro Mesquita Montes, Presidente da Direcção daquela instituição, que acedeu a receber-nos na Régua, em meados de Novembro.

«Trinta mil vinicultores que exploram noventa mil parcelas — o que nos dá uma média de hectare e meio por agricultor, trabalham esta região, que é extremamente sensível por se tratar de uma região praticamente de monocultura — toda a economia destas trinta mil pessoas e das que lhe são dependentes, vive da vinicultura. Outro aspecto é o facto de que, desde 1675, se ter feito uma demarcação nítida entre os produtores e os exportadores — sempre houve dois blocos. Fronteira que mais nítida se tornou no tempo do corporativismo, consagrando a impossibilidade prática de os produtores poderem chegar à comercialização.»

«Esta situação agravou-se nos últimos cinquenta anos, e a separação provocou uma confrontação permanente.»

Mesquita Montes é de opinião que, ao longo da história, se veio perdendo o espírito de defesa dos agricultores. «Quando da Revolução de 1910, a lavoura sentiu a necessidade de organizar-se e os lavradores pretenderam uma organização que os defendesse. Havia então muitas tentativas de imitar o vinho do Porto. Para a defesa do produto, a região foi novamente demarcada. Estava-se em meados dos anos 20. Algumas medidas foram tomadas então — a criação do entreposto de Gaia; Leixões como base exclusiva de exportação; criação do Instituto do Vinho do Porto e, por fim, a criação da Casa do Douro. «A Casa do Douro contribuiu para a criação de uma agricultura folgada, mais do que as outras, e pôs em prática um cadastro que nunca existiu no mundo, classificando todas as vinhas da região.»

Com total autonomia financeira, obrigada a escoar os vinhos que não venham a ser comercializados pelos exportadores tradicionais, a Casa do Douro possui hoje um património extraordinariamente valioso. Esse património é fundamentalmente representado por 85 mil pipas de vinho velho — armazenado desde 1934 — cujo valor residual poderá atingir cerca de 30 milhões de contos; uma garrafeira que remonta a 1823; e um imobilizado — construções — com capacidade para o armazenamento da ordem

das 150 a 160 mil pipas, na maior parte em madeira.

Além disto, a Casa do Douro possui dez delegações espalhadas pela região, para apoio administrativo. E várias propriedades rústicas. É um património muito grande, e o orçamento anual da Casa do Douro é da ordem dos 30 milhões de contos. Para além das funções de apoio administrativo à lavoura e da venda de produtos à mesma e, ainda, da função reguladora que tem, a instituição apoia também entidades locais, como as autarquias, e actividades desportivas, culturais e turísticas na região.

O negócio da Real Companhia Velha

«Não estou arrependido do negócio», declarou-nos Mesquita Montes, quando o inquirimos sobre a compra de parte substancial da Real Companhia Velha pela Casa do Douro, transacção sobre a qual as opiniões se dividem, como tivemos oportunidade de verificar durante os breves dias que passámos na região. «Trata-se antes de um investimento», assegurou.

«Há razões óptimas que defendem a nossa posição. A primeira é o facto de sentirmos que o sector está cada vez mais nas mãos das multinacionais. O poder de decisão está em Vila Nova de Gaia, mais do que aqui na região. Com o crescimento

das multinacionais no sector — por exemplo uma multinacional entrou para a Sandeman, empresa antes familiar, há muito implantada em Portugal, outra comprou a Ramos Pinto — começaram a quebrar-se os laços que ligavam os exportadores ingleses com a região. A Seagram, de Nova Iorque, está implantada, assim como negociantes de Champagne, de Paris. A passagem da Real Companhia Velha para a Benedetti seria mais uma machadada nos interesses dos produtores portugueses. Tanto mais que a lavoura não tem capacidade de resposta se estas multinacionais disserem "agora não compramos mais Vinho do Porto". O Douro morria...»

«Além disso», esclarece Mesquita Montes, «a Real Companhia Velha não é uma companhia qualquer. Nasce em 1758, como defesa dos viticultores contra os comerciantes; quando se extingue em 1840 e se transforma em empresa comercial, mantém todo o espólio histórico-cultural do Vinho do Porto. Ora não é aceitável que esse património ande a saltar de mão em mão. Quase haveria razão para nacionalizar esse espólio. A Casa do Douro terá condições para conservá-lo. «Mas a razão mais importante é o facto de considerarmos que é muito importante que a lavoura comece a comercializar os seus produtos. Pensámos arranjar maneira de comercializar vinho. A partir de 73, as adegas cooperativas começaram a comercializá-lo.»

«A família Silva Reis, proprietária da RCV, mostrou-se disposta a ceder 40 por cento do capital da RCV. Mostrei todo o interesse. Através de algo já criado, podemos pôr em execução o nosso projecto. Criar algo de novo era muito difícil. Uma empresa deste tipo que se crie será sempre para os exportadores, "a dos produtores"... E para poder apetrechar-se tecnicamente teria de recorrer a técnicos de várias empresas, num sector reduzido.»

«A RCV continuará a manter as suas funções — comprar e vender vinhos. Mas a Companhia irá ter não só essa função, mas

também a de receber vinhos dos produtores e distribuí-los, com uma margem a acertar.»

«Quanto aos gestores, são quatro elementos indicados pela Casa do Douro, em paridade com Silva Reis, apesar de nós dispormos apenas de 40 por cento. Está ainda prevista a criação de um agrupamento complementar de empresas que agirão como intermediários entre a RCV e os produtores.»

Uma situação complicada

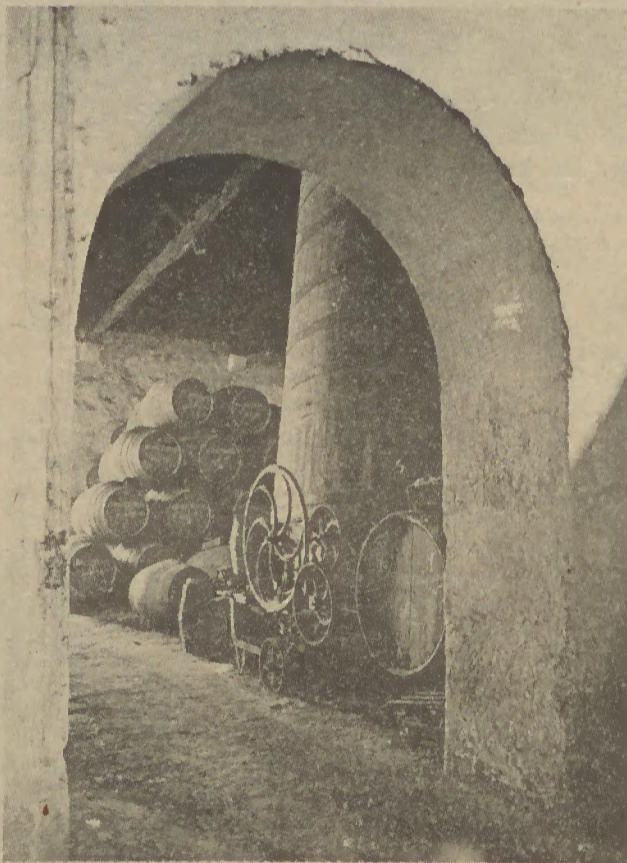
Uma das questões colocadas em várias imprensa

neles como em empresa a lançar-se na imobiliária. Grande parte já foi desmobilizado.

«Há ainda alguns desequilíbrios, pelo que temos contratado técnicos para ficarem à frente da empresa, já que a RCV não pode continuar a ser gerida como até agora como empresa familiar.»

Penso que é perfeitamente possível fazer uma recuperação.

É uma empresa mal dimensionada, que possui 7 a 8 milhões de contos de propriedades agrícolas, um terço do que nós demos — 24 milhões.



era a da situação financeira difícil em que se encontrava a Real Companhia Velha quando a Casa do Douro adquiriu parte da empresa. Sobre isso, Mesquita Montes admitiu que a situação era na verdade «complicada»:

«O endividamento era grande. Mas a situação já foi melhorada. A empresa tinha necessidade de desmobilizar algum imobilizado sem interesse, o que foi verificado numa análise sumária aos grandes valores imobilizados. Silva Reis pensava

Mas há possibilidades de desafectar essas propriedades.»

Quanto ao ano agrícola, o Presidente da Casa do Douro acha que o que se está a passar na região é «uma coisa um pouco esquisita», e que «a Direcção da CD está a sofrer simultaneamente abanões da lavoura e do comércio». Que se passa? Mesquita Montes prefere começar pelo que «não se passa»:

«Não há quebra na exportação», assegura. «Houve

alguma em 88/89, mas que não justifica a quebra de produção de generoso este ano. Há é quebra de preço no mercado. Devemos acabar este ano de 1991 com um crescimento de volume de exportação de cerca de 10 por cento. O ano de 91 deve ficar entre os cinco primeiros anos de exportação!»

Se não é o volume de exportação que justifica a crise, o que é que a justifica? Mesquita Montes lança as responsabilidades sobre a atitude dos exportadores, que «já em princípios de 80 reclamavam o desmantelamento da Casa do Douro e que, com medo da nova situação criada com o investimento feito na Real Companhia Velha, quiseram nesta fase destruir a CD. A melhor forma seria pôr os agricultores contra ela. Os exportadores querem criar uma situação em que se verifique um excedente de produção.»

E explica que, embora a Casa do Douro tenha comprado muito vinho, também vendeu muito, e que o stock é inferior à média dos dez anos entre 76 e 86.

«Os exportadores não têm perdido nada», afirma. «Têm vendido mais vinho, embora ganhando menos. O facto é que também pagam menos à produção...»

E o futuro?

«Há condições para pensar que isto vai modificar-se», diz Mesquita Montes quando lhe perguntamos sobre as perspectivas de futuro. «A decisão tomada de se fazer menos vinho este ano, apesar do que provoca na lavoura, vai ser um contributo importante para os aumentos da exportação. As próprias firmas já começaram a juntar-se para não se guerrearem lá fora.»

Entretanto, segundo o nosso entrevistado, abrem-se novas perspectivas de diálogo entre todos os intervenientes no processo. É assim que é encarada pelo dirigente da Casa do Douro a nomeação de um novo Presidente do Instituto do Vinho do Porto, Bianchi de Aguiar. Fizemos notar que este tem sido apontado como pessoa muito ligada aos exportadores. Mesquita

do Douro



Montes tem outra opinião: «Quando soube da indigitação tive oportunidade de dizer que se trata de um bom conhecedor da região, muito ligado é certo à Associação dos exportadores. Todavia, pela forma como sempre defendeu os interesses da região, é a pessoa que neste momento está bem no lugar onde está. E mostra-se muito interessado na resolução do único problema que temos — o diálogo entre os produtores e os exportadores».

Com isto, o Presidente da Casa do Douro pretendeu também criticar a anterior direcção do Instituto do Vinho do Porto:

«É inaceitável que ainda hoje, com o vinho feito, ainda não tenham falado com aqueles que nos vão levar o vinho»...

No capítulo das críticas às instituições, não ficámos por aqui. Nomeadamente no que toca aos problemas levantados pela integração na CEE:

«A generalidade das entidades dá muito pouca informação», aponta Mesquita Montes. «Primeiro eram só os milhões que aí vinham. Agora os milhões estão a acabar, ao mesmo tempo que aumentam as alterações a introduzir internamente. Entretanto não há, a nível interno, sedes de diálogo onde apresentemos as nossas reivindicações, antes de tudo ser negociado em Bruxelas. É o Instituto do Vinho e da Vinha que resolve tudo. Mas nunca funcionou em função dos interesses dos agricultores. Esta falta de organização interna determina que, na maioria dos casos, algumas pessoas tomem decisões pelo país».

E dá exemplo, que é o da exportação a granel do vinho do Porto, que não garante, uma vez o vinho lá fora, que se não verifiquem falsificações:

«Pressionámos no sentido de que na Região do Douro apenas pudesse ser exportado vinho engarrafado. Ficou determinado que em 1994 terminaria a exportação a granel. Comecei entretanto a sentir alguma apreensão. No exterior, os importadores punham em dúvida a capacidade de Portugal impedir a exportação do granel. Escrevi então ao Instituto do Vinho do Porto, lembrando o prazo de 1994. A carta ficou lá um ano sem resposta. Só nas vésperas de cessar funções é que o antigo Presidente me escreveu, a dar a triste notícia — de que não era certo que em 1994 se passasse a não permitir o granel».

No entanto, o balanço que faz das relações e apoios institucionais é algo pruden-

te: «As nossas relações institucionais são boas. Em termos de funcionamento não têm sido tão aprofundadas como deviam.»

E dá o exemplo da instituição das regiões vitivinícolas, quando o Instituto do Vinho e da Vinha solicitou a cada uma programas sectoriais: «O IVV somou tudo, dividiu e disse que o país era assim!...»

Quando ao Instituto do Vinho do Porto, voltou a sublinhar o papel negativo do anterior director, Leopoldo Mourão. Com ele, «as relações não foram as melhores. Para ele, o Vinho do Porto era Vila Nova de Gaia. E nunca quis ter papel activo no diferendo entre a lavoura e o comércio».

Quando às outras entidades, nacionais e regionais, aponta-lhes a «falta de coordenação entre todos os que aqui têm acção na região demarcada. Nem sempre o espírito de abertura tem funcionado.»

Finalmente falou do Governo:

«A nossa ligação com o Governo é na base de uma tutela inspectiva. Tem havido da parte do Governo alguma compreensão para o esforço que vimos fazendo», admite. Mas adianta:

«Há um aspecto em que ainda não fomos capazes de nos fazer entender. No que respeita à comercialização, o Governo tem declarado que privilegia no seu programa a comercialização pelos próprios, e a reformulação tecnológica com vista a uma melhor apresentação do produto. Mas o que tem sido sistematicamente esquecido é a velha questão da **stockagem**. O Governo diz — peguem lá um limite de crédito; façam lá. Mas é um pouco de bluff. Hoje, na Região Demarcada do Douro, se o problema é de novas tecnologias, é fundamentalmente de **stockagem**. Exige-se a **stockagem** de três anos para o Vinho do Porto e de ano e meio para o outro vinho do Douro. Mas nas linhas de crédito que a banca propõe na região, é tudo a curto prazo. O esforço que as cooperativas fazem para criar **stocks** para avançarem na comercialização vão ser perdidos a pagar os juros. As linhas de crédito a curto prazo não dão às cooperativas nenhuma estabilidade financeira.

«Ora neste assunto, é ao Governo que cabe definir as formas e condições de crédito. E o Governo faz orlhias moucas.

«Aquilo que dizemos ao Governo não é ao nível das taxas, mas do **timing** — crédito de três anos para **stock** de três anos, e não um crédito de seis meses. Quanto às taxas é questão a levantar depois.

«Hoje — desde 1986, altura em que os produtores puderam finalmente começar a exportar —, qualquer exportador pode ter direito a uma antecipação para crédito externo, tem recurso a um crédito muito favorável. Mas uma adega cooperativa, a preparar-se para exportar, a guardar vinhos, sendo já exportadora inscrita, não tem direito a esse crédito. A nossa proposta é a de que todo aquele que **stockasse** para exportar, quando devidamente autorizado, deveria ter acesso ao crédito. O Governo ainda não entendeu isso»... ■



O Desenvolvimento está nas mãos dos produtores

Uma das maneiras de escapar ao garrote dos exportadores é, para o produtor de vinho do Porto, ser suficientemente grande para se lançar na comercialização. A outra, é a associação. Os exemplos de produtores individuais a aventurar-se na exportação é ainda raro e necessariamente recente, pois só em 1986 a lei permitiu essa liberdade. Esse risco, também. Visitámos portanto um produtor individual — aliás, familiar, pois trata-se de uma quinta explorada por uma família, a dos herdeiros de João Lopes Roseira:

A exploração é a Quinta do Infantado, uma casa fundada em 1816 e comprada no final do século passado pela família que a dirige hoje. Fomos recebidos pelo Engenheiro João Roseira, que é responsável pelo **marketing** e pelas vendas para o Reino Unido e para os EUA.

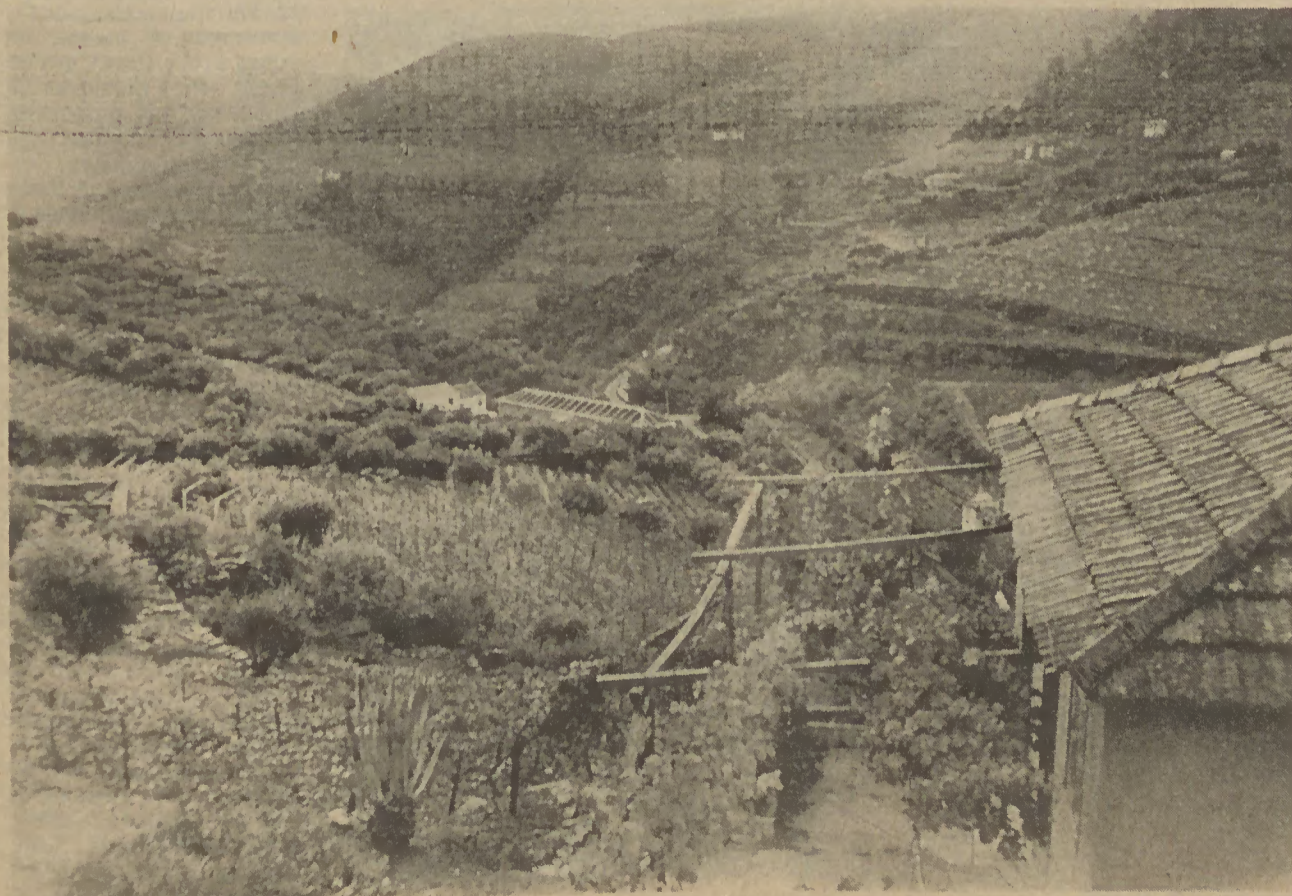
As vinhas, que se dispõem numa altitude de cerca de 150 metros, cobrem cerca de 50 hectares, pouco mais de metade dos quais já produzem, sendo os outros de plantação recente. Contando com castas de reconhecida qualidade — Touriga Nacional, Touriga Francesa, Tinta Roriz, Tinta Barroca, Tinto Cão e outras, a produção desta empresa atinge hoje as 9 mil caixas e procura chegar ao dobro em 1994. Afirmam-nos que a pisa e a vinifica-

ção seguem aqui ainda os métodos tradicionais, em grandes lagares de pedra, envelhecendo o vinho em pipas de carvalho. O nosso anfitrião, sobrinho do Dr. Luís Roseira (que foi deputado do PS à Constituinte e durante muitos anos médico no Pinhão), é, como o tio, um entusiasta da produção familiar e de uma qualidade ligada a um

nome, a uma «quinta», reconhecível como são reconhecidos os «Bordeaux».

Por isso, também, a empresa não morre de amores pelas exportadoras e, movendo-se entre um individualismo muito marcado e a necessidade de uma associação que defenda os interesses de outros produtores seus concorrentes, num mercado que se tem relevado difícil, iniciou há anos um processo de independência, nomeadamente engarrafando os seus próprios vinhos — a partir de 1979 — e comercializado-os no estrangeiro — a partir de 1986.

O Engenheiro João Roseira acompanha-nos numa breve visita à Quinta. Cai uma chuva breve e fria, a névoa encobre os



Uma paisagem construída

PORTO
Reserva da Família
Alourado Colheita de 1977 Meio-Século
Vinho do Porto do Produtor da Região Demarcada do Douro
Estate Bottled
Envelhecido em casco e engarrafado na
QUINTA DO INFANTADO® 20% vol.
VINHOS DO PRODUTOR L.D.A.
JOÃO LOPES ROSEIRA, Herd.ºº
Gontelho · Covas · Alto Douro
Produce of Portugal

PORTO VINTAGE
1983
Vinho do Porto do Produtor da Região Demarcada do Douro

PORTO
20 ANOS
Doce-Alourado
Vinho do Porto do Produtor da Região Demarcada do Douro
Produzido em Portugal



VINHO DO PORTO

PAISAGEM DE CONTRADIÇÕES

topos das colinas, a poda começa a fazer-se e alguns homens cantam enquanto sobem os socalcos, cortando as hastas supérfluas das vinhas. É gente que vem do outro lado do rio, da região de Lamego.

Do concelho de Sabrosa, apenas alguns trabalhadores - nomeadamente a laborar no engarrafamento - ali se dedicam ao vinho.

Problemas de mão-de-obra não há, afirmam-nos. Os problemas começam na comercialização, e João Roseira fala-nos da defesa dos interesses dos agricultores e da constituição, em 1984/85, da Associação dos Produtores e Engarrafadores dos Vinhos do Porto e do Douro.

Apesar de confirmar a necessidade de tal associação, mostra-se no entanto descontente com a direcção que Miguel Champalimaud encabeçou logo de início, acusando-o de ter abandonado desde logo os interesses da mesma e de a deixar sem funcionamento prático.

Entretanto, salienta a importância desta que, com o Instituto do Vinho do Porto, com a Casa do Douro e com os Exportadores, intervém no processo da comercialização do vinho e já teve papel importante a nível da modificação da legislação sobre a exportação.

«O nosso objectivo», afirma, «é repor a Associação a funcionar.»

Primeiro a engarrafar

A Quinta do Infantado foi o primeiro produtor a engarrafar, logo a partir de 1979, quando o pôde fazer, e, como já dissemos, começou a fazer a sua própria exportação a partir de 1986, data em que foi possível aos produtores avançar nessa direcção sem possuírem armazéns em Gaia.

«A própria Região é um entreposto», diz João Roseira, criticando o facto de os exportadores terem sido sempre favorecidos e de ainda hoje exportarem quase 98 por cento da produção.

«Com o engarrafamento efectuado por nós próprios, conseguimos também uma certa mais-valia», que antes ia directamente para os bolsos dos que comercializavam, diz ainda.

Apesar dos progressos conseguidos pela empresa e das perspectivas que está tem - o aumento da produção para o dobro em 1994 - João Roseira encara o presente com pessimismo e o futuro com cepticismo.

Considera muito baixos os preços pagos ao produtor, preços que, desde há anos, não sobem de modo a cobrir a inflação.

Quanto à diminuição do benefício atribuído, a sua opinião é a de que se tem feito mais

vinho do que aquele que é escoado, havendo hoje um excesso de vinho enquanto as exportações têm baixado.

Mais uma vez as responsabilidades aponta-as aos exportadores, embora adiante que há outras causas, nomeadamente, na sua óptica, a luta antialcoólica nos EUA e no Reino Unido que tem resultado numa baixa de consumo de álcool per capita e, por outro lado, a má qualidade de grande parte do vinho do Porto produzido nos últimos tempos.

«Em França, por exemplo, vende-se vinho de má qualidade», refere. «A verdade é que o vinho a mais que foi produzido está nas mãos dos exportadores, que no entanto se queixam, embora eles tenham responsabilidades na atribuição do benefício a mais que foi distribuído.»

A Casa do Douro não escapa às críticas deste produtor. «Sendo a Casa do Douro uma organização que deve representar os produtores, ela deixa-se, através de esquemas, influenciar pelos exportadores»...

Negócio pouco claro

Falámos então da compra de parte da Real Companhia Velha pela Casa do Douro. João Roseira diz não perceber em termos éticos este negócio, nem como, comprando 40 por cento da Real Companhia Velha, a Casa do Douro possa resolver alguma coisa. Quanto às razões apresentadas pela Casa do Douro, elas podem ser válidas, admite, mas esta não deveria ter feito um tal investi-

mento, de resultados duvidosos.

Que deveria então fazer?

«A vinha em si não existe grandes investimentos», afirma. «Só a stockagem o exige verdadeiramente. O que a Casa do Douro deveria era fomentar a formação dos produtores. O futuro desta Região está comprometido. Os exportadores têm-se recusado a comprar e a Casa do Douro não vai ter capacidade de fazer esse escoamento, se os outros exportadores não exportarem.»

«Além disso, acerca ainda da compra da Real Companhia Velha, trata-se de um empresa em crise. E a Ferreirinha, por exemplo, era um negócio de quatro milhões, muito menos que o que foi efectuado, aliás de um modo pouco claro, e extremamente rápido; em três dias estava fechado...»

Insistimos nas perspectivas. João Roseira pensa que o único modo de resolver a crise e de apontar para o desenvolvimento da região é a produção especializada, como a que ali mesmo se procura levar a cabo. Uma produção baseada na marca, na Quinta, e não nas grandes companhias. Refere ainda a necessidade de se avançar na especialização, na formação de técnicos e de mão-de-obra na fabricação do vinho de qualidade.

«Região, que teve já um rendimento aceitável - relativamente - está a deixar de o ter. E não é a Real Companhia Velha que resolverá o problema dos produtores. A resolução da crise e o desenvolvimento estão nas mãos dos próprios produtores». ■

Os grandes não de quem os defendam

Fomos encontrá-lo não longe de casa, na freguesia de Provezende, sozinho, na poda das suas vinhas. Ao longe, fumos brancos de queimadas subiam até se fundirem na névoa baixa. Considera-se um mais pequeno que médio agricultor. «Um grande produtor é o que tem mais de 100 milheiros; o médio tem aí uns 25 a 30», define. Chama-se António Teixeira Fernandes e dá-nos logo o tom pessimista à conversa, ao afirmar que, com a actual política, há duas classes condenadas - o médio e o pequeno produtor de vinho. «Os maiores fazem o vinho e vendem por conta deles», esclarece.

penalizada.» Queremos explicações. Dá-as: o milheiro corresponde a mil pés de vinha e será mais ou menos uma pipa de vinho. Mas as novas regras, introduzindo o hectare, levam naturalmente o produtor a procurar extrair de cada parcela o mais que pode. O controlo, na sua opinião, peca por injusto: «Os senhores da Casa do Douro são muito amáveis, mas defendem os grandes. Os dois mil grandes - se tanto - contra os 30 mil pequenos e médios pro-



«Pequenos, somos trinta mil...»

Convida-nos a beber um copo de vinho tratado. Conversamos na penumbra da casa, entre duas pipas, trincando amêndoa torrada, ouvindo a chuva regar a terra cá fora.

António Fernandes é homem que tem uma ideia não apenas da realidade que lhe diz directamente respeito, mas da que o envolve na região.

Relembra:

«A maior parte das pessoas começou a vender o vasilhame que tinham, entre 1975 e 1985, quando a produção era inferior à procura, e hoje os pequenos e médios produtores estão numa situação de dependência. Não fabricam o vinho - vendem a uva.»

Os grandes é que se defendem

Faz notar que apenas fala do Vinho do Porto e não dos outros problemas da região, que são muitos. «Quando se fala do Douro tem-se a ideia de que é do vinho do Porto que se está a falar», diz ele. É mais um monólogo que uma entrevista. Como se um longo desabafo se estivesse preparando e agora procurasse enumerar os problemas sem esquecer nenhum.

«Primeiro davam-nos o benefício por milheiro de vinha plantada. Agora é por hectare. E as brigadas da Casa do Douro que andam aí a actualizar o cadastro, desde que a videira esteja apertada pode ser

dutores». É uma animosidade que nos não surpreende, esta contra a Casa do Douro, organismo em quem os agricultores muitas vezes se não vêem representados, antes controlados por ela. No entanto procurámos saber também a opinião de António Fernandes sobre a compra da Real Companhia Velha. Pensa que a transacção não beneficia os pequenos. «E o negócio em si deixa muito a desejar».

Mas não pensa que pode servir o escoamento do vinho?

«Se fosse para intervir, como dizem, no escoamento do produto...» Não acredita, porém, nessa possibilidade.

«E o conflito que se vai criar com os exportadores só vai é prejudicar-nos», acrescenta. E insiste: «A actual direcção da Casa do Douro está a prejudicar os interesses dos produtores pequenos. É hora de pôr lá outra que os defenda. Porque os grandes não precisam de quem os defendam.»

Um crédito para doidos

O nosso entrevistado continua a enumerar as razões da preocupação, que diz ser geral, em relação à actual situação:

«Uma delas foi o corte drástico no quantitativo de benefício, que foi reduzido quase a cinquenta por cento nesta freguesia».

«Eles não estão a fazer a actualização do cadastro de uma vez. Se fizessem assim, a Casa do Douro desaparecia com a revolta que criava». E explica que essa actualização, feita na região aos poucos, com resultados negativos para a classificação das vinhas e penalizando os pequenos, deixa margem a que os agricultores suspeitem uns dos outros,



Produção independente. Uma luz ao fundo do túnel?

precisam

de que uns saiam beneficiados e outros prejudicados, adiando a consciencialização geral de que é uma medida gravosa para todos os pequenos e médios produtores, alimentando aqui e ali esperanças que não se concretizam.

E no processo actual da reconversão da vinha, queixa-se de que os agricultores nunca são informados verdadeiramente do que devem fazer: «Quando nos meteram nessa guerra da CEE, houve gente que plantou novas vinhas, com o cuidado de meter novas de boas castas e também dispondo-as de modo a permitir a mecanização. Ora hoje há vinhas com 20 e 25 anos que são agora consideradas ilegais, há milhares assim...»

Mas não é fácil moderni-

zar? «Tem custos muito elevados. Se não houver apoios adequados é impossível. Um produtor pequeno não pode aguentar esperar cinco anos, só com despesas e sem benefício para uma nova vinha. E depois o crédito é só para doídos, anda à roda de 23/24 por cento de juros ao ano!»

«Quando aos programas da CEE, são muito poucos ou nenhuns os que os utilizam. Ou porque há pouca informação sobre isso, ou porque só os grandes é que lá chegam.»

E o rol de críticas continua:

«Aos produtores tradicionais, querem dar-lhes a produção de vinho de mesa. Sete pipas de vinho de mesa correspondem a uma pipa de vinho tratado, em termos de rentabilidade. As multi-



«Os grandes não precisam de quem os defenda»

nacionais e aos protegidos do Governo é que dão o benefício».

Bater o pé

«Não sou pessimista por natureza, mas digo: se se continuar com estas jogadas, o Douro, daqui a 10 anos, não produz nem me-

tade do que produz hoje», afirma António Fernandes.

Na sua opinião, a crise já começou em 88/89, com a baixa produção, enquanto a compra lá fora era grande. «A produção não deu nem para um terço do que a Casa do Douro determinou nessa altura para beneficiar. Ora admira-me que pessoas, que são forçosamente viti-

cultores e conhecedores da região, tomassem essas medidas num ano que se via que era carente de produção».

«E a mão-de-obra onde está?» pergunta. E recorda: «Nos anos 60, não se sentia aqui a emigração. Havia trabalho.»

Agora é a debandada geral! Com as restrições das

despesas, os salários são baixos...»

«Depois da actualização deste cadastro, em 90/91, Provezende perde cerca de 50 mil contos com o corte de benefício. Numa aldeia como esta, isso representa muito dinheiro. É uma das freguesias mais fortes na região, e onde a terra está mais bem distribuída, onde há a grande, mas também a média e a pequena propriedade. Celeiros, por exemplo, ali mesmo, pertence só a meia dúzia.»

«Só há futuro», sublinha a terminar, «se quisermos bater o pé à CEE, nós, a agricultura pequena. Porque eles só querem é os monopólios, os grandes. Há mais de dois anos que venho a dizer que nos devemos unir. Somos mais de trinta mil!» ■

Em Janeiro, se Deus quiser...

«Nesta freguesia há aí uns duzentos trabalhadores empregados nas quintas». Estamos em Vale de Mendiz e conversamos com Francisco Eugénio, trabalhador rural, a meio da casa dos trinta anos. Encontramo-nos de tarde no café da terra. Francisco Eugénio tem um braço ao peito. Acidente de trabalho. Minutos antes fôramos tirá-lo de um jogo de cartas, em que só usava uma das mãos e a esperteza toda.

Na Região a situação dos trabalhadores agrícolas varia de zona para zona, embora por toda a parte se cultive a vinha. É a propriedade e sua divisão que faz com que num lugar sejam todos ou quase todos pequenos proprietários e portanto trabalhem a terra com as suas famílias e só nas vindimas tenham a necessidade de recorrer a trabalho «de fora» ou, nas zonas de média e grande propriedade, há um relativamente estável contingente de trabalhadores assalariados. É o caso de Vale de Mendiz - uns mil hectares de vinhas, na maior parte de grandes companhias e de quintas de dimensão razoável. Há portanto sempre algum trabalho a fazer - consertar as bordas, cavar, podar, sulfatar.

«Fica-lhes mais barata a mão-de-obra daqui», diz Francisco Eugénio. «Não têm de dar transporte, nem comida, nem dormida. Só quando precisam é que contratam fora.»

Com mulher e dois filhos pequenos, Francisco Eugénio ganha 46 contos por mês. «Limpos. Mais as regalias sociais», esclarece. Mas considera os salários baixos, o trabalho precário. Por isso, há emigração. Não tanto aqui na freguesia, mas na região. E a crise do vinho já mostrou os seus reflexos. Ele próprio já emigrou.

O trabalho é duro. Difícil. Os acidentes são muito comuns, no terreno acidentado. E a semana longa. Só agora é que têm as quarenta e quatro horas de trabalho e não as anteriores quarenta e oito. «Isto só mudou por pressão dos trabalhadores», sublinha.

Sonhos e perspectivas

Se o presente é difícil, o futuro também se não apresenta radioso. As mulheres trabalham quando o podem fazer, se alguém da família lhes fica com os filhos. Claro que ganham menos - cerca de 200 escudos por hora. Cada família tem ali em média cerca de três filhos.

E as crianças trabalham?

Claro que trabalham. «Aí aos treze, catorze anos já vão trabalhar. A ganhar metade. As grandes empresas empregam mão-de-obra infantil.



O que, para além de lhes poupar metade do salário que pagam, lhes poupa os descontos. E nas vindimas, os miúdos até com sete e oito anos são «aproveitados». Para as famílias é mais um dinheiro que entra. Porque se for só um a trabalhar é muito difícil», conta Francisco Eugénio.

Perguntamos-lhe pelos seus filhos. São ainda pequenos. «Se o mais velho for esperto deixo-o estudar. Se não for...»

E o futuro? Que sonhos tinha Francisco Eugénio, aos dezoito anos, por exemplo, que ainda não tivesse concretizado?

Fita-nos demoradamente. Nunca ninguém lhe fizera uma pergunta assim, talvez. Tem de recuar no tempo, comparar as suas aspirações de jovem com a idade madura que lhe foi gastando o corpo e provavelmente embaciando a alma.

«Comprar terra...», ensaia ele. «Poupar para comprar terra. Mas é muito difícil.»

Pensa ainda um pouco: «Sonho com uma casinha», diz, transportando-se rapidamente para o presente, porque é um sonho que perdura.

«Mas ainda não consegui. Foi o que me levou a emigrar. Estive em França. Lá ganhava 120 contos limpos. Ficava com 20, mandava o resto para cá.»

Mas o trabalho era ilegal, evidentemente. Teve de voltar.

«Trabalhava todos os dias, das 7,30 às 22,30. Juntei mais em quatro meses do que em todos os anos que cá trabalhei.»

Tencionava voltar, dentro em pouco. Agora não. Só quando já darem os papéis aos portugueses e espanhóis para poderem trabalhar legalmente.

«Agora ainda não é assim. Mas em Janeiro, se Deus quiser...» ■



Instalações da Adega Cooperativa de Alijó

Adegas cooperativas um caminho de independência

Constituir adegas cooperativas na Região não foi fácil. Mas elas aí estão, a mostrar que podem ser um caminho de independência para os agricultores do Douro. Fizemos uma breve visita à de Alijó, cujas instalações de armazenamento e engarrafamento nos deram uma ideia da sua importância. E encontramos com Rui Costa, um cooperante convicto, cujo pai teve papel importante no lançamento da cooperativa, de 61 a 76. «As adegas foram fundadas para defender os pequenos produtores. A de Alijó, fundada em princípios dos anos 60 por uma maioria de pequenos produtores, teve grande dificuldade em reunir os primeiros sessenta cooperantes. Os agricultores são muito individualistas», explica-nos Rui Costa. «Têm medo de entregar o seu produto para comercializar. No entanto, o exemplo frutificou. E agora a Cooperativa já tem mais de mil associados. E na Região já há quatro adegas cooperativas.»

A adega de Alijó, que fabrica e armazena o vinho dos sócios, comercializando o que pode, começou com os vinhos de pasto, porque na zona o benefício era reduzido, dadas as suas características - altitude e composição do terreno. Hoje,

porém, a Adega já possui cerca de quatro mil pipas de Vinho do Porto, que é comercializado através dos exportadores.

«A missão da adega é sobretudo defender os vinhos de pasto. Com ela, os produtores deixam de investir em armazenamento e na fabricação. Agora, o agricultor entrega a uva, e a adega fabrica o vinho. Assim é possível fugir aos grandes armazenistas que compravam directamente a uva e impunham os seus preços. Hoje as adegas interferem no mercado e marcam o preço. No caso do Vinho do Porto, negociam também com os exportadores, que controlam todo o mercado.»

Uma solução intermédia

Rui Costa também tem a sua opinião quanto à compra de parte da Real Companhia Velha pela Casa do Douro. E é uma opinião certamente baseada na sua óptica de cooperativista.

Acha que o negócio efectua-

do é negativo. Porquê? «Porque a Casa do Douro é um organismo regulador, com funções de fiscalização. Não deveria ter interesses no mercado.»

Mas não ficam por aqui as suas reticências. Pensa ainda

que o acordo de gestão firmado entre as duas partes não dá garantias à Casa do Douro. «Seria bom que a CD conseguisse de facto uma posição que favorecesse os interesses dos produtores face aos exportadores. Mas subsiste o facto de que, assim, a Casa do Douro deixa de ter moral para fiscalizar os produtos porque a ter interesses no negócio.»

O nosso amigo continua a pensar que a melhor maneira de os agricultores defenderem os seus interesses é a associação, com vista à comercialização sem intermediários.

A finalizar a breve conversa, volta à contradição que existe hoje entre o Vinho do Porto e o Vinho de Pasto. Também aqui as adegas deverão ter o papel na resolução da contradição.

«A zona mais junto ao Douro, onde é mais importante a produção do vinho generoso, e as mais afastadas, onde o vinho do Douro não é beneficiado, deveriam encontrar uma solução intermédia. Que dividisse o mal pelas aldeias», sugere.

Como quem diz, dividir o benefício... «Para mim», conclui, «as adegas deveriam surgir como reguladoras da qualidade. E impor-se na comercialização e também na exportação.» ■

Bolo-rei

O pão da festa e o trigo da vida



Quem quer bolo-rei? Saiu agora mesmo do forno...

O bolo está para a festa como o pão para a vida e quem disto duvidar é porque sofre da barriga cheia. Neste concerto, se a festa é a liturgia da vida o bolo será, necessariamente, a liturgia do pão, ele próprio tão fundamental na sobrevivência dos povos, que muitos há a deificá-lo eucaristicamente. E em verdade vos posso dizer: da labuta do quotidiano à consagração da vida que na festa se ritualiza, há um percurso concreto entre a seara e o trigo, o suor e a colheita, o trabalho e a alegria. Entre o pão e o bolo.

Pois seja de bolo e festa que hoje falemos, dado o Natal que é, a Epifania que se lhe seguirá e o bolo, dito rei, com que tudo festejaremos, numa outra forma, agora doce, de celebrarmos a vida oficiando o pão.

Portanto, o bolo-rei. Primeiro as origens e a causa das coisas, se coisas há, causadas, a nele apurar.

E lá mais para a frente os gostos e as texturas, os perfumes e os segredos, tomados de quem disso sabe por saber de experiência feito, em conversa à parte para se ouvir bem. Segundo as preciosas averiguações de José Quitério no seu «Livro de Bem Comer», a origem onomástica e festiva do bolo rei remonta às saturnais romanas, umas poucas-vergonhas registadas por Tácito no Livro XIII dos *Anais* como festas consagradas a Saturno, onde era uso tirar-se à sorte — por meio de favas, lá está! — o «rei» dos folguedos, cujo reinaria tão absoluta como efemeramente entre o princípio do festim e a sobremesa.

O jogo sobreviveu à queda do Império Romano e teve cristão acolhimento no dia de Natal — com devida expurga orgiástica, está bem de ver — sendo mais tarde transferido para a Epifania.

E assim que surge na Idade Média uma «Festa dos Reis», celebrada em certas igrejas sob uma curiosa liturgia: um cônego era designado «rei», subia a um trono, com palma por ceptro, donde oficiava as cerimónias epifânicas.

Ora na Idade Média a igreja era absolutamente o pólo cultural — e não só — das sociedades da época, pelo que o povo não esteve com meias medidas e desatou a copiar a celebração a seu gosto, devolvendo-lhe o cunho popular. Surgiu assim o costume, nas refeições familiares da festividade, de designar

«rei» quem encontrasse, na sua fatia, a fava previamente introduzida no bolo, posto o que se abria caminho à bebida e à baillação. E cá estamos no hodierno imperativo — cada vez mais comercial e menos medieval... — de se adquirir o bolo-rei para indiscriminado consumo nesta quadra.

De Paris, com doçura

Viradas que estão as pedras por onde nebulosamente caminhou o bolo-rei, resta averiguar o concreto da sua chegada ao País que conhecemos.

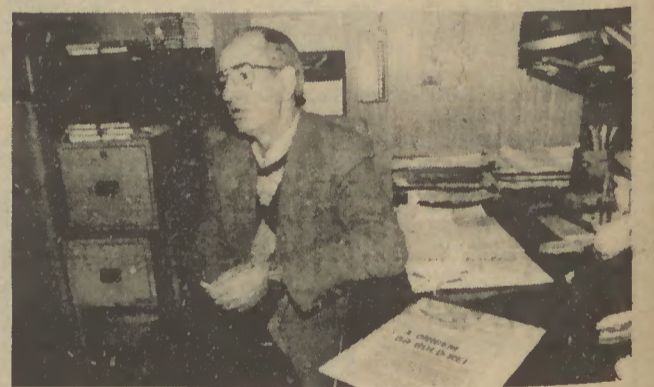
Dela é seu primeiro e fiável cronista o investigador de olisipografia Luiz Pastor de Macedo. Segundo ele, foi a «Confeitaria Nacional» a primeira casa que em Lisboa vendeu o bolo-rei. Fundado em 1829 por Baltasar Rodrigues Castanheiro e ainda hoje existente na Praça da Figueira, este estabelecimento ganharia particular esplendor sob a direcção do filho do fundador, Baltasar Castanheiro Júnior, que, segundo o nosso cronista das coisas alfacinhas, de Paris e de parceria com mestre-confeiteiro Gregório a Lisboa e ao País trouxe a receita do bolo-rei.

«Se assim foi — comenta José Quitério no seu

Uma coisa redonda com buraco ao meio?!....

Fernando Agostinho é sócio-gerente da Pastelaria Primavera, em Lisboa, e adverte «as pessoas que pensam que o bolo-rei é uma coisa redonda com um buraco ao meio e frutas por cima» que «há por ali outras voltas». Di-lo em apaladada convicção, a que distingue um brioso pasteleiro dum mero fazedor de bolos. «Nesta quadra chegamos a ter filas de clientes até ao virar da esquina, mas não há pressa ou multidão que obrigue um só bolo-rei a sair daqui sem estar em condições», informa-nos no pequeno escritório onde, simpaticamente, nos atendeu.

O pessoal da produção — seis pessoas, entre oficiais e ajudantes — confirma as ordens que então recebem para não facilitarem em nenhuma das operações da confecção, haja a pressão de pedidos que houver. «A cozedura, por exemplo, deve obedecer rigorosamente ao



Fernando Agostinho: o bolo-rei é muito mais que uma coisa redonda com um buraco no meio

estabelecido, para que o bolo fique homogéneo», esclarece Fernando Agostinho, ele próprio filho de pasteleiro, de quem herdou a receita. E critica o abastardamento do produto imposto pela comercialização massiva em supermercados e a produção improvisada em padarias, antes de nos falar das voltas que o bolo dá, e que são assim:

«Tudo parte da farinha, que em Portugal é fraca e por isso tem de levar melhorante. E levedura, para o amassa-

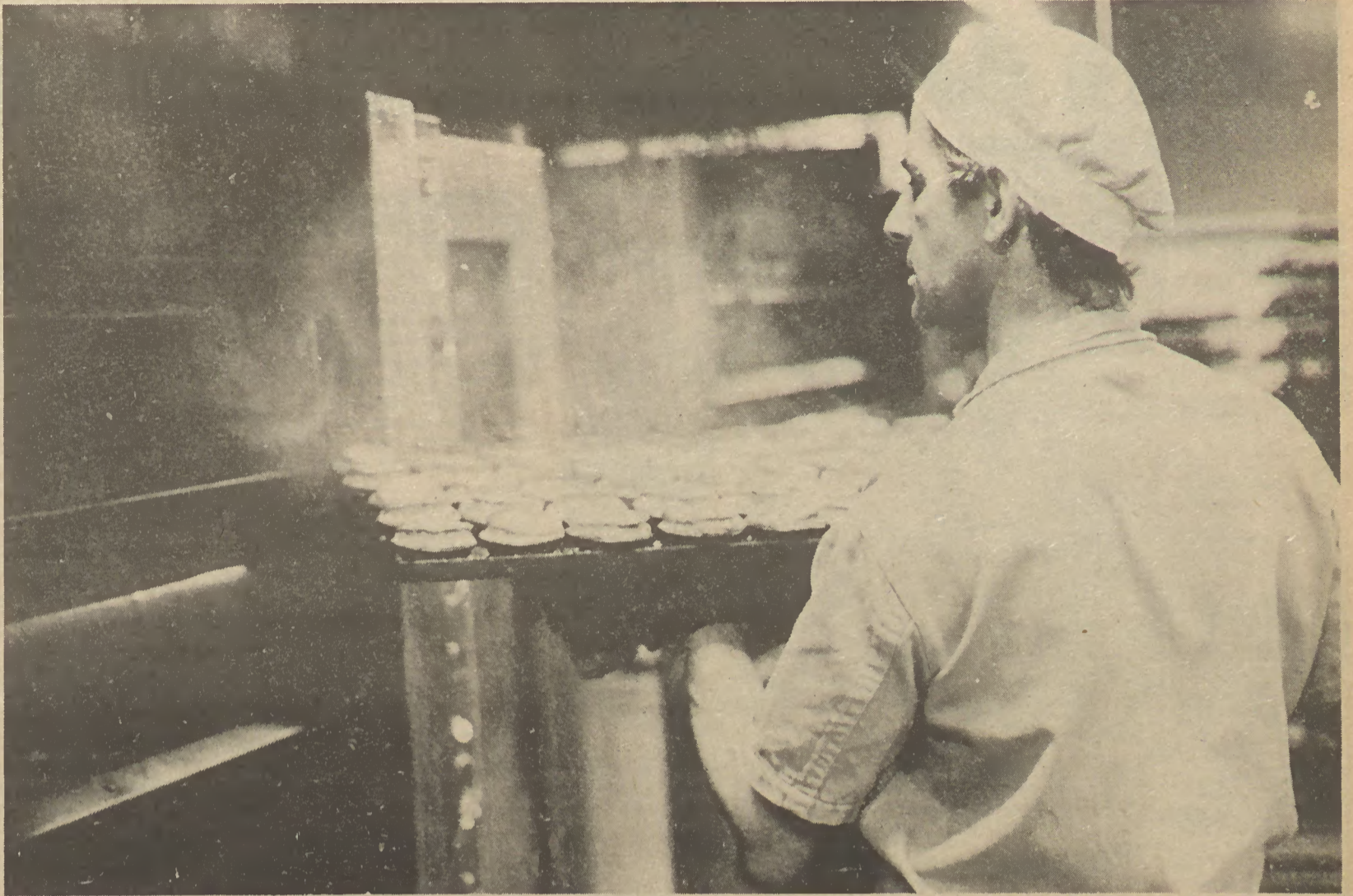
mento que se faz de um dia para o outro». É logo aqui que entram os primeiros mistérios: «A amassadura entretanto já levou o sal, o açúcar e um coquetel de bebidas, que sou eu que faço e constitui um dos segredos. Leva igualmente as frutas em calda (preparadas na casa durante o ano, segundo fórmula que também tem segredo), bem como os frutos secos (sultanas, miolo de noz, pinhão e amêndoa)».

Interrompe a descrição para assinalar «as vigarices que por aí se

Livro de Bem Comer — os franceses já a esqueceram. Ainda há pouco noticiavam as gazetas que um pasteleiro gaulês tinha vindo a Portugal aprender a fazê-lo, para lá na terra saciar apetites saudosos dos emigrantes portugueses». E natural é que assim seja: não devolvemos nós aos árabes, às repúblicas italianas e ao mundo métodos de navegação recriadinhos tão em folha, que os mares todos a quilha folhearam?

De qualquer modo é para as franças que as boloreais araganças apontam a matriz, confirmada posteriormente no Porto, no último decénio do século passado, pela introdução do bolo-rei na Cidade Invicta através de receita trazida inevitavelmente de Paris por Francisco Júlio Cascais, que a apresentou em resposta à lisboeta «Confeitaria Nacional» na sua «Confeitaria Cascais», sita na Rua de Santo António. Isto a fazer fé em Horácio Marçal, outro ilustre cronista destas pitanças e de quem não temos a mais leve razão para duvidar.

Aos segredos que a arte do bolo-rei posteriormente desenvolveu, prudente abordagem recomenda a reticência da generalidade dos seus depositários. Todavia algo sabemos, dando ao palato da curiosidade o que sobre o mistério um ilustre pasteleiro de Lisboa nos confidenciou: para tal bastará acompanharmos a conversa que se desenrola aqui ao lado.



É de noite que se engendram os bolos, essas doces tentações que logo de manhãzinha brilham nas vitrinas arcos-íris de açúcar; para isso há quem fique toda a noite a pé, num túnel de interminável trabalho nocturno...

Doçura do dia que se amarga de noite

fazem, onde da noz, nem o cheiro, nem de sultanas e amêndoa», e prossegue:

«No dia seguinte a amassadura é tendida e cortada às rodelas, por pesos específicos: meio quilo, 750 gramas, um quilo e por aí fora; fica um bocado a levedar, sendo depois enfeitado com frutas em calda (figo, laranja, etc.) e açúcar granitado (no Norte usam açúcar em pó). Segue-se a cozedura, onde se tem de ter o cuidado necessário para lhe dar a cor, o tecto e o lar (a parte de cima e de baixo), de modo a ficar uniformemente cozido».

Finalmente as frutas são pintadas com geleia diluída «e está pronto!».

E pronto. Se já sabemos por que se come, agora ficamos com uma ideia de como se faz o bolo-rei. Quanto aos mistérios, «vale mais experimentar-los que julgá-los». Pela nossa parte, julgue-os quem não puder experimentar-los...



Aqui amassa, ali tende, agora corta, depois alisa...

É de noite que se engendram os bolos, essas doces tentações que, logo de manhãzinha, brilham nas vitrinas arcos-íris de açúcar para nos lambuzarem os dedos, nos tornarem licencioso o palato e nos desorganizarem o metabolismo. A cor e a forma, sugerindo doces ligações numa relação inventada pela volúpia, são os grandes chamarizes deste produto da gulodice humana. Os pasteleiros são os seus artífices — e também as suas primeiras vítimas.

Se fazer bolos em casa pode ser decidido a uma hora qualquer, confeccioná-los na pastelaria tem de obedecer às leis do mercado e aos horários dos consumidores. Os gulosos atacam de dia, logo os bolos têm de ser feitos na noite que lhe está por trás. Dentro dela, num túnel de interminável trabalho nocturno, ficam aprisionados os pasteleiros, esses irmãos, no sacrifício, dos homens que nos fazem o pão. É duro ser pasteleiro, tão duro que nem dá para sorrir com a antítese óbvia de lhe chamar amargo.

A jornada começa tarde — pelas 10 ou 11 da noite — para acabar cedo, muito cedo — entre as cinco e as sete da manhã. Pelo meio fica a noite inteirinha a pé, aqui amassando, ali tendendo, agora corta, depois alisa, num lado desenha, no outro espalha, primeiro regista, depois confere, atenção à massa!, olha a calda, que fracal, um forno já espera, outro há que aliviar,

embalam-se encomendas, empilham-se embalagens, já chegou a distribuição, mais carros aguardam, a massa volta ao princípio, ingredientes daqui, decorações para além, ora tendes, ora cortas, ora amassas, forno que forno, calor do caracas! e sempre em pé, aqui de mão firme para o desenho do boneco, ali de braço forte para enfrentar a amassadeira, agora em estátua na mesa das decorações, a seguir ondulando num labirinto de funções. Não falamos de ouvido — relatamos o que vimos uma noite destas, numa pastelaria da região de Lisboa.

Pertence à empresa SOCIPAR e labora no Montijo, sob o impulso de sete pessoas coordenadas por Luís Sousa, um jovem de 20 e tal anos, nove dos quais encafuados no ofício de pasteleiro. Não tanto como o forneiro, José Pires Vieira, que esse já leva 20 dos seus 37 anos a crestar doçuras pela noite dentro, mas o suficiente para concluir, como esse e outros camaradas de trabalho, que aquilo é duro, muito duro. Curiosamente não se queixa da violência física que é estar toda a noite a pé e em movimento, talvez porque a sua juventude ainda não lhe deixou o corpo reparar nisso. O problema que assinala — aliás em unanimidade com todos os outros, mesmo os jovens ajudantes — é o do horário eternamente nocturno, que o desencontra irremediavelmente de toda a gente, a começar pela família. É um mal que vem de sempre e



Aqui de mão firme para o desenho do boneco, ali de braço forte para enfrentar a amassadeira.

que nunca foi resolvido, dependente que está das lógicas do fabrico e da comercialização. Eles próprios, aliás, nem ao horizonte apontam uma alteração tão radical como a exigência da rotatividade horária. As suas reivindica-

ções são bem mais modestas e já se satisfaziam com mais um dia de folga (têm apenas uma, volante, por semana) e uns vencimentos «que não fossem esta vergonha igual ao ordenado mínimo». E nesta pastelaria, note-se, as necessida-

des de produção até têm impedido o patronato de generalizar a precariedade de emprego que alastra na padaria da mesma empresa (que também visitámos) e em muitas pastelarias por esse País fora... Amarga é a arte de fazer bolos.

A higiene em cavacos

A abolição do boletim de sanidade por decisão do Ministério da Saúde de Leonor Bezeira e a retirada ao sindicato respectivo da capacidade de emitir carteiras profissionais, por ordem do Ministério do Emprego e Segurança Social, foram os actos mais relevantes do Governo de Cavaco Silva em prol dos trabalhadores de pastelaria e dos cuidados a ter com a saúde pública neste importante sector alimentar.

Quem no-lo contou foi **Rodolfo Caseiro**, coordenador do Sindicato de Hotelaria do Sul, que abrange o maior número dos profissionais de pastelaria — um total nacional de 15000 espalhados por cerca de 8000 empresas pequenas, médias e esmagadoramente de tipo familiar. A precariedade do emprego é um dos grandes problemas desta actividade, com um crescente número de contratados a trabalharem à tarefa, à semana e, até, ao dia (situação que atinge proporções já gigantescas na panificação), o que, naturalmente, se reflecte na competência profissional.

Entretanto Rodolfo Caseiro afirma que «somos dos sindicatos com mais intensidade de iniciativas de formação profissional, uma actividade que mantemos constante para suprir a falta de preparação profissional e tendo em conta a entrada na CEE e o embate com a concorrência».

E acrescenta: «o nosso objectivo central é a dignificação da profissão, exigindo condições de vida e de trabalho para estes profissionais e oferecendo, como contrapartida, quali-



Rodolfo Caseiro: somos dos sindicatos com mais intensidade de iniciativas de formação profissional

dade profissional e de prestação de serviços». Entretanto, este dirigente sindical não tem ilusões: «em termos gerais o patronato quer impor o pacote laboral que o Governo lhe arranhou à medida, degradando com ele as condições de trabalho na base da precariedade e do aumento da exploração.

Quanto ao Governo, ao impedir-nos a concessão das carteiras profissionais, mais não faz que tentar afastar os trabalhadores do seu sindicato, para mais desamparados ficarem. Por isso lutamos também pelo regresso dessa prerrogativa e da criação de um rastreio de saúde que reponha a inqualificável abolição do boletim de sanidade».

O diabo que o

Se o bolo é festa e gulodice que se desencadeiam de tempos a tempos ou aterram nos pires da lambeirice, o pão é o primeiro e último reduto do alimento de todos os dias. É nele que começa e assenta a dose diária dos hidratos de carbono indispensáveis à vida, é nele que acaba a expressão mais simples da alimentação humana. Quando pão não houver, a miséria mais cerrada estará certamente a bater à porta.

Por isso o pão não pára de sair dos fornos que por todo o lado crescem, nem memória há de falência de uma padaria, quanto mais de uma panificação.

Estando então a significar que a indústria da panificação é uma prosperidade à partida adquirida? Certamente que sim, mas para quem lhe detém os fornos e as instalações, a distribuição e a comercialização. Padeiros que visitámos (dos que fazem o pão, não dos que o mandam fazer) não hesitaram em afirmar que aquilo era um negócio de lucro a meio por meio; só que a eles, trabalhadores que o pão fazem, transportam e vendem, desse meio vêm uma ponta que não descola do ordenado mínimo. Por isso acham, com notável rigor, que andam por ali «às pontas e ao meio».

E também andam de noite. Sempre. Mês após mês, ano após ano, uma vida inteira, se a tal profissão se amarrarem. E nessas condições alguns vimos na noite onde por eles passámos, era uma da manhã em todo o País e na panificação da empresa SOCIPAR, no Montijo.

Fiscalização suspeita

A padaria da SOCIPAR é essencialmente um grande salão com dois fornos a lenha do lado direito, mais dois eléctricos numa divisão aberta na parede em frente; no meio ficam as vastas mesas onde os trabalhadores despacham, formatados e prontos a cozer, carcaças e pães às centenas que outros camaradas já amassaram, tenderam, pesaram e cortaram. Ao que nos disseram, trata-se de uma ins-

talação pouco parecida com uma boa parte dos cubículos onde se faz muito do pão que se consome neste País. Um controlo de entrada aceitaramos na nossa condição de jornalistas certificados pela presença dos dirigentes sindicais Cavaco e Henrique de Jesus, que assim garantiam não haver ali fiscalização escondida. Sim, porque ao que consta e a miríade de pequenos patrões já se apercebeu, a acção fiscalizadora do Governo anda a interessar-se ultimamente pelas empresas que apresentam substanciais condições de encerramento, por óbvia falta das ditas no que respeita a condições de funcionamento (o que, diga-se de passagem, nem é o caso da unidade que visitámos). Quem ganhará com isso? Obviamente os sobreviventes, que alegremente concentrarão produções e mercados.

Aparentemente, esta sarna fiscalizadora do Governo poderia indiciar algum cuidado (embora tardio) pelas questões da saúde pública. Os dirigentes sindicais que nos acompanharam provaram-nos facilmente o contrário: o desprezo do Governo pelo sector está bem patente pela ineficácia com que fiscaliza as ilegalidades laborais crescentemente praticadas pelas empresas de panificação, a coberto dos contratos a prazo ou mesmo sem prazo nenhum, recrutando quem calha para trabalhos à semana, ao dia e à hora. No que toca aos cuidados com a saúde pública, eles estão bem expressos na abolição do boletim de sanidade para os profissionais da panificação, determinada pelo Ministério da Saúde no tempo de Leonor Bezeira. Finalmente o Governo está farto de saber que uma boa parte das padarias deste País laboram em condições deploráveis de trabalho, higiene e saúde pública, quanto mais não seja pelas denúncias constantes dos sindicatos e a sua reclamação para que a fiscalização intervenha. Fazê-lo agora, com suspeitas selectividades e a coberto do «impacto europeu», aponta claramente não para o interesse pela saúde

pública, mas para o favorecimento da concentração monopolista do sector. Enfim, o costume.

No calor da noite

Quando entrámos na padaria, um pequeno grupo de quatro trabalhadores sentados no tampo de uma mesa junto à parede, aguardava o início do turno. À volta do recinto rugiam os fornos e trepidavam as amassadeiras, ao centro, na vasta arena de trabalho, os tapetes contínuos envolviam mais de uma dezena de homens na urgência de lhes alimentar a voracidade, no princípio do movimento, com pães que uns tinham de pesar, formatar e polvilhar para, no final da linha, outros os alinharem nos tabuleiros que os levariam aos fornos, onde mais trabalhadores se encarregariam desta operação ainda não final, porque outra, a da retirada dos fornos e respectivo embalamento, é que fecha o ciclo. E assim continuamente, se não até ao fim dos tempos, de certeza até ao fim da noite, num trabalho sem pausas, feito permanentemente de pé, exposto a bruscas mudanças de temperatura, impondo esforços e exigindo resistências que não se percebe onde as vão buscar homens à partida fragilizados por uma vida totalmente às avessas com a família e o mundo.

E foi da noite que primeiro nos falaram. José Maria Branco Elias, 31 anos de idade e 10 de profissão, olhos claros a luzir malícias, quebrou algum embaraço no grupo que aguardava a entrada de turno, para gracejar sobre os desfases horários com a família. «O mais seguro é morar do primeiro andar para cima, assim o gajo que lá estiver não pode fugir pela janela!» As piadas generalizaram-se, mas cedo assentaram na queixa amarga. Trabalhar eternamente de noite, apenas com um dia de folga e ganhando o ordenado mínimo, «é coisa que só dá vontade de rir, para escondermos a vergonha». Os lucros dos patrões, «a meio por meio, não tenha dúvidas!», só os afligiam pela



Na arena central da fábrica de panificação, mais de uma dezena de homens alimenta a voracidade de um tapete

pão amassou

abissal discrepância com a sua própria miséria. «E ir embora para onde? Há quem vá, mas só largando tudo e isso não é fácil». Além disso há quem goste da profissão, e até de muito jovem, como o Ricardo Costa de Oliveira, um insólito filho do patrão de 16 anos convictamente avessos aos estudos, que abandonara a escola para ir para ali com todo o gosto «ser padeiro como o avô e o pai». Outro jovem, mas este de 19 anos e que trabalhava na empresa há três, preocupava-se com outra coisa — o ter sido preterido na promoção. Mas outros havia, como nos confundiram trabalhadores com muitos anos de casa, que entravam ali juvenzinhos e «à experiência», ganhando uma miséria para serem despedidos quando chegava a altura de se lhe fazer um contrato, ainda que precário, sendo substituídos por outros nas mesmas condições.

E a palavra «exploração» ganhou espessura pela noite fora, aqui murmurada num contragosto de quem se enerva por não encontrar um termo menos conotado, ali assumido com revolta, além já integrado num raciocínio de luta.

O caminho de sempre

Luta que é difícil neste sector, apesar de «nesta fábrica, aqui há poucos anos, termos feito uma greve de mais de uma semana». Mas acabou num semi-fiasco, porque «o patrão apareceu aqui com uns frangos assados, vinho tinto e cinco contos para cada um que quisesse trabalhar, e a divisão estragou tudo». Todavia os patrões deste sector até são bastante vulneráveis: a indústria da panificação é extremamente competitiva e segurar clientes e mercados constitui quase uma dor de cabeça porque, à mínima falha de abastecimento, o cliente passa-se para outra padaria. E padarias não faltam. Os trabalhadores sabem disto, como também têm consciência dos truques utilizados pelo patronato para obviar o perigo: «pagam por baixo da mesa bons ordenados a trabalhado-



O amassador do pão, quando a mistura está pronta para seguir, enfrenta pedaços de 30 e 40 quilos a transbordar para o vagão que a conduzirá à fases seguintes

res estratégicos — amassadores e forneiros — e numa crise recorrem a quem calhar».

A consciência de que a luta é a solução, está patente na boa sindicalização da classe. Como o está no empenho do Governo com o seu pacote laboral e na voracidade com que o patronato o tenta impor nas empresas.

O tempo dirá quem vence, sendo claro que são os trabalhadores que, além de estarem do lado certo da História, desempenham, em primeiro lugar, o papel determinante da vida através do que produzem. Nas padarias ou lá onde for que o trabalho humano se realize.

Saudáveis para quê?!...

A indústria da panificação emprega no nosso País cerca de 22 000 trabalhadores, distribuídos por 1900 empresas de pequena e média dimensão, muitas delas familiares, sendo Lisboa, Porto e Aveiro os distritos com maiores concentrações. Há cinco sindicatos no sector: três distritais (Aveiro Viseu e Guarda) e dois pluridistritais, com sedes em Lisboa e no Porto.

Quem nos deu estas e outras informações foi **Alfredo Cataluna**, dirigente da Federação dos Sindicatos das Indústrias de Alimentação, Bebidas e Tabaco (FSIABT), onde se integra o sector da panificação, que nos definiu do seguinte modo:

«Trata-se de um sector com grandes carências, designadamente no âmbito da higiene e segurança no local de trabalho, agravadas pelo facto de a maioria das empresas serem pequenas e de tipo familiar.

«No aspecto do vínculo laboral, por exemplo, prolifera no sector a precariedade do trabalho, impossível de quantificar, assentando fundamentalmente na mão-de-obra juvenil e até infantil. Entretanto o salário médio contratual é muito baixo — 42 contos mensais, sem descontos — enquanto o horário de trabalho na zona do fabrico anda pelas 44 horas semanais, distribuídas por seis dias, ou melhor, seis noites. E temos aqui mais um gravíssimo problema destes profissionais, que vivem desenquadrados socialmente, realizando ainda por cima um trabalho em péssimas condições, nomeadamente sempre de pé. Aliás não é por acaso que a doença profissional típica dos padeiros é a das varizes. Já agora acrescenta-se que estes trabalhadores, para terem direito a um dia de descanso semanal, ou nos feriados, na véspera têm de exercer **obrigatoriamente** trabalho extraordinário até

três horas, para garantia do abastecimento público».

Uma decisão em «Beleza»

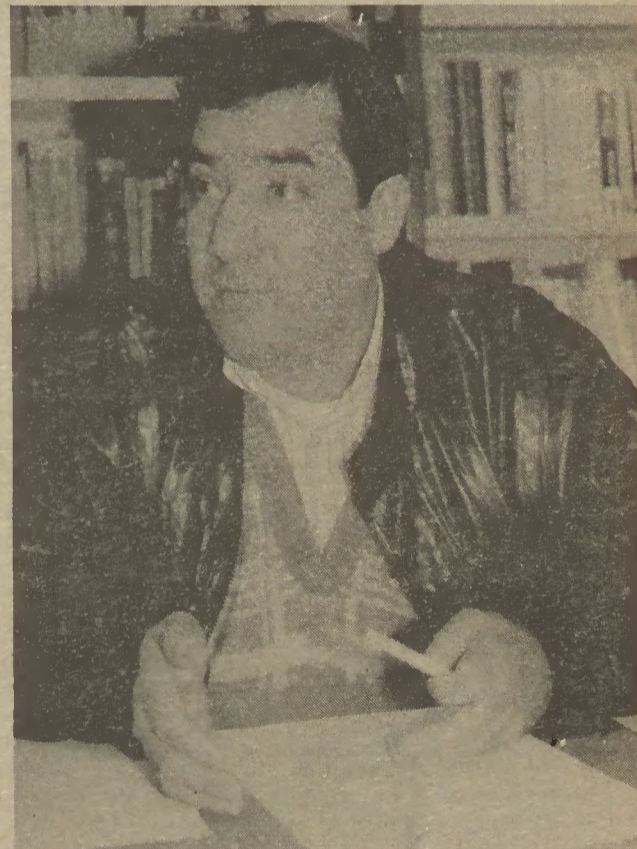
Outro dos grandes escândalos da panificação tem a ver com o Governo. Imagine-se que o Ministério da Saúde (na altura tutelado por Leonor Beleza) decidiu, pura e simplesmente, abolir na panificação quer o boletim de sanidade (que, anualmente, controlava o estado de saúde dos trabalhadores desta indústria alimentar), quer a carteira profissional.

Munido destes «instrumentos», o patronato da panificação não está com mais aquelas: «paga razoavelmente (e fora do contrato) aos elementos estratégicos da indústria (amassadores, forneiros e panificadores) e o resto é recrutado indiferenciadamente, sem vínculo de qualquer espécie, recebendo ao dia e, até, à hora. Como não há controlo sanitário nem profissional, qualquer pessoa serve, sem se averiguar quem é, o que faz, ou que doenças eventualmente tem... A reposição do controlo sanitário e da carteira profissional é, por isso, uma das nossas mais prementes reivindicações. Acrescenta-se que, na altura da abolição do boletim de sanidade, só os protestos dos sindicatos se fizeram ouvir. Não foram ouvidos...»

O protesto à OIT

As injustiças no sector são tão gritantes, que até já mereceram a denúncia da OIT. Alfredo Cataluna resumiu-nos a história:

«A questão teve a ver com a contratação. Havia um contrato a nível nacional; em 1982 apresentámos uma proposta de negociação de salários, regalias, etc., e o patronato recusou constituir-se em comissão negociadora (são várias



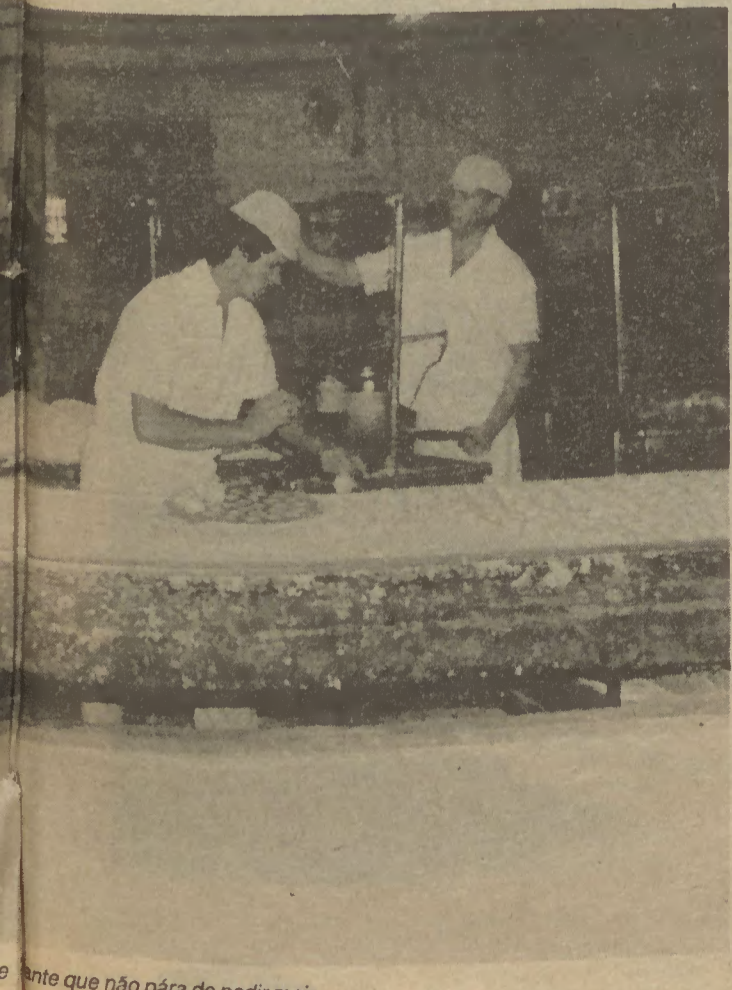
Alfredo Cataluna: A panificação é um sector laboral com enormes carências

associações patronais), de que resultou a impossibilidade de se negociar um contrato a nível nacional.

«Posto isto, as associações patronais do Norte e Centro celebraram contratos conosco, a FSIABT, enquanto os outros pretendiam impor um contrato negociado com um sindicato paralelo, "inventado" pouco antes pelo patronato e que, de resto, já nem existe.

«Estava obviamente em causa o direito à negociação pelo que recusámos e recorremos à OIT, a Organização Internacional do Trabalho, através da CGTP-IN, que emitiu uma recomendação ao Governo português para que

fosse acutelado o direito à negociação da «entidade sindical verdadeiramente representativa» (sic). Apesar disso o Governo não emitiu a PRT que actualizasse os salários dos trabalhadores do sector. A Federação meteu também uma Petição na Assembleia da República (curiosamente o PSD foi o único partido a votar contra, ao lado da «ausência» do CDS), até que em 1989, após muita luta e uma situação quase insustentável, o Governo emitiu finalmente uma PRT que deu, em parte, resposta à actualização salarial, e três meses depois o patronato e a Federação reabriram o processo negocial».



PORT-WINE

O Douro é um rio de vinho
que tem a foz em Liverpool e em Londres
e em Nova-York e no Rio e em Buenos Aires:
quando chega ao mar vai nos navios,
cria seus lodos em garrafeiras velhas,
desemboca nos clubes e nos bars.

O Douro é um rio de barcos
onde remam os barqueiros suas desgraças,
primeiro se afundam em terra as suas vidas
que no rio se afundam as barcaças.

Nas sobremesas finas, as garrafas
assemelham cristais cheios de rubis,
em Cape-Town, em Sidney, em Paris,
tem um sabor generoso e fino
o sangue que dos cais exportamos em barris.

As margens do Douro são penedos
fecundados de sangue e amarguras
onde cava o meu povo as vinhas
como quem abre as próprias sepulturas:
nos entrepostos dos cais, em armazéns,
comerciantes trocam por esterlino
o vinho que é o sangue dos seus corpos,
moeda pobre que são os seus destinos.

Em Londres os lords e em Paris os snobs,
no Cabo e no Rio os fazendeiros ricos
acham no Porto um sabor divino,
mas a nós só nos sabe, só nos sabe,
à tristeza infinita de um destino.

O rio Douro é um rio de sangue,
por onde o sangue do meu povo corre,
Meu povo, liberta-te, liberta-te!,
Liberta-te, meu povo! — ou morre.

São poucas as linhas que aqui dedicamos a estes países. Mas é enorme a importância do que, com a sua opção socialista representam no combate pelo progresso social, pensando particularmente na China onde vive cerca de 1/4 da população mundial. De assinalar ainda como muito positivo o facto do Vietname e da China terem decidido normalizar as suas relações.

3

Na avaliação da situação internacional é necessário prestar grande atenção: à situação do capitalismo e particularmente à situação nos países industrializados onde se multiplicam factores de instabilidade e de crise; à dramática e explosiva situação da generalidade dos países do chamado Terceiro Mundo; à política do imperialismo; aos problemas da luta anti-imperialista, pela paz e desarmamento e a cooperação.

No mundo contemporâneo tudo está mais inter-relacionado. Impossível por exemplo, dissociar a situação e perspectivas do capitalismo e do Terceiro Mundo sem considerar o impacto da derrocada do socialismo no Leste da Europa. Creio porém ser útil, da realidade complexa, abstrair e evidenciar alguns traços.

1º. Sim, há uma crise profunda do socialismo, mas há também uma crise do capitalismo.

O triunfalismo burguês que acompanhou os graves acontecimentos no Leste está a esbater-se, multiplicam-se as inquietações quanto às perspectivas - que muitos especialistas consideram sombrias da economia capitalista. De facto a recessão económica é uma realidade incontestada nos EUA, Canadá, Grã-Bretanha, Austrália. Surgem preocupações em muitos outros países, como a Itália e a França (onde já se fala em recessão). No Japão e mesmo na Alemanha prevê-se um significativo abrandamento do ritmo de crescimento económico para 1992. O «modelo sueco» ou «escandinavo», que parecia resistir, entrou ele também em crise.

Estamos em dúvida perante o fracasso clamoroso do neoliberalismo que teve em Reagan e Thatcher as suas mais conhecidas expressões. Mas estamos sobretudo perante uma situação que alguns economistas caracterizam como de «crise estrutural de longa duração a que se vem sobrepor em 89/90 o abrandamento do crescimento e, com início no último trimestre de 1990 nas economias anglo-saxónicas, a crise recessiva em curso».

Com esta breve anotação apenas pretendo sublinhar que ao contrário do que se pretende «o capitalismo não vai bem» e que é muito importante seguir de perto a evolução do problema dado o seu enorme impacto na vida e luta dos trabalhadores e no plano da luta política e ideológica.

2º. Se no que fica dito pode haver margem para alguma controvérsia, mais evidentes são outros traços negativos do capitalismo: aprofundamento das injustiças e desigualdades sociais; aceleração da centralização e concentração do capital nas mãos dos grandes grupos transnacionais a par da deterioração das condições de vida das massas trabalhadoras; instabilidade governamental e institucional em vários países (Itália, Bélgica, outros) e generalizada corrupção; surto de tendências racistas, xenófobas e de organizações abertamente fascistas.

Sobre este último problema há no documento do C.C. uma importante chamada de atenção: o surto de racismo, xenofobia e fascismo está ligado com a degradação da situação social (no capitalismo e nos países de leste) e a experiência histórica mostra que pode ser explorado pelo grande capital contra o movimento operário, as conquistas sociais, a democracia política e a própria paz. Na Alemanha, Austria, França, Bélgica, mesmo na Suécia e Itália, as forças de extrema-direita avançam e mostram arrogância crescente perante a complacência do poder burguês, quando não com o seu estímulo. Trata-se de um perigo que não deve ser subestimado.

Quanto à social-democracia assiste-se a uma viragem à direita a nível político, ideológico e programático. Creio aliás que de uma forma global a tendência dominante nos países capitalistas desenvolvidos é para uma viragem à direita, para intensificar a exploração dos trabalhadores e o ataque aos direitos sindicais, para a restrição de direitos e garantias políticas fundamentais.

Neste contexto é particularmente importante valorizar, como fazemos no documento do CC, importantes greves e lutas dos trabalhadores que nos últimos tempos têm tido lugar em vários países da Europa (França, Grécia, Norte de Espanha, Itália e outros) e insistir na necessidade de combaterem pressões anticomunistas e teorias justificativas da colaboração de classes - desenvolver a solidariedade e a cooperação entre os trabalhadores a nível da Europa, designadamente no plano sindical.

3º. A situação nos EUA merece uma nota à parte pelo grande peso deste país no mundo capitalista e a sua pretensão de liderar a construção de «uma nova ordem internacional» anti-comunista. A maior dívida externa do mundo; colossal deficit orçamental, deterioração do aparelho produtivo; perda de competitividade nos mercados mundiais e no próprio mercado interno; possibilidade de uma crise financeira de grandes proporções. Simultaneamente, contínua degradação da situação social: desemprego ao nível de 20 milhões de trabalhadores (7% da população activa); miséria crescente (segundo relatório de comissão da Câmara de Representantes, 20 milhões de americanos dependem da «sopa dos pobres»); degradação de serviços e infraestruturas sociais e urbanas; criminalidade e droga a subir em flecha.

É neste quadro que se preparam as eleições presidenciais do próximo ano. A popularidade do Presidente Bush caiu ver-

tualmente após o balão de oxigénio da guerra do Golfo. Surgem sérias pressões sobre o Governo, acusado de não dar atenção aos gravíssimos problemas internos e para a redução das despesas militares, agora que «o inimigo soviético deixou de existir». Tudo isto pode vir a ter desenvolvimentos com significativas repercussões no plano internacional.

Entretanto a Administração Bush intervem, não só para travar o declínio da posição dos EUA no campo imperialista como para impôr a sua hegemonia. Para tanto os EUA utilizam o seu enorme potencial militar, a supremacia do dólar, a influência predominante de que dispõe nas instituições económicas, políticas e militares internacionais, tais como «G-7» (os 7 maiores), FMI, Banco Mundial, NATO, Conselho de Segurança da ONU, etc..

4º. A desagregação a leste do campo socialista e o esbatemento da contradição socialismo/capitalismo («leste/oeste») e os próprios processos na economia do capitalismo tendem a agudizar não só a contradição entre o «centro» capitalista desenvolvido com a «periferia» do chamado Terceiro Mundo («norte/sul») como as próprias contradições inter-imperialistas.

Sem dúvida que existe entre as grandes potências capitalistas um entendimento de fundo sobre as grandes linhas do desenvolvimento mundial. Isso é patente nas decisões do FMI/BM, do BERD (Banco Europeu de Reconstrução e Desenvolvimento) voltado para o enquadramento da transição dos países do leste para o capitalismo, do «G-7», da NATO, da própria ONU. Jacques Attali, o celebrado conselheiro de Mitterrand, actual Director do BERD, fala mesmo da criação de um «Directório Mundial» articulado por estas 3 últimas organizações.

Mas são também manifestas as rivalidades e contradições entre os EUA, o Japão e a CEE/Alemanha no terreno económico e pela luta por uma nova partilha de esferas de influência. É sintomático que na tomada de posse do novo Director da CIA, Bush, afirmando «que o mundo de hoje não é o paraíso terrestre» e que a CIA será doptada de um «espectacular aumento de recursos humanos e da tecnologia mais avançada», se refira expressamente às «rivalidades económicas e tecnológicas».

De facto tais contradições são visíveis: nas difíceis negociações do GATT; em relação à URSS e ao Leste, onde por exemplo não há completo entendimento quanto ao montante e timing dos «créditos» a conceder; em relação à Jugoslávia e à atitude perante a independência da Croácia e Eslovénia ou ao envio de forças militares; Médio Oriente, onde os EUA, com a Guerra do Golfo e agora com a Conferência de Paz, procuram impôr o seu domínio incontestado e afastar os seus rivais; Ásia, onde o Japão aparece particularmente activo; África, onde a CEE (no Magreb e Mediterrâneo) e a França (na África Central) procuram consolidar posições; América Latina, onde governos e monopólios japoneses disputam posições tradicionais dos EUA.

Trata-se de uma questão que é necessário seguir com atenção, sendo já evidente que as derrotas do socialismo não tornaram o capitalismo mais humano, não modificaram, mas antes estimularam a sua natureza exploradora e opressora, não tornaram o mundo mais justo e mais seguro. Trata-se de confirmar de importantes teses do nosso Partido que devemos realçar na dura luta ideológica em que estamos empenhados.

5º. Quanto à importantíssima problemática do Terceiro Mundo é generalizado o acordo quanto à existência de uma situação dramática e explosiva do ponto de vista económico, social e político.

Os índices mais chocantes têm sido amplamente divulgados pela própria imprensa burguesa. Mas são-no frequentemente mais para justificar o paternalismo «humanitário» e a adaptação de mecanismos de exploração neocolonial do que para os evidenciar e combater: trocas desiguais; drenagem dos seus recursos materiais e humanos; flagelo da dívida externa, pressões e ingerências de todo o tipo, visando a imposição de valores, sistemas políticos e modelos económicos que impeçam um desenvolvimento independente.

Esta situação tende a agravar-se com o desaparecimento da solidariedade política e material proveniente do campo socialista. É o que está a verificar-se com as pressões para resolver os chamados «conflitos regionais» num sentido favorável ao imperialismo e em pressões abertas, sob a bandeira hipócrita do «multipartidarismo», para procurar afastar do poder as forças que conduziram a luta libertadora e preconizam soluções independentes e mesmo progressistas para o desenvolvimento dos respectivos países. É o que se tem visto em relação aos PALOPs, e agora particularmente em relação a Angola e Moçambique, com o envolvimento do Governo português. É o que ainda recentemente se viu na Zâmbia, onde os EUA, aproveitando-se de problemas e erros, lograram a vitória de forças pró-imperialistas. É o que se vê em relação ao que temos designado por «países progressistas» (como a Etiópia, o Afeganistão) onde a ingerência externa desempenha um papel fundamental.

Seria entretanto um erro não valorizar a resistência e a luta dos povos do Terceiro Mundo (da África do Sul à Palestina, de El Salvador a Timor-Leste) e mesmo a utilização de espaços abertos por demagógicas campanhas sobre os «direitos humanos» e o «multipartidarismo» na luta contra cruéis ditaduras, como no Zaire e outros países.

A situação é de refluxo revolucionário. Mas o imperialismo não tem o caminho livre para impôr a sua política. Teme aliás explosões políticas e sociais de grande dimensão. A guerra do Golfo e as implicações de ordem estratégica que lhe estão associadas (Forças de Intervenção Rápida, guerras de intensidade intermédia, etc) mostram que o imperialismo se prepara para lhes fazer frente pela força militar. É um perigo que devemos denunciar.

6º. Quanto aos problemas da paz, do desarmamento e da cooperação. A crise e as derrotas do socialismo conduziram a um brusco desequilíbrio da correlação de forças a nível da Europa e do mundo desfavorável às forças do progresso social e da paz. Tal como o PCP previu e preveniu o imperia-

lismo está a explorar a situação para impôr ao mundo a sua hegemonia.

O fim da «guerra fria», longe de significar o fim da política de blocos, e o advento de uma nova era de paz e cooperação internacional, está a traduzir-se no reforço dos blocos económico-político-militares do imperialismo.

Três exemplos: a Cimeira da NATO de Novembro em Roma, voltada para o reforço e alargamento da esfera de influência e da intervenção da Aliança, designadamente em direcção ao leste europeu, Médio Oriente e Bacia Mediterrânica; os passos dados em direcção a uma «política europeia de defesa» articulada com a NATO, como agora se viu em Maastrich; a recente decisão da Dieta do Japão autorizando as Forças Armadas japonesas a intervir fora do país, o que não fora possível na Guerra do Golfo.

Os factores de conflito e mesmo de guerra aumentam na Europa e outras regiões do Mundo. Pretensões para transformar o Conselho de Segurança da ONU num instrumento de legitimação da política de ingerências e agressões do imperialismo desenvolvem-se paralelamente a perigosas teorias sobre a necessidade de um «governo mundial» e «direito de intervenção» nos assuntos internos de Estados soberanos. Tudo isto torna necessário, como se afirma no documento do Comité Central «dar um novo impulso à luta anti-imperialista, ao movimento mundial pela paz, o desarmamento e a cooperação internacional, pela superação da lógica dos blocos político-militares e fortalecimento do processo CSCE, pela completa liquidação das armas nucleares, por uma nova ordem internacional mais equitativa e mais justa.

4

Por último uma breve nota sobre a actividade internacional do nosso Partido.

A participação de delegações estrangeiras na Festa do «Avante!», nas condições concretas em que foi realizada, expressou o alargamento das relações internacionais do PCP. Posteriormente interessará referir: o intenso intercâmbio de documentação e informação com um número crescente de partidos e forças progressistas; a ampla divulgação internacional das posições do nosso Partido através do Boletim da Secção Internacional e outros materiais traduzidos; o envio de saudações a numerosos Congressos para os quais não foram convidadas delegações estrangeiras (tendência actual bastante generalizada) ou onde não nos foi possível participar, no caso do importante Congresso de Unificação do PC da Síria; numerosos encontros e contactos no país e no estrangeiro com outros partidos comunistas e revolucionários; a participação pela primeira vez no Congresso do Partidos dos Trabalhadores do Brasil (Carlos Brito), no 1º Congresso Legal do PC Sul-Africano (Edgar Correia), no Congresso do Movimento da Refundação Comunista de Itália (Leandro Martins), no Congresso do PC da Grécia (Henrique de Sousa). De referir ainda o empenho do PCP no amplo movimento nacional de solidariedade para com o povo de Timor-Leste e em importantes acções de solidariedade nacional e internacional para com o heróico povo de Cuba, designadamente com o envio de uma contribuição de 1.000 contos, para a campanha lançada por iniciativa do PCF «Um Barco para Cuba».

Na nossa actividade internacional, orientamo-nos por algumas ideias centrais.

Sim, é necessário tirar lições da experiência, proceder a novas análises, efectuar uma profunda renovação dos Partidos Comunistas, encontrar novos caminhos que relancem o poder de atracção do ideal comunista entre as massas. Simultaneamente é necessário dar firme combate às pressões que se manifestam, a partir de fora e de dentro, visando a liquidação, a diluição, a degenerescência social-democratizante dos partidos comunistas.

O reforço dos partidos comunistas e revolucionários passa necessariamente pelo seu mais profundo enraizamento nas massas e em toda a realidade nacional. Ao mesmo tempo é imperioso reforçar a solidariedade internacionalista entre os povos e forças progressistas, fortalecer a cooperação bilateral e multilateral entre os partidos comunistas, avançar com iniciativas coordenadas visando o exame de problemas comuns e o desenvolvimento de acções concertadas.

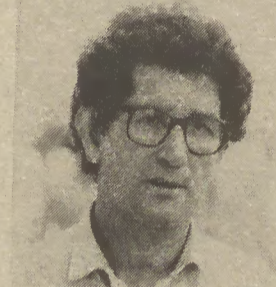
A ofensiva ideológica e política contra os comunistas, os seus ideais e o seu Partido tem uma dimensão mundial. Vários partidos comunistas, designadamente na Europa têm sido afectados por tendências negativas que conduziram à sua paralização, desagregação, cisão e mesmo autoliquidação. As teorias oportunistas desenvolvidas à sombra da «perestroika» e pelo ex-PCI desempenharam nesta situação um papel profundamente negativo. São entretanto bem mais numerosos os partidos onde as teses sobre «o fim da época dos partidos comunistas» estão a ser combatidas e derrotadas, que confirmam a sua natureza de classe e se empenham na acção de massas e no combate revolucionário. O Congresso do Partido Comunista Sul-Africano é uma expressão recente desta realidade.

As dificuldades e problemas no movimento comunista e operário são reais. Uma coisa é porém clara: as posições liquidacionistas ligadas com a busca do sucesso imediato e o eleitoralismo não estão a dar aos seus defensores os resultados pretendidos, como os não dera já o «eurocomunismo».

O PCP mantém um amplo leque de relações internacionais e desfruta de grande prestígio e autoridade no movimento comunista e revolucionário. A defesa da unidade do nosso Partido, a afirmação convicta da sua identidade comunista, o fortalecimento do seu papel na vida política do país, constitui também uma importante contribuição para o relançamento do movimento comunista e operário como força insubstituível na luta contra os propósitos hegemónicos do imperialismo, pelo progresso social e o socialismo.

Gangsterismo informativo

1. É conhecida (e reconhecida por qualquer observador isento) a forma como a generalidade dos órgãos de comunicação social manipula a informação sobre a vida e a actividade do PCP. A adulteração do Projecto do Partido; a deturpação das suas posições sobre a situação nacional e internacional; as mistificações em torno da sua vida interna — constituem componentes complementares da falsa imagem do PCP amplamente difundida. Curiosamente, quanto mais a comunicação social dominante insiste na tese do «declínio irreversível do PCP», maior é a intensidade da ofensiva contra o PCP conduzida por essa c. social e mais alto sobe a escalada da indignidade dos métodos e processos utilizados. O sonho do declínio do PCP é o sonho dos que desejariam ver desaparecer o obstáculo fundamental que se opõe à política de direita, é o sonho dos que sabem ser o PCP o único grande partido nacional com que os trabalhadores podem contar; a intensificação da ofensiva é, não só a raiva de ver o PCP de pé, firme e sempre disponível para assumir plenamente as suas responsabilidades, mas também a tentativa desesperada de o dividir e enfraquecer. No momento presente, a pretexto das expulsões de três membros do Partido, a campanha contra o PCP segue os caminhos tradicionais mas sobe a parada no que toca aos métodos utilizados.



JOSÉ CASANOVA
Membro da Comissão Política

Quando as pessoas em questão, quer antes quer depois das expulsões, acentuaram como base das suas posições a «preocupação» com a quebra de influência do PCP — e atribuíram à direcção do Partido a exclusiva responsabilidade dessa situação, fingindo desconhecer razões objectivas das dificuldades da conjuntura que afectam todos os partidos comunistas; e fingindo ignorar que o partido que lhes serve de modelo é um dos mais penalizados nesta matéria — sabiam que estavam a viciar os dados e, por isso mesmo, a integrar-se no esquema manipulador que constitui o único espaço em que a c. social portuguesa sabe mover-se. Como se tem visto o entendimento tem sido perfeito.

2. O violento ataque ao PCP, sendo o ataque a uma realidade viva e presente da vida nacional, insere-se no contexto da nova ordem informativa mundial e dos seus recentes desenvolvimentos. Para os gatos pingados que decretaram a morte do comunismo é incómodo ver diariamente em todo o mundo, e em Portugal de forma evidentiíssima, provas que contrariam o seu decreto e que liquidam a sua pretensão de dar dimensão unanimista à «verdade» que mais lhes interessa.

O ano de 1991 ficará marcado, entre muitos outros acontecimentos negativos, por duas poderosas ofensivas mediáticas visando impor o unanimismo universal face a acontecimentos de importância determinante para o futuro imediato. Foi assim que, servilmente colocada ao serviço da nova ordem concebida pelo presidente Bush, a generalidade da c. social mundial procedeu a uma abjecta operação de manipulação em torno da guerra do Golfo, das suas causas e consequências, tentando impor um unanimismo geral à medida dos desejos, vontades e objectivos do imperialismo norte-americano. Foi com idêntica intenção e seguindo práticas semelhantes que a tentativa de golpe de Estado de 19/8 na então URSS foi abordada por essa mesma comunicação social. Em ambos os casos assistiu-se, de facto, a uma poderosa utilização de meios ao serviço do objectivo de unanimização das opiniões. Tal objectivo passou, como se viu, pelo silenciamento, a adulteração ou a vituperação das vozes que recusaram juntar-se ao rebanho dócil; passou pela chantagem, intimidação e ameaça dos que assumiram frontalmente o direito de terem uma opinião própria. Estes dois processos foram exemplarmente reveladores de uma situação qualitativa e quantitativamente nova no que toca à intervenção e ao papel da c. social. Ao cidadão não se pediu uma opinião sobre os acontecimentos do Golfo ou de Moscovo: forneceu-se-lhe uma conclusão e procedeu-se ao interrogatório: «É a favor ou é contra?», «Apoia ou condena?». Os que não cederam à policial inquirição e ousaram conhecer os factos e analisá-los, ou defender uma opinião diferente, foram insultados, ofendidos, humilhados, marginalizados. Aos que cederam foi passada a respectiva certidão de óbito disfarçada de elogio.

3. Assim se passam as coisas no Mundo neste tempo inquisitorial que vivemos. E, naturalmente, no estreito beco que Portugal é da «aldeia global» tudo se passa também assim e, muitas vezes, pior do que assim. A violência

desinformativa atinge níveis inimagináveis. A insolência e a desvergonha correm à rédea solta por percursos sem margens. A intolerância assume expressões que trazem à memória lembranças de tempos passados. Com o provincianismo típico de tais situações a c. social nacional põe-se em bicos de pés para não ficar abaixo das suas congéneres da Europa, perde o pouco discernimento de que ainda parecia dispor e envereda pelo caminho do gangsterismo informativo.

À verdade dos factos prefere a mentira que melhor sirva os seus objectivos, numa prática sem princípios onde o vale tudo é rei. Isto é particularmente evidente no que respeita à «informação» sobre a vida e a actividade do PCP. Sem excepção, embora em graus diferentes, é isso que se passa em todos os grandes órgãos de c. social, sendo certo que quanto mais um órgão de c. social está povoado de ex-comunistas e ex-esquerdistas mais violenta e abjecta é a ofensiva contra o PCP.

«Para os gatos pingados que decretaram a morte do comunismo é incómodo ver diariamente em todo o mundo, e em Portugal de forma evidentiíssima, provas que contrariam o seu decreto»

Sempre assim foi: em tempo de inquisitorial caça às bruxas os mais exacerbados inquisidores encontram-se sempre entre aqueles que, atempadamente, se passaram com armas e bagagens para o campo oposto e aí fazem questão de deixar claro o seu repúdio pelo que antes foram, a sua abjuração pelo que antes defenderam... não vá o patrão lembrar-lhes os tempos passados as afirmações grandilo-

quentes contra o tigre de papel imperialista, contra as perversões da democracia burguesa, etc., etc. Os protagonistas destas deprimentes manifestações de trocintismo; de defesa exuberante e feérica do «ideal» que está a dar; da genuflexão rastejante perante o boss — não suportam a coerência, a dignidade, a verticalidade. Por isso a prática invertebrada desses arrependidos vem acompanhada do ódio cego aos que não lhes seguiram os passos e serenamente os desprezam (O que atrás se disse aplica-se a quem se aplica e a mais ninguém. Também as referências ao estado actual da c. social e ao papel e responsabilidade dos jornalistas nesse processo não ignoram a existência de jornalistas pelos quais — pela dignidade e coerência que revelam e independentemente das suas opções políticas e ideológicas — se manifesta o maior apreço).

4. A forma como, nas últimas semanas, a c. social tem tratado a situação interna do PCP constitui uma tentativa de repetir no plano nacional a pressão unanimista que à escala planetária foi exercida aquando da guerra do Golfo e do golpe de 19/8: repisa percursos então traçados e inventa novos e mais vergonhosos processos. O cenário adequado à representação foi desenhado com o recorte do mais primário e boçal maniqueísmo: de um lado, os maus, ou seja, os comunistas, representados pela direcção do PCP; do outro lado, com auréolas luminosas, os bons, ou seja, os que, por «delito de opinião», foram «prepotentemente» expulsos do PCP. A partir deste cenário vale tudo: a notícia inventada, o acontecimento adulterado, a calúnia e a ofensa, a falsificação da realidade. A «fonte» secreta e «digna de crédito» é a base de toda a «informação». O informador clandestino informa o que quer e como quer; sabe que tudo o que disser será notícia e que quanto mais falsa for a informação maior destaque terá. Por seu lado, o jornalista, empanturrando-se com a água pútrida vertida por essas fontes, vai produzindo a desinteria que são grande parte dos textos dedicados à situação do PCP. A carta anónima passou a ser «fonte digna de crédito» e a desvergonha atingiu níveis tais que aqueles que não hesitaram em utilizá-lo como fonte de notícia não hesitaram depois em insinuar a autoria do escrito anónimo a quem dessa prática suja é vítima e alvo. O desmentido frontal à baixeza da carta anónima é, tal como o desmentido à informação secreta, tratado como se de coisa anónima se tratasse. Enfim, uma miséria.

5. As forças progressistas e revolucionárias do Mundo vivem um momento particularmente difícil. Ser comunista e afirmar-se como tal comporta hoje dificuldades em alguns aspectos maiores do que em qualquer outra época. As pressões para que os comunistas deixem de o ser são muitas e muito fortes. E há desalentos. Há deserções. Há quem baixe os braços e desista de lutar. Há quem passe para outros campos, por vezes opostos.

Mas há milhões que mantêm e reafirmam os seus ideais e que, conscientes da natureza dos obstáculos com que deparam, redobram forças e esforços na luta que todos os dias travam; milhões que continuam a erguer a sua voz e a, firme e serenamente, afirmarem o seu orgulho de serem e quererem continuar a ser comunistas.

O Natal das crianças

Estamos em plena quadra natalícia. As festividades que a acompanham, com fortes raízes numa tradição ética e cultural de um povo, revestem-se de uma particular sensibilidade em relação às desigualdades sociais existentes, sensibilidade que traduz, nuns casos, uma forma de manifestação da solidariedade humana que esta quadra envolve e, noutros casos, a necessidade de redimir consciências de qualquer culpa. Cria-se, por assim dizer, um consenso quanto à necessidade de reflexão colectiva sobre as injustiças da sociedade.

E são as crianças que constituem o pólo das atenções, sobre elas recaindo os maiores cuidados e ternuras, a elas se dedicando a denúncia dos maus viveres, a sincera vontade de lhes tornar o futuro mais feliz. É já normal dizer-se que, para a criança, o Natal deveria ser todo o ano! É esta uma forma simples e sintetizada de reconhecer que a criança, a maioria das crianças portuguesas de famílias trabalhadoras, sofre desde que nasce, e até no período pré-natal, as consequências de uma desigualdade social que se agravou nos últimos anos e que a política anunciada do Governo Cavaco Silva prognostica ainda mais acentuada.

A situação de grave risco da criança na rua, a proliferação da prostituição infantil, o aumento da criminalidade das baixas idades, a extensão à criança do consumo e do comércio da droga, e tantos outros aspectos de uma verdadeira marginalização, arsenal dramático dos futuros marginais da nossa sociedade, são realidades que não podemos deixar escamotear e em relação às quais nos empenhamos em apontar as causas, em lutar contra estas e propor soluções.

A criança não é um ser abstracto nem tão-pouco uma ilha isolada do mundo real. A criança está inserida numa sociedade, numa família, numa escola, numa comunidade de parceiros e amigos. Não pode, pois, desligar-se a situação da criança das situações criadas aos vários grupos sociais em que se insere.

Uma sociedade dominada pelas crescentes desigualdades sociais, que promete ela à criança?

Uma família em que o despedimento e o desemprego são a ameaça permanente. E em que a estabilidade do emprego é substituída pela sua precariedade. Para quem se anuncia a contenção dos salários. Para quem a habitação e as deslocações casa/emprego constituem pesadelo económico, psicológico e promiscuidade. Que pode ela proporcionar à criança como qualidade de vida?

Uma escola carente de professores, de pessoal auxiliar, de equipamentos e de motivações, que pode ela dar à criança do ponto de vista formativo, cultural e social?

Uma comunidade de parceiros e amigos, todos eles crianças, na maior parte dos casos sem parques, sem centros de convívio ou de desporto, sem monitores de tempos livres, que condições propicia ela à criança para que se desenvolva e se estruture harmoniosamente?

Se estas questões globais condicionam, de modo determinante, a vida da criança e constituem objecto da nossa acção persistente de luta, e se em relação a elas condenamos a política praticada pelo Governo, não é menos verdade que reclamamos, simultaneamente, em relação à criança uma política que integre medidas imediatas, directas e específicas no plano da Saúde, no plano da criança maltratada, no plano do Ensino ou no plano do trabalho infantil, realidade monstruosa que se expande, embora o Governo pretenda fazer crer estar em declínio.

Não é menos verdade que lutamos pelo cumprimento integral da Convenção dos Direitos da Criança.

Para nós, comunistas, as actuais condições em que vivem as crianças e as famílias portuguesas não constituem uma fatalidade. Podem e têm de ser diferentes!

E para tal o PCP empenhará os seus esforços e energias na luta contra a política de direita e por uma política e um governo democráticos.

■ Comissão para as Questões da Criança da DORL

PONTOS CARDEAIS

Gazetilha

A orgia

Foi uma festa de truz.
Música, alegria, cor.
Casa vestido era luz
de riqueza, de esplendor.

Vendo tantos risos nobres
numa pergunta me fico:
Quantos milhares de pobres
nos custará este rico?

Malhas que o cifrão tece

Era uma vez
um banco português
que trabalhava ao anzol
com um banco espanhol.
O banco espanhol
e o banco português
juntaram-se em prol
de um banco francês
e assim ficou no rol
um banco francês
nascido de um banco espanhol
e de um banco português...

É grande a confusão?
Talvez não, talvez não.
São as velhas maneiras
do tal dinheiro que não tem fronteiras...

Não é trouxa! Reforça, sem cinismo,
nas leis do bestiário
o seu internacionalismo...
monetário.

O direito

Confere a lei ao mero cidadão
o rigoroso, o máximo direito
aos mecanismos da informação.
Avanço importantíssimo, com efeito.

Eu, que tenho para a coisa um certo jeito,
fui candidato à televisão.
Falei com meus amigos em respeito
e juntámos tostão após tostão.

Disse o Governo: «Mas vocês estão tontos?»
Isto só vai com dez milhões de contos.
Quem tem, tem. Quem não tem, leva um brinquedo».

O meu tostão furado era mentira.
Ah!, mas dentro da Lei ninguém me tira
o meu direito de chuchar no dedo!

Antinatal

Desceu pela chaminé.
Desceu devagarinho
e foi e foi até
lá onde estava
a sola brava
de um sapatinho...

Natal, Natal, canta a ave no ninho
(ou é a luz, ou é o seu fermento...)
Então, no sapatinho
(por tal sinal até era uma bota)
deixou sorrindo a nota
de despedimento...

E assim de chaminé em chaminé
pôs na bota do zé
menos salário
mais inquietação
mais contas negras, negras do rosário
menos pão...

(Mãe! — gritou o menino no casebre —
eu vi, eu vi, o professor Cavaco
ali na chaminé!
— Disparate! — pensou a mãe — Tão fraco,
o menino arde em febre...

Vira bem, o menino.

Dobra de raiva um sino)

■ IGNOTUS SUM

Incrível!



Investimentos

A situação pode tornar-se francamente grave. A revista «Olá» enviou já alguns dos seus especialistas em picnics e leilões investigar o que se passa e as Quicas, Xaxões, Becas e amigas debatem com afã o problema com os Becas, Tatões, Bolocas e outros amigos. Os jornais têm publicado notícias e nos corredores do Ministério das Finanças o semblante é carregado. A questão é esta: a Sotheby's registou este ano uma quebra de 54,9 por cento nas suas vendas. O ano passado, a leiloeira londrina vendeu 352 milhões de contos: este ano, coitada, ficou-se por 158 milhões. Como se sabe, a Sotheby's negocia em objectos de primeiras necessidade tais como guitarras de Elvis Presley, terrinas Companhia das Índias, camisolas interiores de Madonna - e quadros e obras de arte diversas. Frequentemente, a Sotheby's garante ao proprietário de uma gravura, que a comprou ao autor por umas quantas libras ou francos, uns milhões de lucro. mas a questão ainda está pior porque, segundo o

presidente da firma, foi exactamente a pintura que acusou a maior quebra este ano. O que, no seu comercial linguajar, se «comportou bem» foram as «artes decorativas», entre as quais se coñtam os móveis, as cerâmicas, as jóias. É sempre bom estar a par com estas coisas. Assim, os funcionários públicos portugueses ficam desde já advertidos de que, com os 6,5% de aumento que o prof. Cavaco lhes quer dar, devem comprar um *pendentif* da Cartier ou uns brincos Valentino, mas nunca um Matisse ou um Pomar. Questão de bons investimentos.

Obrigado, Vicente

Num editorial de comovedora profundidade e não menor qualidade estilística («ao homem amargo que ontem abandonou o poder na solidão gelada do Krmelin», «Gorbachov terminou onjtem a sua melancólica mensagem de despedida»), o director do «Público» faz afirmações que o colocam entre os mais afinados analistas contemporâneos. Sem dúvida que a mais

profunda asserções é este verdadeiro eixo do seu raciocínio: «não existem soluções miraculosas ou decretos mágicos para transformar do dia para a noite o Estado em mercado». De facto.

A censura

Anda por aí um grande reboliço sobre o que terá acontecido a não se sabe quantos minutos da telenovela que, algures entre o Brasil e a Alameda Linhas de Torres se perderam. Como tem sido noticiado, trata-se de uma série de seqüências em que se refere a repressão contra os comunistas brasileiros durante a ditadura de Getúlio Vargas, episódios de tortura. Episódios em que se fala de Luís Carlos Prestes, do latifúndio - e etc. Ainda ninguém percebeu - pela excelente razão de que ainda ninguém explicou - se foram os brasileiros que acharam que corriam o risco de o sr. Moniz interromper a telenovela para descompor os intérpretes comunistas ou se foi o sr. Moniz que não esteve para aturar tais desaforos nas telenovelas que compra. Haverá hipótese de se saber?

frases da Semana

“A capital polaca e outras grandes cidades do país transformaram-se numa montra do luxo ocidental onde é mais fácil adquirir artigos italianos, alemães ou espanhóis que um iogurte nacional.

(...)

“Fazer compras, que era, em geral, o sonho dourado dos clientes nacionais da última década, está no entanto cada vez mais ao alcance da imaginação do que do bolso.

(...)

“Este panorama indica que os polacos só parcialmente entraram na economia de mercado, já que o bem-estar elege apenas uma parte marginal da sociedade, pouco significativa em comparação com uma minoria cada vez mais desprovida do necessário.”

☛ Telegrama da LUSA
- 23/12/91

“Quantos cafés bebe por dia?

“Não bebo café. Bebo, com frequência, na luz dos olhos de quem me ama.

(...)

“Tem medo de andar de avião?

“Já tive. Hoje, perdi-o. Não sei bem porquê mas, nele, sinto-me mais perto de Deus.

“Cozinha ou faz trabalhos em casa?

“Não sei cozinhar. Mas gosto de saborear demoradamente todo o açúcar que a vida me dá.”

☛ Entrevista a Manuel Sérgio in «Expresso» - 21/12/91

“Devido à quadra de Natal e Ano Novo, «Povo Livre», como é hábito, não se publica nas próximas duas semanas.”

☛ Povo Livre - 18/12/91

“Maria João Saviotti deu uma festa de anos, em Lisboa, orçada em 100 mil contos. Ou mais...”

☛ Tal & Qual
- 20-26/12/91

Dois e dois são quatro?

1. Precisamos de perceber melhor o que se está a passar

Os nossos ideais, as nossas certezas, as sociedades novas que acreditávamos estavam a ser edificadas são hoje dramaticamente confrontados com situações que, sinceramente, não imaginávamos.

Em poucos anos aquilo que acreditávamos ser o sistema socialista desmorona-se e deixa de existir enquanto sistema.

Fracassam as primeiras tentativas de pela primeira vez na história da humanidade se tentarem construir sociedades nas quais se pretendia abolir a exploração do homem pelo homem.

Não se pode, apesar de tudo, apagar o papel que no século XX tiveram o movimento comunista, as forças democráticas, progressistas e de libertação e os países que integravam o chamado sistema socialista, designadamente na libertação dos povos, na conquista da liberdade, dos direitos, do progresso e de melhores condições de vida.

Entretanto, o capitalismo, nos principais países industrializados, consegue responder a um conjunto de questões; consolida posições e alarga a sua influência.

Novos estados surgem na Europa, adoptando políticas de orientação capitalista, embora em situações muito complexas e ainda pouco claras em alguns casos.

A repercussão destes acontecimentos extraordinários actua e continua a actuar, directa ou indirectamente, sobre todas as correntes de pensamento e regimes, em todos os continentes.

A par de esforços sérios para compreender o passado e o presente, surgem os vendilhões da história que se precipitam a «reescrevê-la» com verdades, meias verdades e muitas e perigosas falsificações.

A perplexidade é geral.

O XIV Congresso do PCP

Nos XII e XIII Congressos, o Partido Comunista Português avança na análise destas complexas situações. Foi o início de uma análise, de um debate, sério, incompleto, autocrítico também, reconhecidamente tardio.

Contudo, do XIII Congresso até hoje, os acontecimentos nacionais e internacionais têm evoluído e continuam a evoluir a uma velocidade tal que muita coisa já é completamente diferente e coloca novas e complexas questões a todos os democratas.

Nesse sentido já estamos de novo atrasados e impõe-se estimular, com uma metodologia adequada, a análise séria e profunda dos acontecimentos e das perspectivas presentes e futuras. Isto é fundamental para a unidade ideológica e política do Partido, para repor e potenciar a sua capacidade de organização e acção, para se continuar a avançar com segurança na renovação e reestruturação à altura das exigências do nosso tempo.

O PCP pode e deve continuar a ter um papel de relevo na esquerda, no movimento operário e popular, nos movimentos sociais, na sociedade portuguesa, na dinamização do diálogo e das convergências entre forças e correntes democráticas e de esquerda, na renovação da esquerda em Portugal.

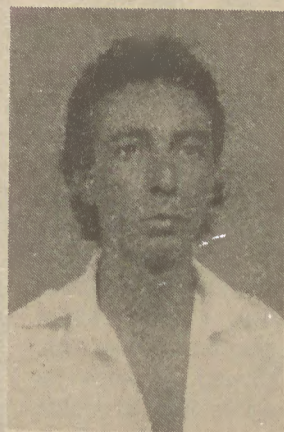
A todos nós, comunistas, a todas as organizações, e particularmente à direcção do Partido, a situação exige um grande esforço para a preparação e realização do XIV Congresso, porque é preciso que o Congresso esteja à altura das exigências que se nos colocam.

2. O capitalismo assegura os direitos humanos, a liberdade e o desenvolvimento das pessoas e dos povos?

O capitalismo, em todas as suas expressões, a par de significativos êxitos, sobretudo em alguns países industrializados, acumula fracassos e revela incapacidade para responder aos grandes desafios que se colocam à humanidade.

Basta uma rápida vista de olhos pela panorâmica mundial para nos apercebermos que o capitalismo se apodera dos recursos naturais de países inteiros, explora os trabalhadores, condena centenas e centenas de milhões de seres humanos, povos inteiros, à miséria e à opressão.

No mais poderoso país capitalista do mundo, os Estados Unidos da América (EUA), «um americano em cada sete vive abaixo do índice de pobreza», «cerca de 30 milhões de americanos não beneficiam de nenhuma



ANTÓNIO MURTEIRA
Membro da Comissão
Executiva Nacional do CC

Também não é transformando-nos numa imitação do PS, nem o PS transformando-se numa imitação do PSD, que conseguiremos renovar a esquerda, dar-lhe reforçada credibilidade, torná-la alternativa credível e capacidade, na qual os trabalhadores, os intelectuais, o povo, possam participar e confiar.

protecção social», «uma em cada quatro crianças americanas vive num estado de extrema pobreza», «20% dos agricultores perderam as suas terras e 80% dos americanos sofreram redução dos rendimentos nos últimos 11 anos».

Em contrapartida 10%, 5% e 1% dos sectores mais ricos da população aumentou os rendimentos respectivamente em 16%, 24% e 74%.

Outro exemplo significativo dos valores do capitalismo é a situação na General Dynamics que lançou no desemprego dezenas de milhar de operários, enquanto os 25 administradores da empresa declaram ao fisco um aumento dos ordenados de 18 milhões de dólares.

No plano político domina um sistema bipolarizador, que dificilmente se poderá considerar pluripartidário. O país é completamente monopolizado por dois partidos com a mesma génese de classe, ambos umbilicalmente ligados e dominados pelo grande capital. Um, o Republicano dos senhores Reagan e Bush, outro o Democrático dos senhores Kennedy e seus pares.

A degradação que se verifica neste regime capitalista, está a criar perigos não só para os EUA como para todo o mundo, ao chegar-se a situações como as eleições recentes no Estado da Louisiana, nas quais o eleitorado tinha que escolher entre o republicano Davide Duke, nazi e um dos chefes do grupo terrorista americano Ku-Klux-Klan, e o democrata Edwin Edwards, conhecido como «the crook», «o vigarista».

Nos EUA a crise no plano político reflecte-se também «numa crescente recusa ao voto. Os padres afirmam-no no seu relatório: que a maioria dos eleitores decide não votar porque não vê em que é que o voto pode mudar as suas vidas. Um facto que leva a questionar sobre o conteúdo dos «valores democráticos» nos EUA».

Outros grandes fracassos do capitalismo

O Brasil, um dos maiores países capitalistas do mundo, patina na miséria, no desemprego, na exploração brutal dos trabalhadores e dos pobres, na corrupção e na violência.

Segundo a Organização Mundial de Saúde, 70 milhões de pessoas vivem em condições sanitárias precárias e 20 milhões não dispõem de água potável.

No Rio de Janeiro, em 1991, quase um milhão de pessoas foram assaltadas nas ruas; 400 mil veículos roubados; 40 mil pessoas assassinadas; 21 mil residências invadidas por ladrões; 1200 bancos assaltados e centenas de empresários sequestrados.

Como escreveu um articulista o Rio de Janeiro é uma «cidade dividida entre as favelas dos pobres e os bairros dos ricos (...)».

Na Índia, o mais populoso país capitalista do mundo, a miséria e a indigência são confrangedoras.

A Indonésia, outro colosso capitalista, com 178 milhões de habitantes, procura afogar em repressão e sangue as aspirações à autodeterminação e independência, do pequeno povo Maubere, de Timor-Leste, ao qual nos ligam profundos laços históricos e culturais.

A América Latina, dominada por regimes capitalistas duros, de uma ou de outra forma apoiados pelos EUA, encontra-se «à beira do caos».

Segundo um jornalista português, um relatório recente da Comissão Económica para a América Latina — CEPAL — organização das Nações Unidas, 62% das



A GREVE

Realização: **SERGEI EISENSTEIN**
mestre ou mestres, realizador de
"O Couraçado Potemkine"

Sovexportfilm

SOVEXPORTFILM apresenta uma produção GOSKINO/
PROLETKULT - GRIGORI ALEXANDROV, MAKSIM
STRAUCH, MIKHAIL GOMAROV em "STATCHKA"

Fotografia de EDOUARD TISSE - Argumento e
Realização de SERGUEI EISENSTEIN.



Impressionante reconstituição de uma greve operária na Rússia Czarista de 1912.

Do suicídio de um trabalhador à repressão maciça, a acção progride numa aceleração dramática sem precedentes e culmina em momentos de indescritível violência.

Este trabalho de estreia do jovem Eisenstein possui um fôlego épico, um esplendor visual, um ritmo alucinante que o transformam em muitíssimo mais que um simples panfleto.



SÉRIE FILMES SOVIÉTICOS

- 001 - O COURAÇADO POTEMKINE
- 002 - A MÃE
- 003 - ESCRAVA DO AMOR
- 004 - A BALADA DO SOLDADO
- 005 - AMOR EM TEMPO DE GUERRA
- 006 - A GREVE

Preço Unitário: 3500 escudos
Pacote de 3 filmes: 10 000 escudos

Cinema
de qualidade
em sua casa

DESCONTO ESPECIAL
NO MÊS DE DEZEMBRO
15%

Via CTT À cobrança (Zona Grande Lisboa)

Faça os seus pedidos para:

crac serviços, GRL
VIDEO crac filmes
Apartado 90
Queluz Ocidental
2746 QUELUZ CODEX

peças na América Latina vivem abaixo do nível da pobreza, afunda-se na miséria.

Nos países em vias de desenvolvimento, o endividamento «eleva-se a 1300 mil milhões de dólares».

Só «o serviço da dívida e a sua amortização ultrapassam em 30 mil milhões as novas transferências de capitais por parte dos países (capitalistas) industrializados, o crescimento da ajuda é simplesmente marginal e os preços das matérias-primas mantêm-se os mais baixos dos últimos 30 anos».

A manter-se este comportamento dos países capitalistas ricos «(...) a África subsariana registará no decénio que se inicia um crescente número de vítimas da pobreza».

Mesmo na rica e industrializada CEE, segundo uma sondagem da própria Comunidade divulgada em Bruxelas, 70% dos jovens vivem preocupados com o desemprego, 66% com a droga, 40% com a sida, 38% com o ensino e 30% com a falta de habitação.

Com os EUA a quererem impor a sua nova ordem internacional, os conflitos e guerras não só amainaram como rebentam por todo o lado.

No Golfo assistimos à mais sofisticada guerra de todos os tempos, tendo os países capitalistas, incluindo europeus, sob o comando dos EUA mobilizado os mais poderosos, destrutivos e mortíferos meios bélicos de sempre.

Os conflitos, golpes sangrentos, guerras, prosseguem no Médio Oriente; Afeganistão e outros países da Ásia; América Latina; África; no coração da própria Europa, na Jugoslávia; em Timor-Leste e em tantos outros lugares.

Avolumam-se os perigos de carácter ambiental. Rios e mares são poluídos; imensas zonas de floresta são devastadas; espécies animais estão em vias de extinção; a camada de ozono está a ser seriamente afectada. Em grandes cidades proliferam florestas de cimento e bairros degradados e acumulam-se milhões de pessoas, procurando sobreviver a qualquer preço.

Não é certamente este o mundo a que nós, comunistas, a que nós, democratas, a que nós trabalhadores, a que nós, intelectuais, a que nós, povos, aspiramos.

E, se assim é, impõe-se então um esforço muito grande, individual e colectivo, para removermos aquilo que ainda nos impede de abrir e escrever uma nova página de diálogo, debate e acção convergente das forças democráticas, e que nos permita, designadamente em Portugal, encontrar as respostas, soluções e vias adequadas para vencer as sérias dificuldades que a esquerda atravessa (designadamente o Partido Comunista e o Partido Socialista) para que a esquerda, renovada, possa ser, o mais rapidamente possível, alternativa credível à direita, às forças do grande capital.

3. Algumas repercussões da evolução da situação, particularmente em Portugal

Na actual conjuntura histórica, em muitos países, as forças da extrema-direita e da direita conservadora e neo-liberal contra-atacam e conseguem ganhar terreno.

A leste foi a derrocada mas, como escreveu recentemente um histórico do Partido Socialista «também a ocidente é indissfarçável a crise de um certo tipo de gestão socialista. Crise de gestão e crise de pensamento. A esquerda parece ter perdido a liderança cultural e a iniciativa histórica (...)».

Portugal não é uma ilha isolada.

Na evolução interna repercutem-se também os acontecimentos internacionais.

Os conservadores neo-liberais de Cavaco Silva ganham terreno e conseguem pela segunda vez consecutiva a maioria absoluta em eleições legislativas. No partido do poder, o PSD, reina a paz do autoritarismo e das benesses que um certo poder e uma certa conjuntura externa têm possibilitado.

O regime democrático português e as suas componentes principais tais como os partidos políticos, os sindicatos, as organizações patronais, o poder local, o sistema eleitoral, o sistema de poder repartido pelos diversos órgãos de soberania, o sistema económico, a comunicação social, a cultura, os direitos e liberdades, correm o risco de sofrer alterações profundas, muitas das quais de carácter negativo.

Na presente situação, são evidentes os sinais de desgaste e viciação das democracias representativas, designadamente a portuguesa: assiste-se a uma enorme concentração do poder económico nas mãos de poderosos grupos nacionais e transnacionais que actuam em grandes espaços e mesmo à escala mundial.

São os seus interesses que, de forma crescente, ditam e impõem as regras do jogo, as leis, através de



aparelhos burocráticos e tecnocráticos e de governos parlamentares que influenciam de forma determinante.

Cresce a ligação e dependência dos grandes meios de comunicação social em relação ao poder económico. Veja-se, no caso português, de quem são propriedade ou de quem estão dependentes, por ex., o Público, o Expresso, o Diário de Notícias, e mesmo a Televisão, que tendo um estatuto de empresa pública, é, notoriamente, governamentalizada.

Ajustam-se (adulteram-se) os sistemas eleitorais aos interesses dos partidos representativos dos interesses do poder económico, na tentativa de perpetuar ou, pelo menos, prolongar o mais possível a permanência desses partidos no poder.

Profissionalizam-se de forma crescente os exércitos e as polícias, procurando afastá-los de influências e aspirações populares.

Os partidos e correntes democráticas e de esquerda atravessam uma situação de sérias dificuldades.

Vive-se uma evidente rearrumação de forças entre os partidos e correntes democráticas e no seu interior; entre organizações de classe e sociais (sindicatos, patronais e outras) e no interior dessas organizações.

Partidos e organizações procuram o reforço da solidariedade e acções convergentes, não só no espaço nacional e comunitário como a nível mais vasto.

4. Partido Comunista Português Um passado, um presente, um futuro

No Partido Comunista Português a situação também é difícil e reclama de todos nós uma abordagem corajosa, profunda e séria, que esperamos possa ser feita no âmbito da preparação e realização do XIV Congresso a ter lugar em 1992.

É preciso, sem dúvida, que aprofundemos as razões objectivas e subjectivas que conduziram à actual situação. Que procuremos compreender melhor o mundo em que vivemos, em acelerada mudança. Que nos interroguemos sobre o que é válido e o que está ultrapassado (em Marx, Engels e Lênine). Que saibamos continuar a incorporar no nosso trabalho intelectual, teórico e político os contributos que novas experiências e acontecimentos (positivos e negativos) e novas correntes filosóficas, económicas e políticas, inegavelmente, trouxeram à ribalta da vida, durante o século XX. Que sejamos fraternais, solidários e leais para com os outros e para com os compromissos e regras democraticamente estabelecidas, mesmo com a consciência de que nada é definitivo e que podemos e devemos alterar e aperfeiçoar aquilo que o tempo, os acontecimentos, tornaram obsoleto.

É preciso contrariar todas as tentativas que visem conduzir a uma cisão ou a cisões no Partido.

Particularmente neste momento, essa seria a receita não para a renovação, a reestruturação e o fortalecimento do Partido mas sim para a fragmentação, enfraquecimento e acentuar das dificuldades e de eventuais atitudes de crispação.

Também não é transformando-nos numa imitação do PS, nem o PS transformando-se numa imitação do PSD, que conseguiremos renovar a esquerda, dar-lhe reforçada credibilidade, torná-la alternativa credível e capacitada, na qual os trabalhadores, os intelectuais, o povo, possam participar e confiar.

Neste tempo histórico a esquerda é plural. Nesse plural têm sentido e são mesmo ser fundamentais um Partido Comunista Português e um Partido Socialista que queiram e saibam dialogar e convergir entre si, (Lisboa foi um primeiro passo!), com as outras forças e correntes democráticas e de esquerda, com as classes e camadas sociais e com a sociedade da qual emanam.

Não vamos é cair em apriorismos ou, dito de uma forma mais popular, pôr o carro à frente dos bois, com *slogans* tipo «refundação da esquerda».

A situação exige muita seriedade.

No actual contexto essa expressão pode ser tão radical, dogmática e apriorística (o debate ainda não está feito, etc.) que pode até ser apenas uma figura de retórica e não ter nenhum conteúdo e muito menos levar a lado algum que não seja à fragmentação, com pequenos grupos e pequenos ou mesmo pequeninos e ressaítrados chefes de grupo, sem espinha revolucionária.

É preciso cuidado com os ares rarefeitos e condicionados dos salões de Bruxelas e dos salões de outras capitais, nos quais se pavoneiam e ditam leis, presentemente, burocratas e tecnocratas embalados pelos ventos fortes do liberalismo.

O diálogo pode ser, terá que ser o primeiro passo.

Diálogo que conduza a análises sérias, e não a falsificações, especulações e mesmo a grosserias e ameaças mais ou menos veladas, que conduza a teorizações rigorosas e fundamentadas, que nos permita, a todos, reaprender o caminho conjunto da esquerda moderna, em acções e lutas convergentes ao lado dos trabalhadores e do povo português, ao lado dos trabalhadores e dos povos europeus e de todo o mundo.

A renovação do PCP, com vista ao seu fortalecimento, tem que ser, está a ser, obra de todos os comunistas. A renovação da esquerda, com vista à convergência na luta, das suas diversas componentes, terá que ser obra de todos os democratas e forças democráticas consequentes.

Televisão

Sexta, 27

Canal 1

07.30 Bom Dia (I)
09.30 Rua Sésamo
10.00 Bom Dia (II)
11.15 Ricardina e Marta
11.40 Jogo de Cartas
12.00 Notícias
12.05 Culinária
12.20 Final Feliz
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Exploração
14.00 Brinca Brincando
14.35 O Jovem Mágico
(ver «Filmes na TV»)
16.05 Ponto por Ponto
17.05 50 Anos de Magia Disney
(1ª parte)
18.10 Riviera
18.40 Roda da Sorte
19.30 Telejornal
20.10 Desenhos Animados
20.25 Rainha da Sucata
21.20 Aventuras Fora de Horas
(ver «Filmes na TV»)
23.15 Cheers, Aquele Bar
23.45 24 Horas
00.20 Remate
00.50 Um Caso de Urgência
(ver «Filmes na TV»)

Canal 2

09.00 Videotexto
12.00 Zorro
12.30 Curso de Inglês
12.45 Sonhos de Rock
13.00 Filhos e Filhas
13.15 Agora, Escolha! (I)
14.00 Jornal das Duas
14.30 Agora, Escolha! (II)
15.25 Recreio do 2
17.05 Burlescos
18.00 Clip-Club
18.30 Regiões Magazine
18.50 Basquetebol (Troféu RTP)
20.45 Zás Trás
21.00 Jornal das Nove
Revista Internacional do Ano
22.00 Pavarotti - 30 Anos de
Carreira
23.00 Pantanal
00.30 Visões

Sábado, 28

Canal 1

08.00 À Mão de Semear
08.25 Canal Jovem
13.00 Encontro à Uma
13.55 A Guerra dos Mundos
14.45 New Kids On The Block
15.45 T & T
16.10 A Última Ilusão
(ver «Filmes na TV»)
17.50 Em Terras da Índia
18.40 Paraíso
19.45 Totoloto
20.00 Jornal de Sábado
21.20 Desenhos Animados
21.30 Kananga do Japão
23.00 Casa Cheia
23.55 Júlia e Júlia
(ver «Filmes na TV»)
01.40 Remate

Canal 2

09.00 Universidade Aberta
11.35 Forum Musical (I)
12.00 Primeiro Jornal
12.05 Forum Musical (II)
13.10 Agarra o 2
14.00 Prémios MTV de Música
16.00 Basquetebol
18.30 Jornal Fim-de-Semana
19.05 Arca de Noé
19.45 Outras Músicas
21.00 Estádio (II)
23.30 Pantanal
01.05 As Teias da Lei

Domingo, 29

Canal 1

08.00 Canal Jovem
11.25 Missa
12.30 70 x 7
13.00 Notícias
13.15 Os Jovens Cowboys
14.00 Desafios da Vida
14.50 Top+
15.40 Kid Colter
(ver «Filmes na TV»)
17.25 As Aventuras do Cavalo
Preto

17.45 ET - Entretenimento
Total
18.50 Os Golos da Jornada
18.55 McGyver
20.00 Jornal de Domingo
20.35 Desenhos Animados
20.50 Kananga do Japão
22.30 Domingo Desportivo
23.40 Confessional
00.35 Conversa Afiada
01.40 Remate

Canal 2

09.00 Caminhos
09.30 Novos Horizontes
10.00 Revolução Azul
10.55 Regiões Magazine
11.55 Primeiro Jornal
12.00 Agarra o 2
13.05 Vida Nova
14.00 Troféu
18.35 O Meu Amigo Mordomo
19.35 Crónica
20.25 Palavra Puxa Palavra
21.15 Nós 2
22.15 O Sr. Almaníaco
22.20 Artes e Letras: «Eunice
Muñoz - II»
23.10 Moulin Rouge
(ver «Filmes na TV»)
01.10 Tauromaquia

Segunda, 30

Canal 1

07.30 Bom Dia
09.30 Rua Sésamo
10.05 Bom Dia
11.15 Ricardina e Marta
11.40 Jogo de Cartas
12.05 Culinária
12.20 Final Feliz
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Sobrevivência
14.00 Brinca Brincando
14.35 O Homem com Cara de
Humphrey Bogart
(ver «Filmes na TV»)
16.20 Ponto por Ponto
17.00 Brinca Brincando
17.35 Rua Sésamo
18.10 Riviera
18.40 A Roda da Sorte
19.30 Telejornal
20.25 Rainha da Sucata
21.15 O Preço Certo
22.40 As Noivas de Cristo
23.45 24 Horas
00.20 Remate

Canal 2

09.00 Videotexto
12.00 O Homem da Carabina
12.25 Curso de Francês
12.45 Sonhos de Rock
12.50 Filhos e Filhas
13.15 Agora, Escolha! (I)
14.00 Jornal das Duas
14.30 Agora, Escolha! (II)
15.30 Recreio do 2
16.30 As Aventuras de Black
Beauty
17.00 Aventuras
18.00 Clip-Club
18.15 Eterno Feminino
19.20 Dramazine
19.55 Pop Rock 91
21.00 Jornal das Nove
21.35 Guy Marchand, Vendedor
de Sonhos
22.35 Bailado - «La Bayadère»

Terça, 31

Canal 1

07.30 Bom Dia
09.30 Rua Sésamo
10.00 Bom Dia
11.15 Ricardina e Marta
12.05 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Nave Terra
14.00 Brinca Brincando
14.35 Reportagem Escandalosa
(ver «Filmes na TV»)
16.10 Brinca Brincando
16.20 Rua Sésamo
17.00 Gala Europeia para os
cidadãos da União Soviética
19.30 Telejornal
20.00 Crocodilo Dundee II
(ver «Filmes na TV»)
22.00 Hermanias Especial
00.30 O Bom, o Mau e o Vilão
(ver «Filmes na TV»)

Canal 2

09.00 Videotexto
12.05 Goolies
12.30 Curso de Inglês
12.45 Filhos e Filhas
13.10 Agora Escolha! (I)

14.00 Jornal das Duas
14.30 Agora, Escolha! (II)
15.30 Recreio do 2
17.30 Tribunal de Júri
18.00 Clip Club
18.25 Eterno Feminino
19.25 Cinemazine
21.00 Jornal das Nove
21.35 1000 Imagens
22.15 Fim do Ano no Terreiro do
Paço
00.30 Paradis Latin
01.30 Crazy Horse

Quarta, 1

Canal 1

07.30 Programa Infantil
09.00 Missa
10.00 Programa Infantil
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Um Dia no Alentejo
14.30 Regresso ao Futuro
(ver «Filmes na TV»)
16.30 Programa Infantil
17.55 Concerto de Ano Novo
19.15 Riviera
19.40 Roda da Sorte
20.15 Telejornal
20.45 Mensagem de Ano Novo do
Presidente da República
21.00 Rainha da Sucata
22.05 Vamos Jogar no Totobola
22.20 Cocktail
(ver «Filmes na TV»)
00.10 Fernando Pereira
01.55 24 Horas
02.30 Remate

Canal 2

09.00 Recreio do Dois
12.00 2020 - Polícias em Acção
12.30 Curso de Alemão
12.55 Filhos e Filhas
13.20 Agora, Escolha!
15.30 Recreio do 2
17.30 Linha, a Quanto Obrigas
18.00 Clip-Club
18.30 Eterno Feminino
19.30 TV Artes
19.45 Bernstein: Concerto para
Jovens
21.00 Jornal das Nove
21.30 Carlos Cruz: Quarta-feira
22.40 Postais Ilustrados
23.15 Eugénia Melo e Castro

Quinta, 2

Canal 1

07.30 Bom Dia (I)
09.30 Rua Sésamo
10.00 Bom Dia (II)
11.15 Ricardina e Marta
11.40 Jogo de Cartas
12.00 Notícias
12.05 Culinária
12.20 Final Feliz
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Estilos
14.00 Brinca Brincando
14.35 Só Uma Velha Canção
(ver «Filmes na TV»)
16.00 Ponto por Ponto
17.00 Brinca Brincando
17.35 Rua Sésamo
18.05 Caderno Diário
18.10 Riviera
18.40 Roda da Sorte
19.30 Telejornal
20.10 Desenhos Animados
20.15 Rainha da Sucata
21.10 Europa, Querida Europa
22.30 Os Simpsons
22.55 Um Romance à Medida
23.55 24 Horas
00.25 Remate
00.35 O Teatro de Ray Bradbury

Canal 2

09.00 Videotexto
12.00 Os Cavaleiros das Estrelas
12.25 Curso de Francês
12.40 Sonhos de Rock
12.55 Filhos e Filhas
13.20 Agora Escolha (I)
14.00 Jornal das Duas
14.30 Agora Escolha (II)
15.30 Recreio do 2
16.40 Guarda-Florestal
17.30 Aventura Espacial
17.55 Clip-Club
18.30 Eterno Feminino
19.25 Aventura do Conhecimento
20.45 Zás Trás
21.00 Jornal das Nove
21.30 O Sr. Almaníaco
21.35 M. C. Hammer
22.35 A Ilustre Casa de Balck
Adder
23.00 Laura
(ver «Filmes na TV»)
00.30 Especial Desporto

Filmes na TV



Clifton Webb, Gene Tierney, Vincent Price e Judith Anderson, em «Laura», de Otto Preminger

O jovem mágico

«The Young Magician» (Pol./Can.). Realização: Walde-
mar Dziki. Interpretação de
Rusty Jedwab, Tomasz
Lima, Nastasza Maraszek,
Maria e Monica Wawrzak.
Cor, 95 minutos.

A falta de referências mais
fiáveis, cite-se o que achou, para
nos informar, o «Boletim de Pro-
gramas» da RTP: «Fábula moder-
na sobre o fascínio das descobertas
da juventude, (...) O Jovem Mágico
é, no limite, uma bela e espectacular
lição sobre a descoberta do fabu-
loso universo interior de cada ser
humano.» Dir-se-ia, então, parecer
estarmos perante uma obra-prima.
Sejamos mais prudentes: limite-
mo-nos a uma, confiante, expecta-
tiva.

(Sexta, 14.35, Canal 1)

Aventura fora de horas

«Adventures in Babysitting»
(EUA/1987). Realização:
Chris Columbus. Interpreta-
ção de Elisabeth Shue, Maria
Brewton, Keith Coogan,
Anthony Rapp, Calvin Le-
vels. Cor, 98 minutos.

O prestígio do realizador (que
aqui assina a sua primeira obra)
radica no facto de ter sido argu-
mentista de Spielberg em alguns
dos seus filmes de aventuras
(«Indiana Jones», «Gremlins» ou
«Goonies») e de, ele próprio, já
firme na carreira, ter inventado um
filme delicioso, o recente «Sozi-
nho em Casa». Mas o filme que a
RTP programou para esta noite é
irregular e desigual e ainda não faz
justiça ao talento de Columbus. A
história é, entretanto, divertida
(sobretudo dirigida a um público
adolescente) e relata as aventuras
de uma jovem «babysitter» que
arrasta as crianças de que tomava
conta para irem todos em auxílio de
um amigo, perseguido por gang-
sters em plena noite de Chicago.

(Sexta, 21.25, Canal 1)

Um caso de urgência

«The Carey Treatment»
(EUA/1972). Realização:
Blake Edwards. Interpreta-
ção de James Coburn, Jenni-
fer O'Neill, Pat Hingle, Sky
Aurey, Elizabeth Allen, John
Fink. Cor, 95 minutos.

É uma incursão (não muito
habitual) de Blake Edwards pelo
género do «thriller» dramático. O
argumento, competentemente rea-
lizado, conta a história de um médi-
co patologista que pretende ilibar
um colega injustamente acusado
de ter praticado ilegalmente um
aborto fatal na filha de um cirur-
gião-chefe. Bons desempenhos de
Jennifer O'Neill e James Coburn.
Fica para saber porque é que, um
filme que tem a duração de 101
minutos, surge, na informação da
RTP, com a duração de 94m e 45s.
Hhuumm...

(Sexta, 00.50, Canal 1)

A última ilusão

«Approach» (1989). Realiza-
ção: Daniel Aourousseau. Inter-
pretação de Patrick
Blaise, Alain Birba, Herbe
Falloux, Virginie Gervaise.
Cor, 95 minutos.

Filme dramático e de ficção
científica sobre as tensões entre
três astronautas perdidos num uni-
verso adverso a bordo de uma nave,
sem objectivo ou rumo. A ver
vamos.

(Sábado, 16.10, Canal 1)

«Júlia e Júlia»

«Julia and Julia» (It./1987).
Realização: Peter Del Monte.
Interpretação de Kathleen
Turner, Sting, Gabriel
Byrne, Gabrielle Ferzetti,
Angela Goodwin. Cor, 91
minutos.

Uma mulher, cujo marido
morrera no dia do casamento, des-
cobre, ao chegar a casa um dia, que
afinal ele ainda estava vivo, que
ambos tinham um filho de seis anos
e que (surpresa!) também por ali
andava um amante. Tudo isto chei-
ra a pseudofilme fantástico, ainda
por cima com um final totalmente
falhado. A curiosidade reside no
facto de o filme ter sido rodado em
TVHD e, depois, transcrito para
35mm. Mas, para além do mais,
falta-lhe a centelha (e também o
«grão») de que os filmes são feitos.

(Sábado, 23.55, Canal 1)

Kid Colter

«Kid Colter» (EUA). Realiza-
ção: David O'Malley. Inter-
pretação de Jeremy Shamos,
Jim Stafford, Hal Ter-
rence, Jim Turner, Denise M.
Frisino. Cor, 98 minutos.

A luta pela vida de um jovem
saído da grande cidade para uma
região selvagem da América inter-
rior. Bom desempenho do jovem
actor Jeremy Shamos.

(Domingo, 15.40, Canal 1)

Moulin Rouge

«Moulin Rouge» (G.-
Bf.1952). Realização: John
Huston. Interpretação de
José Ferrer, Zsa Zsa Gabor,
Katherine Kath, Claude No-
liere, Muriel Smith, Georges
Lanes. Cor, 115 minutos.

Se já não fosse dramaturgica-
mente intensa a história trágica e a
vida fascinante do pintor impres-
sionista francês Toulouse-Lautrec
(e das figuras companheiras da
noite parisiense, que imortalizou
nos seus quadros), este filme de
mestre Huston retrata com brilhan-
tismo o especial ambiente da Mont-
martre do séc. XIX. Com «Laura»,
um dos melhores filmes da semana.

(Domingo, 23.10, Canal 2)

O homem com cara de Humphrey Bogart

«Man with Bogart's Face»
ou «Sam Marlowe, Private
Eye» (EUA/1980). Realiza-
ção de Robert Day. Interpre-
tação: Robert Sacchi, Mi-
chelle Phillips, Olivia Hus-
sey, Franco Nero, George
Raft, Misty Rowee. Cor, 106
minutos.

Imagine-se um homem que
faz uma operação plástica para fi-
car igual ao seu ídolo «Boggy» (!) e
que se envolve numa estranha
aventura tipo — «Falcão de Mal-
ta»... Filme leve, quase comédia,

de grande agrado para os cinéfilos,
nele George Raft desempenha, iro-
nicamente, o seu último papel...

(Segunda, 14.35, Canal 1)

Reportagem escandalosa

«Scandal Sheet» (EUA/
1985). Realização de David
Lowell Rich. Interpretação
de Burt Lancaster, Pamela
Reed, Robert Ulrich, Lauren
Hutton, Bobby DiCiccio. Cor,
100 minutos.

História de um jornalista em-
penhado em apurar a verdade sobre
a vida de uma artista de Hollywood
alcoólica. O realizador, tarimbeiro
da televisão americana (de que a
RTP tem passado inúmeros traba-
lhos) faz aqui uma mescla de géne-
ros que não ultrapassa a mediania.

(Terça, 14.35, Canal 1)

Crocodilo Dundee II

«Crocodile Dundee II»
(Austrália/1988). Realização
de John Cornell. Interpreta-
ção: Paul Hogan, Linda Ko-
złowski, John Meillon, Char-
les Dutton. Cor, 107 minutos.

Mais uma vez Paul Hogan
leva-se demasiado a sério e «so-
bredesempenha» o seu papel de
engatado e aventureiro nesta agi-
tada história de perseguição de
uma rede internacional de droga.
Sequela que nada adianta ao
«Dundee I».

(Terça, 20.00, Canal 1)

O Bom, o mau e o vilão

«The Good, The Bad and the
Ugly» ou «Il Buono, Il Brutto,
Il Cattivo» (It./Esp./1966).
Realização de Sergio Leone.
Interpretação: Clint East-
wood, Eli Wallach, Lee Van
Cleef, Rada Rassimov, Ma-
rio Brega. Cor, 180 minutos.

Embora a duração original do
filme seja de três horas, a RTP indi-
ca a duração de 155 minutos, ou
seja, porventura, a duração da edi-
ção comercial em vídeo. O que é la-
mentável já que este é o melhor
filme da trilogia de Leone sobre o
tema «o homem que não tinha
nome». História de três rufias em
busca do tesouro do Governo Con-
federal (a acção passa-se durante a
Guerra Civil americana), de cuja
localização cada um deles tem a
sua própria (vaga) ideia. Ex-libris
do «western spaghetti», com uma
fabulosa partitura de Ennio Morri-
cone. A não perder.

(Terça, 00.30, Canal 1)

Regresso ao futuro

«Back to the Future» (EUA/
1985). Realização de Robert
Zemeckis. Interpretação:
Michael Fox, Christopher
Lloyd, Lea Thompson, Cris-
pin Glover. Cor, 116 minu-
tos.

Grande êxito de público (re-
centemente transmitido pela
RTP), esta aventura inventada pela
trupe de Spielberg tem um cientista
louco que, durante as experiências
com uma «máquina do tempo» faz
transportar um jovem adolescente
dos anos 80 para os anos 50, onde
encontra aqueles que viriam a ser
(por pressão do jovem!) os seus

futuros pais. O filme demora a «arrancar» mas, quando o consegue, diverte e entretém.

(Quarta, 14.30, Canal 1)

Cocktail

«Cocktail» (EUA/1988). Realização de Roger Donaldson. Interpretação: Tom Cruise, Bryan Brown, Elisabeth Shue, Lisa Banes, Laurence Luckinbill, Kelly Lynch. Cor, 103 minutos.

Assim como, nos filmes, há clamorosos erros de «casting», também, nas televisões, há infelizes erros de programação. «Cocktail» não consegue ter estatuto para a hora nobre do dia de Ano Novo. Tom Cruise faz jus à auréola que cultiva, Elisabeth Shue é giríssima, mas a história não lembra ao Diabo!

(Quarta, 22.20, Canal 1)

Só uma velha canção

«Just an Old Sweet Song» (EUA/1976). Realização de Robert Ellis Miller. Interpretação: Cicely Tyson, Robert Hooks, Kevin Hooks, Eric Hooks, Beah Richards. Cor, 74 minutos.

O excelente argumento de Melvin Van Peebles conta o drama de uma família negra de Detroit angustiada perante os receios do racismo ao viajar, durante duas

semanas de férias, para o Sul dos EUA. Telefilme acima da média.

(Quinta, 14.35, Canal 1)

Laura

«Laura» (EUA/1944). Realização de Otto Preminger. Interpretação: Gene Tierney, Dana Andrews, Clifton Webb, Vincent Price, Judith Anderson, Grant Mitchell. P/b, 85 minutos.

Releia o leitor os quatro primeiros nomes dos actores, na ficha técnica, e terá logo a ideia do que irá encontrar no domínio da arte de representar. Mas o filme, exemplar por excelência do grande «cinema negro», é muito mais do que isso, um clássico fascinante (de que vale a pena não adiantar a história), e que, embora começado por Rouben Mamoulian, é a primeira obra inteiramente concebida e reivindicada por Otto Preminger. Na banda sonora, sobressai da fabulosa partitura de David Raksin uma canção («Laura») com uma das mais insuspeitadas e belas «grelhas harmónicas» da história do cancionero norte-americano! Mas atenção: a duração original do filme é de 88 minutos e a RTP anuncia uma versão de 85 minutos. Teme-se que tal se fique a dever à remoção de alguns minutos em todas as cópias comerciais existentes, motivada por um velho contencioso sobre os direitos de autor da música do filme.

(Quinta, 23.00, Canal 2)

TEATRO

CLUBE ESTEFÂNIA

R. Antª Maria Inácio, 41, r/c. Tel. 542249. De 3ª a 6ª às 21.30, sáb. às 17.00, dom. às 21.30, DESIMAGINAÇÃO, de António Pedro, pelo grupo Persona.

ESTRELA 60

R. Sto. António à Estrela, 60. Tel. 395328. Às 10.30 e às 16. AFONSO HENRIQUES, pelo Teatro O Bando.

TEATRO ABERTO

Pç. de Espanha. Tel. 7970969. De 4ª a sáb. às 21.30, dom. às 16., HOTEL DA BELA VISTA, de Odon von Horváth, encenação de Hellmut Reinke.

TEATRO DO CALVÁRIO

R. Leão de Oliveira, 1. Tel. 3639974. De 5ª a dom. às 21.30, AMOR TAMBÉM DE PERDIÇÃO, produção e encenação de Fernando Gomes/Teatro Livre.

TEATRO CINEARTE

Lg. de Santos, 2. Tel. 3965360. Sáb. e 2ª às 21.30, dom. às 17: PLAY IT AGAIN, SAM, de Woody Allen, encenação de Helder Costa. 4ª, 5ª e 6ª às 21.30: UMA FLORESTA DE ENGANOS, de Gil Vicente, encenação de Helder Costa. 3ª às 22.00 na Sala Grande, 6ª às 24 no Cinearte-Café: PRANTO DE MARIA PARDA, de Gil Vicente, versão e interpretação de Maria do Céu Guerra. (Produções de A Barraca)

TEATRO DA COMUNA

Pç. de Espanha. Tel. 7260818. Sala 1: de 2ª a sáb. às 21.30, dom. às 17. MÁ SORTE TER SIDO PUTA, de John Ford, encenação de João Mota. Café-Teatro: sáb., às 24.00, II FESTIVAL DA OTITE, de Carlos Paulo, encenação de João Mota.

TEATRO MARIA VITÓRIA

Parque Mayer. Tel. 3461740. De 3ª

a dom. às 20.30 e 22.45, dom. e feriados também às 16.00, FOMOSA VOTOS, de H. Santana, F. Nicholson, A. Fraga e M. Mota.

TEATRO MUNICIPAL DE ALMADA

Rua Conde Ferreira, Almada. Tel. 2752175. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16. DIAS INTEIROS NAS ÁRVORES, de Marguerite Duras, encenação de Joaquim Benite.

TEATRO NACIONAL D. MARIA II

Rossio. Tel. 3472246. De 3ª a sáb. às 20.30, dom. às 16. PASSA POR MIM NO ROSSIO, texto e encenação de Filipe La Féria.

TEATRO S. LUÍS

Rua António Maria Cardoso. Tel. 3471279. 2ª e 3ª às 21.30. TOTÓ, textos de Tóto e Tossan, adaptados e interpretados por Mário Viegas (Companhia de Teatro do Chiado)

TEATRO DA TRINDADE

Rua Nova da Trindade. Tel. 3423200. 5ª, 6ª, sáb. e dom. às 19.15. O PROFESSOR DE PIANO, de Jaime Salazar Sampaio.

Para crianças

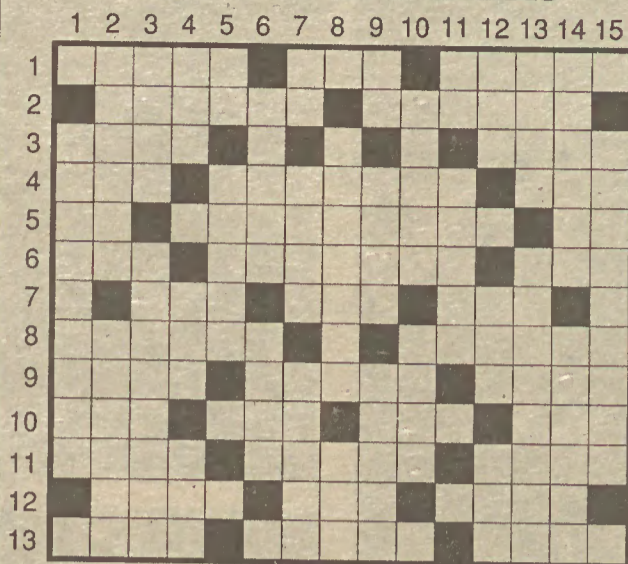
TEATRO DO CALVÁRIO

R. Leão de Oliveira, 1. Tel. 3639974. Sáb. e dom. às 16.00; de 3ª a 6ª grupos organizados. A GRANDE AVENTURA, texto e encenação de Fernando Gomes, produção do TIL.

TEATRO DE CARNIDE

Azinhaga das Freiras. Tel. 7145178. Sáb. às 16.00. TRIC-TRAC, TERRA DOCE, AMARGO SABOR, encenação de J.S. Ricardo.

PALAVRAS CRUZADAS



HORIZONTAIS: 1 - Monarca da 1ª Dinastia; soberano; outro rei da mesma dinastia; 2 - Calma; unia-se; 3 - onda; cofre. 4 - título de alguns bispos das igrejas orientais; desabrido; lamentos; 5 - a ti; içai; cantor ambulante entre os gregos; nota do tradutor (abrev.); 6 - eles em França; terra arada; freira que preside ao Cabido; 7 - monarca (inv); ponto cardeal; meio coelho; 8 - Separa de tudo; rodear; 9 - romance de Zola; peça de cortiça ou vidro para tapar as garrafas; no meio da calça; 10 - juntei; tristeza; a pessoa de que falamos; anel; 11 - impostos de transmissão; terçado; patrões; 12 - gostou muito; solteirona (pop.); nome de homem; 13 - costumes; seara pronta para ceifar; afeição profunda.

VERTICAIS: 1 - Profetizas; 2 - rainha e santa; higiénicas; 3 - negação; estudo das coisas relativas a Jerusalém; 4 - cólera; a 3ª pessoa; contr. de prep. com art.; 5 - pron. reflexo; içara; 6 - desmentir; enguias; 7 - Rádio (simb. Y; escarameias; demente; 8 - igreja episcopal; referente a dois; repetição; 9 - andava; 1ª rei dos Israelitas; plantas sempre verdes rastejantes e trepadoras; 10 - suster; canal; 11 - nome de letra; devorador; 12 - período histórico; discursa; pedra de altar; 13 - exporá; recitam; 14 - escritor francês rival de Comelle, autor de «Ester»; elegante; 15 - Instáveis.

SOLUÇÕES DO Nº ANTERIOR

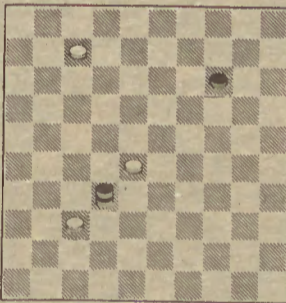
HORIZONTAIS: 1 - Zombeteiros; 2 - ama; oitenta; olá; 3 - Sábado; cedeu; ateu; 4 - laca; ris; oras; 5 - rai; lies; 6 - os; sobe; selo; só; 7 - pedi; rigor; país; 8 - Au.; oras; baga; me; 9 - anãs; maga; 10 - uvas; Dom; sova; 11 - atem; panal; siga; 12 - mil; sonetos; sal; 13 - álamo; ola; odora.

VERTICAIS: 1 - Ás; sopas; ama; 2 - mal; seu; útil; 3 - Zadar; avelã; 4 - ocasionam; 5 - mó; aio; rás; só; 6 - Bic; obras; pó 7 - éter; eis; dano; 8 - tédio; tonel; 9 - enes; sob; mata; 10 - itu; leram; ló; 11 - rã; oil; gás; só; 12 - areópagos; 13 - sotas; aviso; 14 - les; sim; Agar; 15 - mau; coses; ala.

DAMAS

CCCXXXV - 26 de Dezembro de 1991
PROPOSIÇÃO Nº 320/bis
Por: Henri Chiland
L'Effort nº3/Nov. 1948

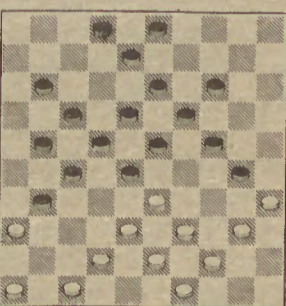
Pr.: [2]: 14 - (32)
Br.: [3]: 7 - 28 - 37



Branças jogam e ganham [3T]

GOLPE Nº320/bis
Por: Jules Bourquin
1º. Prémio La Gazette [Suíça], Julho/1887

Pr.: [18]: 2 - 3 - 8 - 10 - 11 - 13 - 14 - 17 - 18 - 19 - 21 - 22 - 23 - 24 - 27 - 28 - 30 - 31
Br.: [12]: 33 - 35 - 36 - 38 - 39 - 40 - 42 - 43 - 44 - 46 - 47 - 49



Branças jogam e ganham

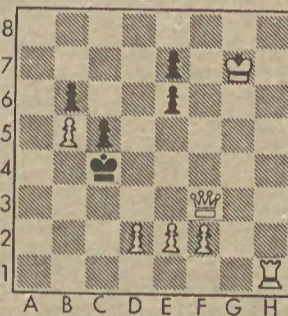
SOLUÇÕES DO Nº CCCXXXV
Nº320/bis (H.Ch.): 1. 7 - 2=D. (32x23)
A: 2. 2 - 19! e + A. Sc: 1. (32x46); 2. 28 - 23 e +
GOLPE Nº320/bis (J.B.): 1. 42 - 37 e 2. 36 - 31 e 3. 33 - 29 ... e +
Ver soluções completa em «AVANTE!» nº924 de 5.IX.91
Nº 321 (M.F.): Não há peça em 3.
Nº 322 (P.A.S.): Em 6 é D.br.

A. de M. M.

XADREZ

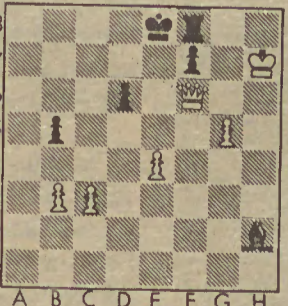
CCCXXXV - 26 de Dezembro de 1991
PROPOSIÇÃO Nº 318/A7bis
Por: Johann Berger
Didaskalia (Frankfurter Rundschau, 1887

Pr.: [5]: Ps. b6, c5, e7, f6, g6, Rg4
Br.: [7]: Ps. a5, d2, e2, f2 - Th1 - Df3 - Rg7



Mate em 3 lances

PROPOSIÇÃO Nº 318/B/bis
Por: Richard Reti
1.º prémio: Schachanaty, 1928
Pr.: [6]: Ps. b5, d6, g7 - B.h2 - Tf8 - R68
Br.: [6]: Ps. b3, e4, g5 - Df6 - Rh7



Branças jogam e ganham

SOLUÇÕES DO Nº CCCXXXV
Nº 318/A/bis [J.B.]: 1. Tf1! e +
Nº 318/B/bis [R.R.]: 1. Rh6! ... +

Ver soluções completas no «Avante!»
Nº 922 de 22 - VIII - 91

A. de M. M.

FIM DE ANO

QUINTA DA ATALAIA

FESTA DO AVANTE



E CONVÍVIO MUSICAL

com

TONY COSTA

COMISSÃO CONCELHA DO SEIXAL DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

BARREIRO

no Centro de Trabalho Concelhio

- * Música e convívio
- * Mariscos, petiscos e bebidas
- * Serviço de bar

Reservas de mesas no CT

SINES

No Salão do Povo promovido pela Comissão Concelhia

Música de dança com a acordeonista Ana Margarida

Reservas de mesas no CT

COUÇO

promovido pela Comissão de Freguesia

ALMADA

no CT Alberto Araújo

promovido pela JCP e pela Comissão de Freguesia de Almada

ALMOÇO-CONVÍVIO

no C.T. do PCP na COVA DA PIEDADE Av. da Fundação nº6

dia 28 de Dezº / 91 às 13.00 horas

com a presença do camarada

FRANCISCO LOPES (MEMERO DO SECRETº DO C. CENTRAL)

ALMOÇO

PRATO: Dobradinha à Pescador

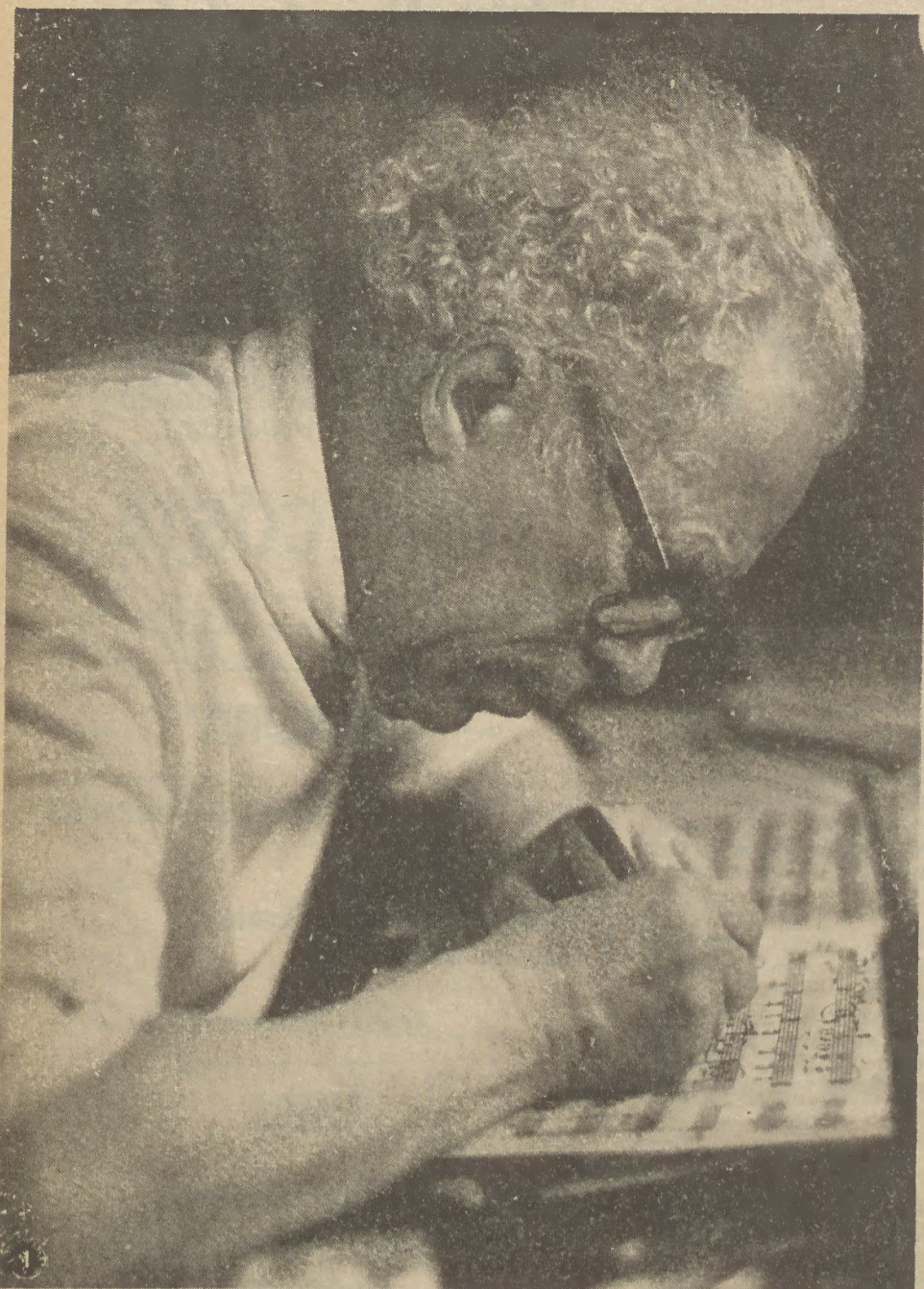
REFEIÇÃO COMPLETA: 750\$00

Organização da COM. DE FREG. DA COVA DA PIEDADE

Tempo

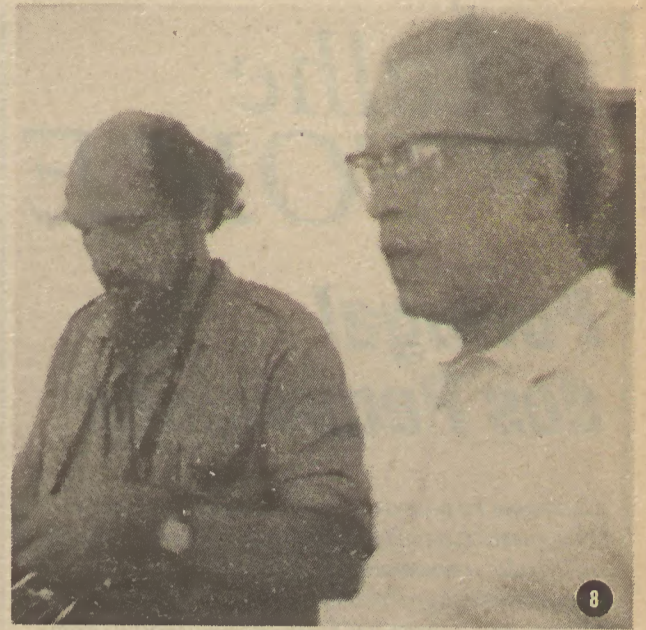
Durante o fim-de-semana céu limpo ou pouco nublado, vento geralmente fraco de Leste. Formação de geadas no interior.





Fernando Lopes-Graça completou 85 anos. Na sua terra Natal, Tomar, na Parede, onde há anos reside, em Lisboa e na sua Academia de Amadores de Música se presta homenagem a uma vida intensamente vivida e onde inseparavelmente se fundem o talento criador e empenhamento de cidadão e a consciência de revolucionário.

1. Compondo o *Requiem para as Vítimas do Fascismo em Portugal* (foto de Augusto Cabrita); 2. 1921: Fernando Lopes-Graça (sentado, à esquerda) como pianista do Quinteto do Cineteatro Nabantino de Tomar; 3. Com Eugénio de Andrade (à esquerda) e Fernando Serafim, no Ateneu Comercial do Porto, em 20 de Dezembro de 1959, na primeira audição de «As Mãos e as Frutas»; 4. A delegação portuguesa ao 1.º Congresso dos Intelectuais para a Paz, em Wroclaw (Polónia), em 1948. À direita, sentados, Manuel Valadares, Alves Redol e João Santos; à esquerda, Lopes-Graça e Maria Valadares. De pé, Jorge Amado; 5. Numa sessão do MUD em 1945 (segunda fila, à esquerda); 6. No Forte de Caxias, em 1937, com um grupo de companheiros de prisão (de pé, ao meio da foto); 7. Dirigindo; 8. Com Michel Giacometti, no Alentejo, em Setembro de 1970; 9. Num dos famosos passeios no Tejo promovidos por artistas e intelectuais em 1942; 10. Dirigindo o Coro da Academia de Amadores de Música na primeira Festa do «Avante!», na FIL, em 28 de Setembro de 1976; 11. No concerto com o coro no Coliseu dos Recreios em 25 de Maio de 1974; 12. Com Manuel da Fonseca, José Gomes Ferreira e Jorge Reis na manifestação promovida pela Intersindical em 22 de Junho de 1977.



LOPES GRAÇA

Fernando Lopes-Graça é um dos mais notáveis intelectuais portugueses do nosso século. Na música — como compositor cuja obra é de exigir seja mais largamente difundida, como crítico, como teórico — deu uma contribuição ímpar à cultura portuguesa. Outras pessoas mais habilitadas do que eu nesta matéria darão o seu depoimento. Permita-se que pela minha parte, neste curto depoimento, aborde dois aspectos da sua personalidade.

Um, a sua ligação com o povo, como cidadão e como artista. A sua ligação com o povo teve uma das mais significativas expressões no trabalho de prospecção, investigação, tratamento, valorização e defesa do património de criação musical popular.

A este respeito, falando de Lopes-Graça, não se pode deixar de lembrar o nome de Giacometti cuja obra tem um valor também ímpar para a cultura portuguesa.

Outro, o exemplo que deu, como intelectual, de consequente atitude política e cívica. Deu esse exemplo na sua actividade empenhada de resistente antifascista nos movimentos democráticos no tempo da ditadura. Deu e dá esse exemplo pela sua intervenção consequente na instauração e defesa do regime democrático após o 25 de Abril. Cabe-me referir que Fernando Lopes-Graça é de há muito membro do Partido Comunista Português e é seu mérito ter mantido nos tempos negros da ditadura e nos actuais tempos conturbados, uma atitude convicta e coerente.

Lopes-Graça mostra também que a sua atitude política e cívica, nomeadamente de um artista, de um intelectual, pode também traduzir-se e ser motivo de inspiração para a sua criatividade específica e assim intervir também com a criação artística como arma de combate.

São exemplo desta compreensão as suas «Canções Heróicas», que se tornaram célebres como «Jornada», «Clamor», «Combate», «Mãe Pobre» e outras, algumas das quais continuam a ser cantadas. É de citar que a letra destas canções é da autoria de poetas de grande valor e também empenhados na luta pela liberdade e a democracia como José Gomes Ferreira, Armindo Rodrigues, Joaquim Namorado, Carlos Oliveira, Mário Dionísio, João José Cochofel e outros. O valor e a obra dos intelectuais, nomeadamente dos artistas, constituem uma das grandes riquezas de um povo, da sua cultura, da sua vida e da sua identidade.

A homenagem a Fernando Lopes-Graça é obviamente justa. Uma vez mais desejo expressar, com um abraço fraterno ao meu camarada Fernando Lopes-Graça, os votos de saúde e longa vida a um homem cuja obra honra o povo português e Portugal.

Depoimento de Álvaro Cunhal à RDP-2 sobre Fernando Lopes-Graça - 11 de Dezembro de 1991



ÚLTIMAS

a talhe de FOICE

Portugal dos Pequeninos

Ainda aqui há pouco tempo, a maioria dos jornais portugueses tinham barbas. Contavam os aniversários em décadas, comemoravam o centenário. E discretamente agradeciam as congratulações de colegas, se o aniversário fosse de monta publicavam um suplemento onde se reviam no trabalho dos anos passados, mais discretamente ainda referiam a sua experiência e o seu papel em comedido editorial, evocavam as suas tradições, reivindicavam a ideia e a postura que animavam senão as redacções pelo menos os mentores de uma informação que sobreviveu aos caminhos árduos do antigamente e se fartou de suar para dar a notícia nas entrelinhas da peça censurada. Há já alguns anos, porém, que tais jornais vão desaparecendo.

Na voragem das privatizações, antigos e prestigiados nomes são primeiro anemizados, depois esartejados e finalmente mortos, quando já o público parece pedir que os levem para os não ver sofrer mais. Alguns aniquilamentos operados nos últimos anos mais pareceram acções de caridosa eutanásia, face à descaracterização a que foram sujeitos.

Claro que não foram operações inocentes.

Alguns desses jornais eram incómodos.

Ocupavam espaço, onde não podiam medrar outros projectos.

A maioria dos jornais portugueses, hoje, são novos, tão novos quanto é possível ser-se, apesar de neles se acoitarem também algumas vozes do passado que, sem a cara lavada de um título fresco, não teriam a audição desejada.

Boa parte da imprensa portuguesa aparece, assim, como uma vasta creche onde os miúdos, todos com o mesmo bibe, parecem estranhamente iguais. Só os pais os podem reconhecer e aos leitores só uma habitude mais prolongada os fará deterem-se numa preferência. Muitos, na ânsia de originalidade, nem vêem como se copiam. Como as crianças, procuram chamar a atenção com barulho e cabriolice. Usam o humor com desbragamento, não o humor verde e cáustico que pretendem arvorar como se fossem jovens, mas aquele emprestado e infeliz de criança-prodígio à espera de aplausos.

Vestem-se com as velhas raposas da avó, com os sapatos cambados do avô, ilustram-se com serôdias festarolas a cem mil contos cada, mostram as fotografias de antigos casamentos «modernizados» a cores.

Fazem queixinhas.

Arquitectam partidas.

Mostram caretas ao espelho.

Mas são mais ajuizados do que parecem. Costumam seguir os conselhos paternais, não vá a semana ser-lhes cortada, não vá o passeio ao estrangeiro ser-lhes negado, não vá algum puxão de orelhas metê-los no lugar ou sofrerem o castigo do quarto escuro.

Não acabam aqui, entretanto, os tiques infantis do jornalismo maioritário de hoje neste cantinho à beira-mar plantado que parece fazer do país um Portugal dos Pequeninos.

Têm sobretudo a consciência de que estão a «crescer». E fazem, como lá em casa, uma craveira a um canto da sala, onde apontam, entre o apreensivo e o febrilmente esperançoso, os números do crescimento, que se apressam a mostrar à família toda - Vejam lá como cresci, um dia destes tenho a voz a mudar, então é que vão ver como falo grosso e dito a moda das coisas.

Um destes dias, um semanário cuja voz estridente conserva ainda a ressonância «juvenil» dos seus três anos e meio, veio a público fazer constar a sua vertiginosa subida. Tão pequenino e já vai, segundo afirma, nos quase 70 mil. Quase deixou de ver os pés, se é que alguma vez os olhou. Nas alturas, compara-se com os parceiros. Cresce mais que o «Jornal», ultrapassou o «Tal & Qual», corre atrás do «Expresso».

A quem lhe perguntar o nome, declara, candidamente, chamar-se «Indy»...

LM

CNA denuncia problemas da agricultura

A Confederação Nacional da Agricultura (CNA), reunida em Coimbra no passado domingo, exigiu que o Governo informe os agricultores sobre a participação de Portugal na reforma da Política Agrícola Comum (PAC) e voltou a alertar para os graves problemas que afectam o sector.

Em comunicado divulgado no final da reunião, a CNA protesta contra a «falta de informação oficial» sobre a PAC e reclama que o ministro da Agricultura informe «sobre as propostas concretas que tem defendido em Bruxelas» nas negociações em curso. Para a Confederação, a falta de informação aos agricultores «contraria as promessas eleitorais do Governo» e reforça a sua exigência de ser «recebida e reconhecida como parceiro social de pleno direito», para bem dos agricultores e da agricultura nacional.

Na defesa daqueles interesses a CNA avançou três propostas a serem contempladas no Orçamento de Estado para 1992: redução do imposto sobre os combustíveis ou aumento do subsídio do gasóleo para 45\$00 por litro; a bonificação das taxas de juro do crédito agrícola para os níveis da CEE (menos de 10 por cento); e a inscrição de verbas que cheguem para pagar a participação nacional nos vários programas comunitários.

Na reunião da CNA foi ainda debatida a grave crise motivada pela «paralisação da intervenção» no vinho, que deveria ter arrancado em Setembro/Outubro e que está a provocar grandes prejuízos às adegas e aos produtores.

De acordo com o documento final, é urgente que o Ministério da Agricultura desbloqueie essa «intervenção» para a destilação do vinho e assegure o completo escoamento dos «2,6 milhões de hectolitros já declarados na base do preço contratado com a CEE». A CNA manifesta desde já a sua solidariedade com as manifestações e protestos que as adegas e produtores entendam fazer.

DORP reclama junto da Alta Autoridade

A DORP reclamou na passada semana junto da Alta Autoridade para a Comunicação Social pela falta de cumprimento das normas legais aplicáveis no caso da sondagem de opinião publicada pelo jornal «Público».

Segundo esta direcção regional do PCP, está em causa «a forma despropositadamente precisa como a notícia retira conclusões de uma aus-

Por outro lado, a Confederação Nacional da Agricultura sublinhou o facto de se manterem os preços muito baixos e as dificuldades de escoamento para o gado bovino e os frutos secos, ao mesmo tempo que continuam a ser insuficientes as bombas abastecedoras do gasóleo com desconto para a agricultura. A propósito foi referido que há concelhos onde não existe nenhuma dessas bombas, o que obriga os agricultores a deslocarem-se dezenas de quilómetros, gastando tempo e dinheiro.

Não menos escandaloso é o facto de o Governo continuar «a dever milhões de contos à lavoura, por abates sanitários, indemnizações compensatórias, subsídios de cereais e participações do Estado nos projectos comunitários», pelo que a CNA reclama o pagamento dessas dívidas.

No seu documento a CNA informa ainda que decidiu «pedir a filiação na Coordenadora Camponesa Europeia (CCE)», organização que engloba associações agrícolas de vários países da Europa e que tem representação permanente em Bruxelas para contactos com as instâncias comunitárias.

Protestos de norte a sul

Um pouco por todo o país os agricultores manifestam-se contra a política oficial para o sector. De Macedo de Cavaleiros chega o protesto da respectiva Liga dos Agricultores pelo encerramento da linha de caminho-de-ferro do Tua, que consideram prejudicial para a lavoura local e para toda a população em geral. Segundo um comunicado da Liga, a substituição do comboio por autocarros não serve os interesses da região, exigindo a Liga que «o Governo mande proceder convenientemente à reparação necessária da linha e que rapidamente o comboio volte a circular com segurança e conforto dos seus passageiros». O comunicado reclama ainda «mais apoios financeiros para o desenvolvimento»

da região e rejeita «a retirada do que ainda tem de melhor ao serviço do meio rural».

De Faro vem o protesto da Associação dos Jovens Agricultores de Portugal (AJAP), que considera «desmotivador e inviabilizador de toda e qualquer iniciativa empresarial agrícola» a bonificação de juro em vigor.

Em Benfca do Ribatejo, são os produtores de tomate que estão em «pé de guerra» pelo não pagamento do «diferencial de 17,418 escudos acordado em Setembro com a indústria e o Ministério da Agricultura». Os produtores acusam a Direcção-Geral dos Mercados Agrícolas e Indústrias Agro-Alimentares de «dar o dito por não dito», não assumindo o acordo a que se tinha chegado, e exigem o pagamento do referido diferencial até 15 de Janeiro.

Também os agricultores do concelho de Bragança consideram não ter «razões para estarem optimistas quanto ao futuro». De acordo com um comunicado da respectiva Liga, «são muitos os problemas com que se debatem não

só os agricultores deste concelho como os de todo o Nordeste Transmontano»; entre outros, salientam o aumento dos factores de produção e a queda dos preços dos produtos agrícolas, as dificuldades crescentes no escoamento dos mesmos, o preço irrisório do vinho, o aumento da concorrência da carne de importação que faz diminuir drasticamente a procura da produção local apesar de ser de melhor qualidade, as dívidas do Governo aos agricultores.

«Será possível que os problemas de desertificação do meio rural nordestino, dos desequilíbrios ambientais, do aumento da emigração, da falência de muitas empresas agrícolas, da insegurança de muitos jovens que apostaram na agricultura e que vêem um futuro tão incerto, não façam parte das preocupações dos nossos governantes?» — esta a pergunta da Liga dos Agricultores do Concelho de Bragança, que vê o futuro ainda mais ameaçado com o anunciado encerramento da linha do Tua.

Nota do Secretariado do CC do PCP

A demissão de Gorbachov significa a formalização de uma situação objectiva que se desenvolveu e foi criada, com gravíssimas responsabilidades do próprio Gorbachov: a formalização da derrota da «perestroika» — anunciado projecto de renovação e aprofundamento que se impunha da sociedade socialista; e da vitória de forças contra-revolucionárias que, à sombra da «perestroika», desintegraram o Estado soviético, desorganizaram a economia e a vida social; destroem o socialismo e procuram apressar a restauração do capitalismo.

Trata-se de acontecimentos graves não apenas para os povos soviéticos que já estão sofrendo directamente as consequências, mas para a luta dos trabalhadores e dos povos de todo o mundo.

A União Soviética não foi apenas um ponto de referência ao longo do século XX. Foi uma força real de contenção do imperialismo, um factor de alto valor para a derrota mundial do fascismo e para o ruir do secular sistema colonial e um estímulo e apoio aos trabalhadores e aos povos na sua luta pelos seus direitos, pela liberdade, a democracia, a independência nacional, a paz e o socialismo.

Foi hoje anunciado que dos mastros do que foi a União Soviética foi arreada a bandeira vermelha com a foice e o martelo e em sua substituição foi arvorada uma bandeira que foi a bandeira da Rússia dos Czares.

Não se trata de um novo passo para o progresso da humanidade mas um novo passo atrás na História. É triste e é grave.

Permanecem porém as causas que levaram gerações e gerações de comunistas a lutarem com inultrapassável dedicação e heroísmo pela construção de uma nova sociedade, uma sociedade donde seja abolida a exploração do homem pelo homem e sejam erradicadas as graves desigualdades e injustiças sociais.

Permanecem as causas para uma tal luta, permanecem as motivações.

Por isso os comunistas portugueses, confiantes no seu Partido, não arreiam a sua bandeira, não capitulam dos seus justos objectivos, antes sempre com os trabalhadores portugueses, sempre solidários para com os trabalhadores e os povos dos outros países, se empenham e empenharão, com firmeza e convicção, na luta que continua.

Lisboa, 26 de Dezembro de 1991

O Secretariado do Comité Central do Partido Comunista Português